



PROF HISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

MARCELO ROBERTO DA SILVA RIOS

CARTOGRAFIA LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

PORTO ALEGRE

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

MARCELO ROBERTO DA SILVA RIOS

CARTOGRAFIA LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA, da Universidade do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar.

PORTO ALEGRE

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Rios, Marcelo Roberto da Silva
Cartografia Local e o Ensino de História / Marcelo
Roberto da Silva Rios. -- 2021.
114 f.
Orientador: Temístocles Américo Corrêa Cezar.

Dissertação (Mestrado Profissional) -- Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
História, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Ensino de História . 2. Cartografia Local . 3.
Interdisciplinaridade. 4. Alvorada . 5. Gentrificação
. I. Cezar, Temístocles Américo Corrêa, orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARCELO ROBERTO DA SILVA RIOS

CARTOGRAFIA LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA, da Universidade do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Ensino de História.

Aprovada pela banca examinadora em __ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

A todos que ousam cartografar sem restrições...

AGRADECIMENTOS

Apesar dos obstáculos vivenciados que se apresentaram nesse tempo de crise e desalento, em meio ao imprevisível evento pandêmico, não poderia deixar de expressar minha gratidão às oportunidades e ao apoio recebido nessa etapa de desenvolvimento e de crescimento pessoal e intelectual proporcionado pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História ProfHistória.

Agradeço, em primeiro ato, aos professores acadêmicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na representação do professor orientador Dr. Temístocles Cezar, que considerou a possibilidade de aplicabilidade deste projeto dissertativo interdisciplinar. Em especial, agradeço aos docentes do núcleo do ProfHistória – UFRGS, que compartilharam seus conhecimentos em distintos encontros na diversidade das exposições bibliográficas debatidas e, por sinal, não esgotadas no percurso desta etapa.

Agradeço aos educandos da Escola Municipal Herbert José de Souza (Betinho), que, em meio ao curto período das atividades escolares presenciais, acolheram de boa vontade os propósitos deste empreendimento, colaborando prontamente para o seu prosseguimento.

Não poderia esquecer de inscrever nomes específicos nesta etapa de crescimento profissional pelas trocas de experiências, em agradecimento aos colegas docentes do Ensino Fundamental, no compartilhamento dos apoios e dos subsídios por meio dos materiais emprestados que impulsionaram e concretizaram o andamento desta trajetória cartográfica e interdisciplinar.

Em especial, agradeço aos colegas professores de Geografia Evandro de Araújo Fraga, Taiamanda Garcia Sant Anna e Luiza Aguiar Guedes. Agradeço ao professor de História e ex-vereador da Câmara Municipal de Alvorada José Luís Weiss Gonçalves, pelo empréstimo da fonte cartográfica principal de abordagem deste projeto dissertativo, qual seja, o mapa do município de Alvorada da Secretaria de Planejamento e Habitação (SPH).

“Acredito que a categoria analítica de Wallerstein sinaliza a mesma constatação a que chegou Koselleck: a História dos Espaços sempre esteve no horizonte de nossa disciplina e, por conta disso, não precisa de novos modelos, mas antes deve ser empreendida a partir do esforço de recuperação de antigos insumos e do afastamento de novos preconceitos, de modo a não se perder a oportunidade que variados enfoques e análises podem oferecer, e a não se privar da colaboração com os geógrafos e os cartógrafos naquilo que se poderia chamar de zona de confluxo: a área de hachura que antes reunia, mas que hoje afasta e separa História, Geografia e Cartografia.”

(Renato Amado Peixoto)

RESUMO

Esse trabalho dissertativo ao modo interdisciplinar percorre o caminho da abordagem cartográfica, na intenção de demonstrar sua importância no auxílio do ensino de História, contribuindo para a dinâmica do ambiente escolar na reconstituição da história local em suas diferentes escalas. O objetivo é provocar reflexões sobre a concepção de espaço-tempo em sala de aula, através da constituição de um observatório de abordagem cartográfica sobre o espaço habitado no tempo presente. Constituem-se as cartografias, representações culturais e metodológicas em sua funcionalidade imagética de condução a essa tarefa dissertativa corográfica, antecipando-se a todo o aparato bibliográfico e ao próprio ato de escrever. Dessa forma, bibliografias e escrita enredadas pelas cartografias tornam-se textos contextualizados. Na conjuntura escolar, as cartografias devem se fazer presentes no processo de ensino-aprendizagem pelo letramento cartográfico, mas também como fonte de investigação, reflexão e releitura das representações produzidas.

Palavras-chave: Cartografia; Interdisciplinaridade; Gentrificação; Corografias; Escalas; Ensino de História.

ABSTRACT

This dissertative work, in an interdisciplinary way, follows the path of cartographic approach in order to demonstrate its importance in helping History teaching, contributing to school dynamics in the reconstruction of local history in its different scales. The objective is to provoke reflections on space-time concepts in the classroom, through the constitution of an observatory with a cartographic approach of the space inhabited in the present time. Constituting cartographies, cultural and methodological representations in their imagery functionality lead to this chorographic essay task, anticipating the entire bibliographic apparatus and the act of writing itself. In this way, bibliographies and writing entangled by cartographies become contextualized texts. In the school context, cartographies must be present in teaching-learning process through cartographic literacy, but also as a source of investigation, reflection and rereading the representations produced.

Keywords: Cartography; Interdisciplinarity; Gentrification; Chorographs; Scales; History Teaching.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pintura Rupestre.....	24
Figura 2 – Mapa das Ilhas Marshall (artefato)	25
Figura 3 – Mapa da República das Ilhas Marshall	26
Figura 4 – Monolito de Sayhuite	27
Figura 5 – Mapa de Çatalhöyük.....	28
Figura 6 – Linhas de Nazca	29
Figura 7 – Linhas de Nazca (Vista aérea)	29
Figura 8 – Vale Nazca.....	30
Figura 9 – Mapa Babilônico.....	31
Figura 10 – Exercício cartográfico	32
Figura 11 – Mar Mediterrâneo.....	33
Figura 12 – Orbis Terrarum.....	34
Figura 13 – Tábua Peutinger	34
Figura 14 – Tabula Rogeriana	36
Figura 15 – Mapa do Império Britânico.....	37
Figura 16 – América do Sul invertida.....	38
Figura 17 – Região Metropolitana de Porto Alegre.....	39
Figura 18 – Compressão espaço-tempo	42
Figura 19 – Mapa do Município de Avorada	44
Figura 20 – Bacia Hidrográfica do Arroio Feijó	46
Figura 21 – Gentrificação.....	49
Figura 22 – Ruth Glass.....	50
Figura 23 – <i>Gentrification and colonialism</i>	51
Figura 24 – Plano Çatalhöyük	52
Figura 25 – Assentamento Çatalhöyük	53
Figura 26 – Favela da Rocinha.....	54
Figura 27 – Plano das favelas brasileiras	54
Figura 28 – Benjamin Franklin Chavis Jr.	55
Figura 29 – Robert D. Bullard.....	56
Figura 30 – PIB per capita.....	59
Figura 31 – Mapa do Bairro Jardim Algarve	64
Figura 32 – Mapa Hidrográfico do Arroio Feijó (Algarve)	65

Figura 33 – Arroio Stella Maris (“valão”)	66
Figura 34 – Mapa da Integração Global do Município de Alvorada.....	69
Figura 35 – Algarve 1ª fase (SPH).....	70
Figura 36 – Algarve 2ª fase (SPH).....	71
Figura 37 – Estudo Geológico	73
Figura 38 – Algarve 3ª fase (SFH).....	74
Figura 39 – Imagens de satélite	75
Figura 40 – Localização da Escola Betinho	77
Figura 41 – Indicadores Município/Escola	78
Figura 42 – Dados do Ideb	79
Figura 43 – Esquema de Hannoun.....	81
Figura 44 – Cartógrafo 1	86
Figura 45 – Cartógrafo 2	87
Figura 46 – Cartógrafo 3	88
Figura 47 – Cartógrafo 4	89
Figura 48 – Cartógrafo 5	90
Figura 49 – Cartógrafo 6	91
Figura 50 – Cartógrafo 7	91
Figura 51 – Cartógrafo 8	92
Figura 52 – Cartógrafo 9	93
Figura 53 – Cartógrafo 10.....	93
Figura 54 – Cartógrafo 11	94
Figura 55 – Cartógrafo 12.....	95
Figura 56 – Cartógrafo 13	95
Figura 57 – Cartógrafo 14.....	96
Figura 58 – Cartógrafo 15	97
Figura 59 – Cartógrafo 16.....	98
Figura 60 – Cartógrafo 17	99
Figura 61 – Cartógrafo 18	100
Figura 62 – Cartógrafo 19.....	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 CHOROGRAPHIA DO ESPAÇO-TEMPO: ESCALA, TERRITÓRIO, CARTOGRAFIA	21
2 CONTEXTUALIZAÇÃO EM ESCALA METROPOLITANA	39
3 CONTEXTUALIZAÇÃO EM ESCALA MUNICIPAL.....	44
3.1 GENTRIFICAÇÃO: RACISMO AMBIENTAL E JUSTIÇA AMBIENTAL.....	49
4 CONTEXTUALIZAÇÃO EM ESCALA LOCAL: O BAIRRO	63
5 OBSERVATÓRIO CARTOGRÁFICO	76
5.1 AULA 02/03/2020.....	84
5.2 AULA 09/03/2020.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	112

INTRODUÇÃO

Em princípio, o viés interdisciplinar, proposto entre as disciplinas de História e Geografia, que permeiam esta dissertação, visam problematizar certas afirmações, tais como: “dispõe-se ao ensino de uma matéria na qual não tens formação nem ao menos habilitação?” “Estás licenciado para ensinar Geografia, sendo profissional da História?” Interrogações como essas são feitas, em geral, em decorrência da escassez de docentes profissionais da disciplina de Geografia, em busca de respostas na tentativa de qualificar, no debate ou no embate do cotidiano escolar, no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, devido a condicionante sobrecarga destinada aos docentes profissionais do ensino da História, desde as mais remotas regulamentações educacionais. O que sabemos é que “a separação entre História e Geografia ocorreu a partir de 1862, e foi pelo Regulamento de 1855, que introduziu História do Brasil como disciplina autônoma da História” (BITTENCOURT, 1993, p. 196).

São os imbróglis questionadores da rotina escolar que confrontam os profissionais da disciplina de História de modo alienante, nas tentativas inoperantes da dissociação das disciplinas, como se uma não dependesse da outra e fosse possível a compreensão de ambas em sua totalidade pela subestimação, ou pela postura de autossuficiência de cada disciplina de forma fragmentada, no enredo das visões distorcidas de uma educação tradicional que submete os indivíduos a pensarem de forma estanque e truncada.

Portanto, o trabalho a ser desenvolvido apresenta-se como um projeto cartográfico de prática interdisciplinar no ensino, que, de forma abrangente, proporcione a aproximação do(s) conceito(s) da cartografia ao ensino de História. Racine, Raffestin e Ruffy (1983), por sinal, nos apresentam alguns esclarecimentos iniciais:

Na verdade, os geógrafos por terem consagrado a carta topográfica – esse primeiro modelo geométrico-matemático - adotaram o conceito de escala tal como foi definido e empregado pela cartografia. As consequências deste empréstimo tem sido consideráveis para a Geografia porque essa não dispõe, de fato, de um conceito próprio de escala e não é evidente que o da cartografia lhe seja apropriado. A cartografia é um instrumento disponível, mas não é a Geografia. (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983, p. 124).

Afinal, de quem é a cartografia? É por esse caminho de conversação entre as disciplinas de Geografia e História e por suas relações interdisciplinares que podemos considerá-las “gêmeas dizigóticas” que dialogam teoricamente desde, pelo menos, os primeiros momentos dos *Annales*:

exemplo que talvez mais tenha impulsionado os historiadores foi a reação antipositivista da Geografia, com a criação, em 1891, da revista *Annales de géographie*. Pierre Vidal de La Blach lidera um movimento que servirá de inspiração a M. Bloch e L. Febvre, pela luta contra o Positivismo, eliminando os acontecimentos políticos do passado para fixar-se no tempo atual, no que se mantém no presente; (CHAGASTELLES, 1997, p. 12).

Nessa composição interdisciplinar e no percurso das leituras feitas, que se revelam como marcos na própria historiografia, destaque-se: é por intermédio das investigações mediterrânicas de Braudel (1983) que o espaço se apresenta como o local onde as interações humanas oscilam com o meio. A interdisciplinaridade, em sua obra, é o porto seguro para reconstituição de um passado, que já não existe. Assim:

estas lentas marés não se desenvolveram isoladamente; às oscilações gerais entre o homem e o meio em que vive há que acrescentar outras flutuações como as da economia que, embora por vezes lentas, são normalmente mais reduzidas. Todos estes movimentos se sobrepõem, regulando a complexa vida dos homens, que só pode vingar se respeitarem, deliberada ou inconscientemente, esses fluxos e refluxos. Por outras palavras, a observação geográfica permite-nos detectar as mais lentas oscilações que a história experimenta. Nesse sentido se orientará a investigação que desenvolveremos [...]. (BRAUDEL, 1983, p. 119).

A “observação geográfica”, sugerida por Braudel, não deve ser ignorada. Em suas contribuições historiográficas ousadas, arriscou-se na postura de historiador que flerta com a geografia ao não permitir hierarquizações, fronteiras e limites para o estabelecimento do diálogo entre as ciências sociais em um contexto de crise e querelas:

As ciências do homem sairão, dessas dificuldades por um esforço suplementar de definição ou acréscimo de mau humor? Talvez tenham a ilusão disso, pois (no risco de voltar a antigas repetições ou falsos problemas) ei-las preocupadas, hoje, ainda mais que ontem, em definir suas metas, seus métodos, suas superioridades. Ei-las, à porfia, empenhadas em chicanas sobre as fronteiras que as separam, ou que não as separam, ou que as separam mal das ciências vizinhas. Pois cada uma delas sonha, de fato, em permanecer o que é, ou retornar a sua casa... Alguns estudiosos isolados organizam paralelos: Claude Lévi-Strauss (2) impele a antropologia "estrutural" rumo aos procedimentos da linguística, aos horizontes da história "inconsciente" e o recente imperialismo das matemáticas "qualitativas". Tende para uma ciência que ligaria, sob o nome de ciência da comunicação, a antropologia, a economia política, a linguística... Mas quem está pronto para esses franqueamentos de fronteira e para esses reagrupamentos? Por um sim o por um não, a própria geografia se divorciaria da história!

Mas, não sejamos injustos; há um interesse nessas querelas e recusas. O desejo de cada um afirmar-se contra os outros está forçosamente na origem de novas curiosidades: negar outrem, já é conhecê-lo. Mais ainda, sem o querer explicitamente, as ciências sociais se impõem umas às outras, cada uma tende a compreender o social no seu todo, na sua “totalidade”; cada uma invade o domínio de suas vizinhas crendo permanecer em casa. A Economia descobre a Sociologia que a rodeia, a História –

talvez a menos estruturada das ciências do homem – aceita todas as lições de sua múltipla vizinhança e se esforça por repercuti-las. (BRAUDEL, 2019, p. 42).

Em meio a essas querelas, restam-nos as dúvidas sobre os limites da História e os da Geografia, e vice-versa. Fugindo por um instante da vasta produção da historiografia eurocêntrica, em busca de respostas a essa incógnita, encontramos na breve análise do historiador brasileiro Temístocles Cezar, em seu artigo intitulado *A geografia servia, antes de tudo, para unificar o império. Escrita da história e o saber geográfico no Brasil oitocentista*, a investigação desveladora das intencionalidades, dos discursos utilitários e pragmáticos do pensamento colonizador e imperialista construído em torno da Geografia e da História, orquestrados pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) como um projeto político, que deu ênfase aos debates sobre as disputas dos domínios territoriais com as demais potências europeias. Em conformidade ao que nos informa o próprio título do artigo, percebe-se também a presença da interdisciplinaridade na composição geo-histórica, em destaque na nominata da instituição:

Desde a fundação, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cuja principal tarefa é a de escrever a história da nação, concede à geografia uma atenção particular. O próprio nome da instituição constitui-se em um indicativo significativo. Porém, sendo a geografia uma disciplina cuja institucionalização como ciência é tardia (seu primeiro momento epistemológico chega somente nos últimos vinte anos do século XIX com Friedrich Ratzel), sua relação com a história é marcada pela ambiguidade (ora disciplina auxiliar, ora saber independente). O que há de comum entre elas é o uso político a que ambas estão submetidas. (CEZAR, 2015, p. 79-80).

Localizamos, também, em algumas dissertações das edições pretéritas do Mestrado Profissional no Ensino de História, tópicos cujos temas possuem proximidade com as discussões espaciais, com relação às abordagens urbanas em trabalhos desenvolvidos sobre “localidades”, “cidades”, “lugares” e “estudos do meio”. Em geral, acabam inclinando-se para a pesquisa de uma linha formalizada, que se coaduna mais com a lógica da Educação Patrimonial e da Memória local. Essas abordagens não deixam de ser consideradas de primordial importância para as pesquisas do campo e do processo educativo escolar, mas, em dado momento, trilharemos com certo distanciamento, em busca de novos rumos e sentidos, pelo percurso da atividade interdisciplinar. Assim como em Gabriel (2015), observamos poucas abordagens sobre estes temas e a realidade do ensino, mesmo sobre a relação entre as referentes disciplinas de História e de Geografia que, nos discursos recorrentes, apresentam-se como complementares e necessárias. Nesse sentido, afirma Gabriel:

Trabalho com a hipótese de que, embora muitas alternativas curriculares recentes sobre processos de ensino-aprendizagem na disciplina de história mobilizem significantes a interface tempo-espaço, estendida como elementos indissociáveis na produção do social, ainda não recebeu no campo da historiografia escolar, um olhar atento sobre os seus possíveis efeitos políticos-pedagógicos no ensino/aprendizagem dessa disciplina. Trata-se de uma abordagem que se insere na esfera dos estudos curriculares que incorporam as contribuições das perspectivas pós-fundacionais, em particular no que elas oferecem como ferramentas de análise para superação de leituras essencialistas do mundo (GABRIEL, 2015, p. 177-178).

Outros propósitos e perspectivas atuais ampliam o leque de alternativas, que norteiam a direção e a produção de novos rumos, sentidos e desafios no porquê atuar no ensino de História em diálogo constante com a Geografia, em termos de aprofundamentos teóricos e práticos no processo de ensino-aprendizagem. Em síntese, como pontua Cabrini (2000, p. 49), “a localização no tempo e no espaço é geralmente considerada como a primeira coordenada para a definição do objeto de estudo”. Para além de uma temporalidade espacial e física, a autora acrescenta:

Em relação ao espaço, o que interessa à história é refletir sobre o meio histórico: o meio geográfico transformado pela ação dos diferentes grupos sociais nele presentes. É a isso que se deve ficar atento, com os alunos, no exame de seu objeto de estudo. E, em relação ao tempo o que interessa à história? As transformações sociais se dão em um tempo diferenciado, em um “tempo histórico”, que deve exprimir e explicar essa mudança. É esse tempo – que chamaremos de tempo histórico – que devemos ficar atentos e não somente ao que podemos chamar de tempo físico ou tempo cronológico. O tempo histórico exprime, explica as alterações que sofre a realidade social em estudo.” (CABRINI, 2000, p. 51).

Nessa construção do tempo histórico, em busca de uma resposta à sua problemática, nos baseamos em diferentes aspectos dimensionais do plano cartográfico, que podem nos auxiliar no desafio interdisciplinar do ensino da história. Portanto, seguiremos pelos seguintes objetivos:

1. Na contextualização cartográfica; através da reconstituição de uma genealogia cartográfica, atravessada pela leitura imagética desses artefatos culturais, sobre uma perspectiva corográfica.¹
2. Na dimensão explicativa da escala cartográfica metropolitana; que passa pela contextualização necessária no caminho dessa dissertação, em meio a escala do mundo globalizado, em que as identidades das diferentes aldeias se comunicam em redes pois,

¹ O termo “corografia” serve como inspiração e empréstimo da obra acadêmica do historiador da cartografia Peixoto (2005).

a referência local faz emergir em nossos dias atuais, a tentativa de se buscar a afirmação identitária dos sujeitos globais² no espaço-tempo (local-presente).

3. Uma terceira via de confecção desse projeto a ser cartografado é a dimensão em escala municipal; estudo dessa proposta que passa pela captação conceitual dos fenômenos gentrificadores, degentificados e gentificados na ação humana sobre o espaço-tempo, e que se manifestam como marcadores dos condicionamentos sociais.
4. Não podemos ignorar, por conseguinte, as visões sobre os impactos ambientais, resultantes do processo de expansão urbana local, em desenvolvimento do qual fazemos parte em sua totalidade. Não expressos cartograficamente, mas que se manifestam em corografias na compreensão da zona proximal do espaço. Considerando-se a escola como o espaço do processo educativo, formativo, e do ensino que, portanto, deveria extrapolar seus muros, pelo papel e legado que compreende incorporar na sociedade.
5. Finalmente, buscaremos discorrer sobre um entendimento, ou pelo menos pela resignificação, das diferentes leituras cartográficas sobre o espaço local; produzido através das representações cartográficas dos sujeitos-educandos, como a última via a ser percorrida neste empreendimento, antes das conclusões finais, ou inconclusões, frente aos desafios que podem se apresentar na realidade não projetada, e imprevisível do tempo.

Em tempo atual e presente, concretizando-se no espaço habitado-e meio as constantes transformações ocasionadas pela ação humana a problemática chave dessa investigação didática passa pelo endossamento desse percurso interdisciplinar, que discorrerá sobre: como a abordagem cartográfica do espaço ocupado e vivenciado no bairro Jardim Algarve, localizado

² “Aldeia global” é o conceito cunhado pelo sociólogo canadense Herbert Marshall McLuhan para explicar a ideia de que o avanço tecnológico tende a encurtar distâncias, recriando no planeta a situação social que ocorre em uma aldeia. Pelos meios eletrônicos, as pessoas estariam se reconectando em um mundo globalizado. Segundo McLuhan, as mídias de massa, fruto da evolução das Tecnologias da Informação e da Comunicação, interligaram o mundo, estreitando suas relações econômicas, políticas e sociais. Elas estariam reconstituindo uma cultura, padrões, valores e o conjunto de signos e símbolos de forma massificada. A capacidade de atingir diversos receptores, portanto, estaria criando uma globalidade de ideias. O conceito foi proposto pela primeira vez na obra “A Galáxia de Gutenberg”, de 1962 (posteriormente expandido em “Os Meios de Comunicação como Extensão do Homem”, de 1964). Nesse contexto, McLuhan falava principalmente da televisão. O conceito, entretanto, está voltando à tona com a ampliação do acesso à internet, já que a comunicação é uma via de mão dupla, e agora é possível uma comunicação bidirecional global de fato. Marshall McLuhan foi o primeiro a estudar como as novas tecnologias afetam a comunicação humana e ficou conhecido por prever a internet e suas implicações trinta anos antes de sua criação. Alguns o apontam como “guru da comunicação”; é conhecido por ter cunhado a máxima “o meio é a mensagem”; é influenciador de inúmeros críticos culturais, pensadores e teóricos da mídia. Faleceu em 1980, mas sua obra é mais atual do que nunca. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/aldeia-global/>. Acesso em: 7 jun. 2021.

no município de Alvorada, no Rio Grande do Sul, possibilitam a abstração do conhecimento no ensino da História local, em seu passado-presente.

A escolha desse local deve-se às relações dinâmicas de suas transformações urbanísticas frente às percepções sobre o espaço habitado. Então, buscamos explicações nas origens das querelas narrativas expressas em corografias, sejam elas de ordem teóricas ou práticas, acadêmicas ou escolares, antigas ou recentes, para o desafiante empreendimento cartográfico, de empenho interdisciplinar, no âmbito do ensino da História, em sua relação com a disciplina de Geografia. Busca-se uma metodologia e um projeto de reconhecimento da ocupação do espaço habitado, que possibilite ultrapassar os limites estabelecidos pelos obstáculos e pelas restrições das diretrizes impostas às áreas do conhecimento.

Dessa forma, embasamos nosso propósito tanto na reconstituição da história local quanto no desvelamento da urbanização em seu processo de desenvolvimento pela atuação dos diversos atores construtores do saber no espaço-tempo. Selando primorosa parceria entre as disciplinas, que se afirmam de forma estreita na área na produção do conhecimento, estão relacionadas aos desafios diários pela atuação dos seus profissionais em sala de aula, pois “a preocupação com a abrangência da atividade humana encoraja a interdisciplinaridade” (CIAMPI, 2000, p. 245). Nessa perspectiva:

A aspiração à interdisciplinaridade faz parte do projeto dos criadores dos *Annales*, e claramente transparece em seu primeiro comitê editorial - um geógrafo, um sociólogo, um economista e um cientista político. No fundo, encontramos uma aspiração federalista que derrotará as mesmas pretensões por parte de outras ciências sociais, especialmente a Sociologia. (CHAGASTELLES, 1997, p. 17).

Há possibilidades de atuação em meio às duas ou a mais disciplinas que se apresentam como uma experiência enriquecedora e, ao mesmo tempo, desafiadora, no exercício da docência e no contexto da escola pública em crise. Corrobora-se, assim, a proposta consagrada de que a “interdisciplinaridade é uma das marcas do exercício em educação” (FARIA FILHO *et al.*, 2004, p. 142).

A interdisciplinaridade, no entanto, se impõe em abordagens conjuntas, em função da precarização do ensino público, caracterizado pela desvalorização dos educadores. Em meio aos mais controversos problemas da escola pública e de suas lutas históricas e cotidianas, buscam-se melhorias das condições para atuação profissional docente, em uma realidade que “não só expulsa seus alunos como também professores” (CIAMPI, 2000, p. 246).

Nesse empreendimento cartográfico, dedicaremos maior atenção espaço-temporal, em um primeiro capítulo, abordando os conceitos de cartografia, corografia, escala e território.

No segundo capítulo, abordaremos a contextualização da escala metropolitana, em meio à dimensão do mundo globalizado, em seu processo de supressão do espaço-tempo como efeito dos avanços tecnológicos.

Na abordagem do terceiro capítulo, passamos a contextualização em escala municipal, que se desdobra no subtópico sobre o processo gentrificador do espaço-tempo destacado literalmente pela exposição das imagens de três expoentes fundamentais nesse tópico, principalmente pela representação do ícone da presença feminina no meio acadêmico. Citam-se a contribuição pioneira para as pesquisas sobre o espaço gentrificado na figura da socióloga Ruth Glass e a expressão imagética da cor e da resistência em relação à eugenia espacial, no contexto da luta pelos direitos civis dos negros estadunidenses, expressa nas figuras dos pensadores e ativistas Benjamin Franklin Chavis Jr. e Robert D. Bullard. Tateando entre variados pensadores e diversas bibliografias, encontramos nessas três figuras representativas a fonte de aprofundamento para o prosseguimento da pesquisa, não previstas anteriormente, no percurso de desenvolvimento deste projeto dissertativo, mas que chegam no momento cabal, ampliando as discussões sobre as apropriações espaço-temporais. Constitui-se a tríade fundamental de análise para a abordagem do fenômeno da eugenia espacial na conjuntura global.

No capítulo seguinte, de número quatro, abordaremos o local propriamente dito, a escala do bairro, que é nosso objeto específico de estudo.

No quinto e último capítulo, passamos a análise da sondagem cartográfica aplicada em processo de ensino-aprendizagem, na busca de respostas sobre como a investigação cartográfica pode contribuir e auxiliar na abordagem do ensino da História. Configura-se como observatório das abordagens que os educandos vivenciam ao fornecerem corografias, em suas impressões e visões sobre o espaço-tempo presente, através das produções das suas próprias fontes cartográficas.

Assim, prosseguimos nosso percurso interdisciplinar através da reconstituição baseada em imagens de uma genealogia de desvelamento cartográfico. Os mapas, representações versáteis, apresentam-se dessa forma, como verdadeiros artefatos culturais, que nos servem visualmente de inspiração. Constituem-se como ferramentas metodológicas em sua funcionalidade imagética, que conduzem essa tarefa dissertativa corográfica, antecipando-se a todo o aparato bibliográfico e ao próprio ato de escrever. Bibliografia e escrita enredadas pelas cartografias tornam-se textos contextualizados na ação desse projeto dissertativo. Deixemos que as cartografias falem por si só e que produzam novas aprendizagens!

1 CHOROGRAPHIA DO ESPAÇO-TEMPO: ESCALA, TERRITÓRIO, CARTOGRAFIA

“A cabeça pensa de onde os pés pisam”
Frei Betto

Como que nos esclarecem Racine, Raffestin e Ruffy (1983), a cartografia não é propriamente a Geografia, não existindo, dessa maneira, uma ciência proprietária do ato de cartografar. Confundem-se, por vezes, certas relações conceituais quanto à diferenciação entre as escalas cartográficas e as escalas geográficas. Assim:

“É talvez essa a ocasião de convidar os geógrafos a descobrir uma “escala das preocupações humanas” que transcendem as preocupações técnicas daqueles que somente se interessam pelas variações das escalas geográficas em si mesmas” (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983, p. 134).

As noções de escalas cartográficas, por sinal, sempre foram associadas ao sistema métrico matemático, preso em representações gráficas que limitam a reflexão sobre a diversidade das relações escalares. Seriam representações forçosamente submetidas por uma objetividade estritamente geométrica, em meio à confusão conceitual entre as escalas geográficas e as escalas cartográficas. “Portanto, tão importante como saber que as coisas mudam com o tamanho, é saber exatamente o que muda e como muda” (CASTRO, 2009, p. 121).

As próprias noções conceituais entre espaço e território também se confundem em suas delimitações, sendo seus conceitos mutáveis, uma vez que o espaço e o território não são a mesma coisa. “O espaço é a “prisão original” o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144), por sua vez, a territorialidade se forja em relações de poder engendradas:

“Uma pura problemática urbana tem já como consequência contrair o espaço, quer dizer modificar a escala cartográfica. Mas é ao mesmo tempo uma relação de poder pois isso significa que somente levamos em conta o conjunto urbano. Estamos então na lógica da “cidade” em oposição à “não cidade” (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983, p. 130).

Dessa forma, a questão da escala não se condiciona apenas à dimensão, mas também ao fenômeno, e o fenômeno, em uma totalidade, pode estar presente no detalhe.

Já a territorialidade é a ação dinâmica, que pode sofrer variações, mas, como uma problemática relacional, deve submeter-se por uma escala da alteridade, em relações

mediatizadas do cotidiano. Observemos o caso siciliano, exemplo de como se faz identidade de um território:

A territorialidade de um siciliano, por exemplo, é bem constituída pelo conjunto daquilo que ele vive cotidianamente: relações com o trabalho, com o não-trabalho, com a família, a mulher, a autoridade política etc. Entretanto, não é possível compreender essa territorialidade se não se considerar aquilo que a construiu, os lugares em que ela se desenvolve e os ritmos que ela implica. Há a parte interna da territorialidade, o núcleo denso, em certo sentido, e a parte externa, aquela imposta pelos atores não sicilianos. A territorialidade siciliaría é uma longa luta para preservar uma identidade, uma diferença, mas é uma luta esgotante contra o norte da Itália. O poder piemontês não obliterou a identidade siciliana, também não modificou sensivelmente as relações ancestrais, mas, ao contrário, bloqueou a evolução da territorialidade e, ao mesmo tempo, foi modificado por essa relação exaustiva. Se o Norte impôs à Sicília uma relação dissimétrica no plano econômico, a Sicília, em contraposição, impôs ao norte uma relação conflitual no plano político. A relação Itália-Sicília é a história do choque de duas territorialidades contraditórias, caracterizadas, respectivamente, por uma racionalidade econômica capitalista e uma racionalidade política "feudal". Melhor que ninguém, René Rochefort exprimiu esse confronto, que se traduz por múltiplos bloqueios: "Para os milaneses e os piemonteses, a Sicília permanece uma terra estranha, de onde se volta com histórias coloridas, negras ou rosas, que têm cheiro de idílio ou de filme policial". Com a racionalidade econômica do norte, há a ruptura técnica, psicológica e sociológica: "O nascimento de novos pólos de desenvolvimento sicilianos sob o controle e com a ajuda da economia dominante da Itália setentrional deixa, assim, a economia siciliana gravemente desarticulada, para não dizer mais desarticulada que nunca". Mas o Norte está em ruptura com a racionalidade política da Sicília, da qual uma burguesia que procede da terra (e, por uma certa parte, pela promoção mafiosa) é detentora. A territorialidade siciliana é profundamente dissimétrica e conflitual. As relações com os seres, com as coisas e com os territórios que a compõem são, quase sempre, atravessadas pela violência, a forma extrema e brutal do poder. Pode-se perguntar se a territorialidade não estaria em condições de favorecer um sistema de análise ternária que romperia com a tradição do sistema bipolar clássico, homem-meio. (RAFFESTIN, 1993, p. 162-163)

A longa citação é importante porque expõe aspectos que escapam dos limites homogêneos impostos pela cartografia oficial sobre determinado território, na tentativa de ocultação das identidades e das diferenças no espaço-temporal, que, de fato, são marcadas por relações heterogêneas dissimétricas e conflituais.

A cartografia, em geral, apresenta-se como registro na tentativa de representação espacial no tempo, buscando comunicar visualmente determinadas orientações de localização. Podemos, entretanto, considerá-la como verdadeiro artefato cultural humano, produzido por diferentes povos ao longo da nossa história. Concorre-se, dessa maneira, para uma produção cartográfica que surge antes de qualquer método técnico- científico, em razão do conhecimento natural, antecipando o próprio desenvolvimento da escrita e raciocínio condicionado por uma lógica matemática. Segundo nos esclarece Seemann (2011, p. 39):

cada sociedade produz (e também reproduz) “geografias” e “cartografias” específicas, bem como formas e maneiras distintas de pensar, perceber e representar espaços, lugares, territórios e regiões. Portanto, esses mapeamentos são tratados apenas como produtos residuais ou efeitos colaterais na educação cartográfica. A cartografia na sala de aula se baseia principalmente no modelo científico-normativo das sociedades ocidentais e não dá a devida atenção à vida cotidiana e aos mapas na nossa mente, os quais não obedecem a regras matemáticas e pensamentos geométricos. A cartografia não deve ser vista como apenas uma “ferramenta técnica”, mas também como parte das nossas próprias práticas sociais.

Portanto, aqueles que anseiam mapear algo no empreendimento a serviço da localização, da orientação e da comunicação visual, por si só, performaticamente tornam-se cartógrafos. Invocamos nesse percurso a inspiração focada no projeto visionário do filósofo iconoclasta Nietzsche, que se insurge pela sugestão da destruição de todas as formas de conceitos fixos através dos golpes do martelo, em ação criativa prescrita no encerramento do último capítulo do seu enigmático livro *Crepúsculo dos Ídolos ou como filosofar a marteladas*:

“Por que tão duro!” -falou ao diamante um dia o carvão: “não somos afinal parentes próximos?”
Por que tão frágeis? Ó meus irmãos, assim vos pergunto: vós não sois afinal – meus irmãos?
Por que tão frágeis, tão prontos a ceder e a amoldar-se? Por que há tanta negação, tanta renegação em vossos corações?
Tão pouco destino em vossos olhares? E vós não quereis ser destino e algo inexorável: como poderíeis um dia vencer comigo?
E se as vossas durezas não querem relampejar e cortar e despedaçar: como poderíeis vós criar comigo?
Todos os criadores são em verdade duros. E venturança precisa parecer-vos imprimir a vossa marca sobre milênios como sobre cera, –
Venturança de escrever sobre a vontade de milênios como sobre bronze – como sobre algo mais duro do que o bronze. Totalmente duro solitariamente é o que há mais nobre. Esta nova tábua, ó meus irmãos, coloco sobre vossas cabeças: tornai-vos duros!
(NIETZSCHE, 2005, p. 109).

Por conseguinte, buscamos outra via para melhor compreensão cartográfica através da metodologia visual e corográfica. *Chorographia* se caracteriza como traço genético descritivo precedente à ideia cartográfica. Na análise cartográfica, recorreremos ao auxílio corográfico, que, em imagens e descrições, interagem e se enredam na construção textual, possibilitando a experiência de desmontar os conceitos fixos, pela reconstituição de uma genealogia cartográfica em desvelamento do saber, no sentido contrário às convenções do *modus operandi* oficial e delimitador da cartografia tradicional excludente das variedades dos artefatos culturais produzidos ao longo dos tempos. A cartografia como artefato cultural rompe com as convenções instituídas, permitindo a discordância de uma dada “cartografia profissional”, não submetida pelos traços genéticos das produções culturais.

Os artefatos culturais, em superação da cartografia oficial (limitadora do desvelamento das imagens visuais), são expressos nas produções cartográficas sociais, na diversidade dos grupos humanos, em diferentes espaços temporais. Nesta trajetória e para termos uma melhor compreensão sobre essa temática, abordaremos alguns vestígios cartográficos, em uma variedade de suportes, tais como os presentes nas artes rupestre das cavernas, no modelo de planta urbana neolítica do plano Çatalhöyük, na produção em terracota da civilização mesopotâmica, nas tramas de fibras do modelo polinésio, no alto relevo do monolito inca, nos geóglifos de Nazca, na Tábua ou Pergaminho de Peutingen. Decolonização modelos cartográficos modernos registrados em papel, e que se configuram nessas distintas produções imagéticas selecionadas abaixo para serem esmiuçadas, em observação de um percurso histórico de abordagem genealógica:

Figura 1 – Pintura Rupestre



Fonte: Brasil Escola.³

Originaram-se no período pré-histórico nas pinturas rupestres das cavernas (Figura 1), em produções visuais que transmitem não apenas a necessidade humana de localização, mas revelam a mensagem de uma cultura de cooperação, na busca da sobrevivência dos primeiros grupos humanos de caçadores coletores. As tendências a categorizar tais impressões humanas como “pré-cartográfica” demonstram a má fé e as intenções duvidosas de certa postura do racionalismo-cientificista.

Exemplo destacado da exposição na imagem acima são as pinturas encontradas no sítio arqueológico da Serra da Capivara, conforme as informações catalogadas pela Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM.⁴

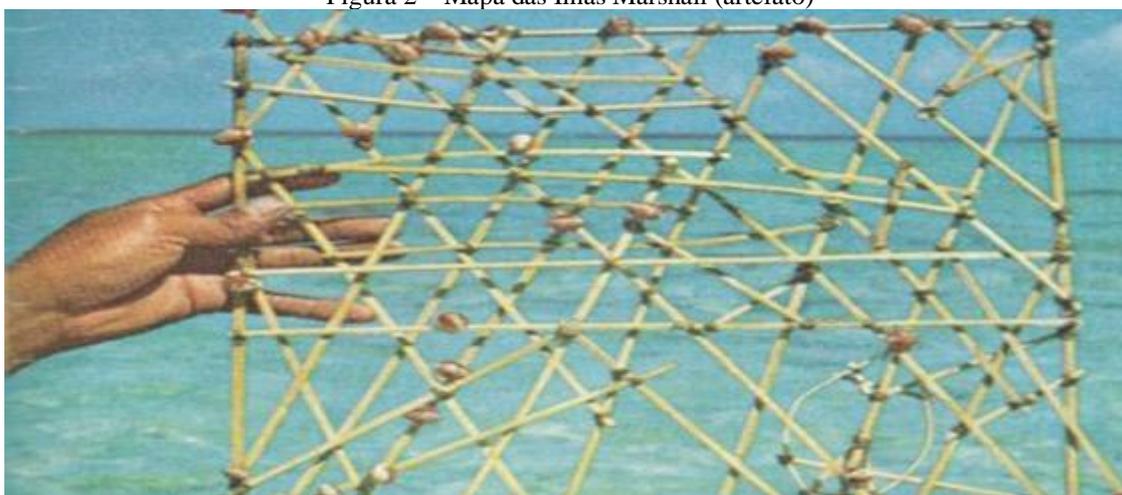
³ Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/arte-pre-historia.htm>. Acesso em: 7 jun. 2021.

⁴ Disponível em: <http://fumdham.org.br/parque/>. Acesso em: 7 jun. 2021.

O Parque Nacional Serra da Capivara ocupa 130 mil ha e está situado no SE do Estado do Piauí na região Nordeste do Brasil. Em 1991, o Parque foi inscrito pela Unesco na lista de Patrimônio Mundial pela importância dos seus sítios arqueológicos. Até o ano de 2018, foram registrados mais de mil sítios com pinturas e gravuras rupestres pré-históricas, indicando uma das maiores concentrações de sítios pré-históricos do mundo por quilômetro quadrado.

O maior atrativo cultural do Parque são os registros rupestres pré-históricos, pintados ou gravados sobre as paredes e os afloramentos rochosos. Consideradas como formas gráficas de comunicação utilizadas pelos grupos pré-históricos que habitaram a região, abordam uma grande variedade de formas, cores e temas. Foram registrados abrigos sob rocha pintados com cenas de caça, sexo, guerra e diversos aspectos da vida cotidiana e do universo simbólico dos seus autores.

Figura 2 – Mapa das Ilhas Marshall (artefato)



Fonte: Blogspot.⁵

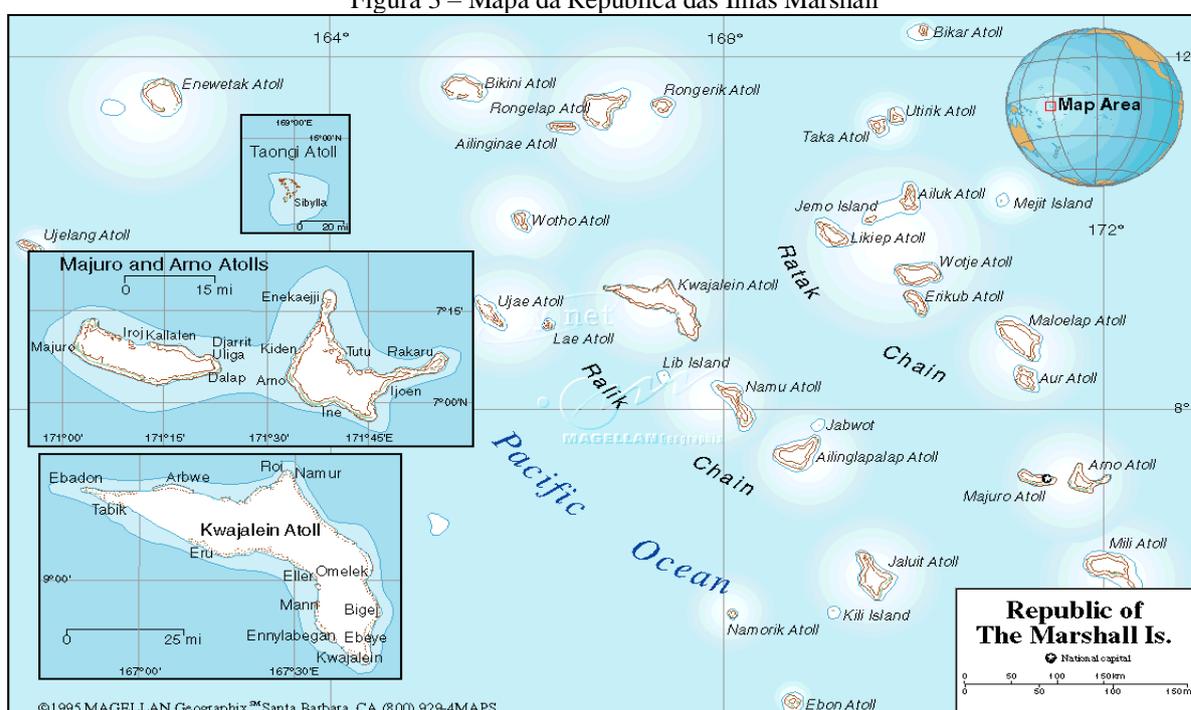
Outro suporte cartográfico engenhoso é o artefato milenar produzido pelos povos polinésios das ilhas pacífico, confeccionado por conchas atreladas a tramas de fibras vegetais. Ele orienta a localização na região das Ilhas Marshall, que nos informam, curiosamente, até sobre as direções das ondas do mar (Figura 2). Trata-se de uma representação do conhecimento nato dos povos das ilhas sobre as rotas dos ventos marítimos no desejo da comunicação, das trocas, das relações colaborativas e do encontro entre as comunidades marítimas que trafegam pelo oceano. Em contrapartida, o traço topomínico predominante da colonização europeia que identifica essa região da Oceania apresenta uma história de aspectos geográficos peculiares:

As Ilhas Marshall, as ilhas orientais da Micronésia, são as tampas de coral estabelecidas nas bordas de vulcões submersos subindo do fundo do Oceano Pacífico. Espalhados mais de 750.000 quilômetros quadrados, que consistem de duas cadeias paralelas de atóis de coral: o Ratak, ou nascer do sol, a leste e a Ralik, ou pôr do sol, a oeste. As cadeias são 125 quilômetros de distância e estendem a cerca de 800 km a noroeste para sudeste. No total, as Ilhas Marshall consiste em 29 atóis de cada uma

⁵ Disponível em: <http://moises-de-oliveira.blogspot.com/2016/12/a-historia-da-cartografia.html>. Acesso em: 7 jun. 2021.

composta de muitas ilhotas e cinco ilhas. No total, há cerca de 1.225 ilhas e ilhotas. A área total é de aproximadamente 70 quilômetros quadrados (181 quilômetros quadrados), com a altura média da terra cerca de sete pés (dois metros) acima do nível do mar. A maioria dos 60.422 habitantes vivem em dois atóis: Majuro, capital da República, e no Ebeye em Kwajalein, o maior atol do mundo, com uma área de seis quilômetros quadrados em torno de uma lagoa de 655 quilômetros quadrados. Enquanto a Micronésia ocidental provavelmente foi colonizada por povos das Filipinas ou da Indonésia cerca de 1500 aC, acredita-se que leste Micronésia incluindo as Ilhas Marshall foi colonizada por melanésios em aproximadamente ao mesmo tempo e, possivelmente, por povos da Micronésia ocidental em cerca do começo da era cristã. Relíquias encontradas em Majuro renderam datas de carbono de 30 aC e 50 dC. Micronésios no início eram navegadores experientes que fizeram viagens longas canoas entre os atóis.⁶

Figura 3 – Mapa da República das Ilhas Marshall



Fonte: Infoescola.⁷

⁶ Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/turismo/historia-das-ilhas-marshall>. Acesso em: 7 jun. 2021.

⁷ Disponível em: <https://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2012/06/mapa-ilhas-marshall.gif>. Acesso em: 7 jun. 2021.

Figura 4 – Monolito de Sayhuite



Fonte: Magnus MUNDI.⁸

Na arquitetura do monolito Inca de Sayhuite (Figura 4), encontramos a representação de um plano cartográfico urbano tridimensional esculpido em alto relevo. Ele pode ter servido tanto para fins de rituais religiosos como ao próprio planejamento territorial urbano, despertando curiosidades e auxiliando a arqueologia em seus estudos comparativos atuais, mesmo que a totalidade das explicações científicas sobre essa escultura não estejam plenamente resolvidas.

Enquanto os criadores permanecem um mistério, o monólito fornece aos arqueólogos uma visão sobre a cultura da população pré-colombiana. Os arqueólogos determinaram que o local era um centro religioso inca, onde rituais e cerimônias de adoração à água eram realizados. O monólito é uma pista importante para isso, pois representa um fluxo semelhante ao da água entre as esculturas. Os engenheiros modernos também especulam que o monólito é uma representação dos sistemas de irrigação presentes na cultura inca. Embora o significado preciso dessa pedra permaneça sem solução, o monólito faz parte da cultura material do povo inca e, como tal, ajuda os arqueólogos a descobrir como e por que viviam dessa maneira. Compreender a cultura inca de uma perspectiva arqueológica ajuda os arqueólogos a aplicar esse conhecimento a civilizações semelhantes e encontrar ligações entre culturas antigas.⁹

⁸ Disponível em: <https://www.magnusmundi.com/o-misterioso-monolito-sayhuite/>. Acesso em: 7 jun. 2021.

⁹ Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Sayhuite>. Acesso em: 7 jun. 2021.

Figura 5 – Mapa de Çatalhüyük



Fonte: Wordpress.¹⁰

Outro artefato envolvido em meio às variadas controvérsias e discussões científicas quanto ao seu *status* cartográfico é o mapa de Çatalhüyük (Figura 5), como representação da planta de um dos modelos de assentamentos urbanos mais antigos da Turquia. Em seu projeto arquitetônico, revelam-se as primeiras relações sociais urbanas, estabelecidas em um processo de urbanização colaborativo da sociedade neolítica.

Há cerca de 12.500 anos, aconteceu a maior de todas as revoluções. Uma que, defendem vários cientistas modernos, mudou a geologia do mundo, iniciando o Antropoceno, a Era do Humano: a invenção da agricultura. A Revolução Neolítica. Isso levou à criação de fazendas, daí cidades, daí impérios e exércitos. E, dessa revolução, sobrou uma importante testemunha: o fascinante assentamento de Çatalhüyük (pronuncia-se “chatal-ruiuk”). Habitado entre 9500 e 5700 a.C. – 3800 longos anos, bem mais do que pode se gabar qualquer país moderno –, ele mostra essa transição. Ou, ao menos, uma das ideias que os humanos tiveram para resolver os novos problemas causados pela humanidade sedentária e agrícola.¹¹

¹⁰ Disponível em: <https://contentor.wordpress.com/2009/05/13/c52-catal-huyuk/>. Acesso em: 7 jun. 2021.

¹¹ Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/pessoas-que-viviam-no-teto-e-sem-ruas-o-impresionante-assentamento-de-catalhuyuk.phtml>. Acesso em: 7 jun. 2021.

Figura 6 – Linhas de Nazca



Fonte: Guia Viajar Melhor.¹²

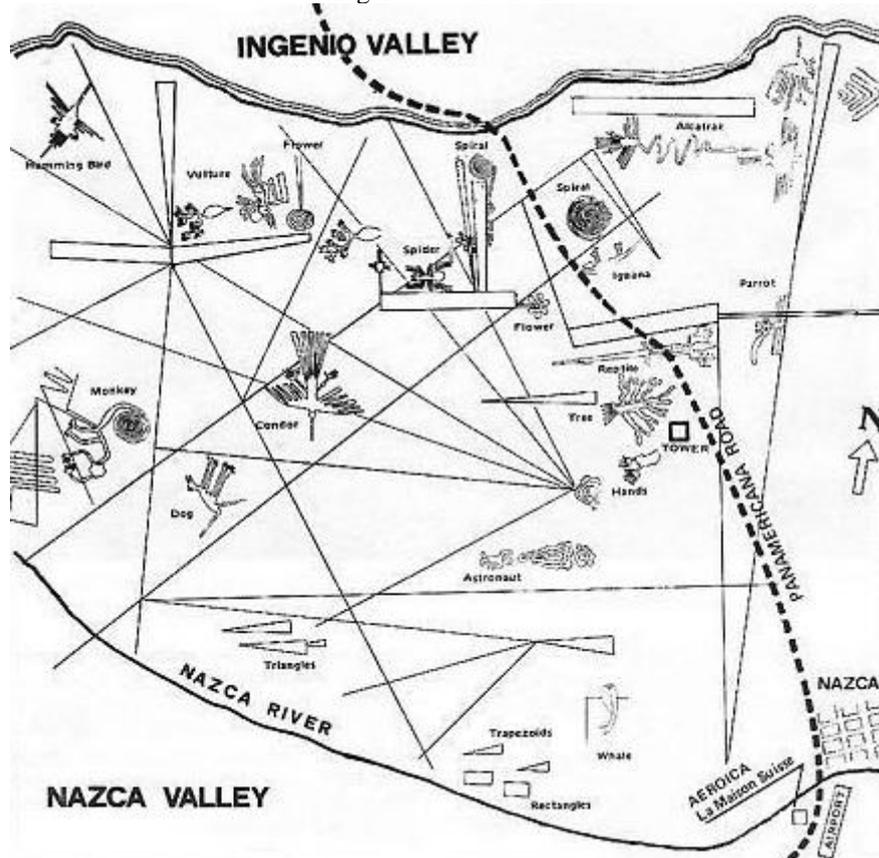
Figura 7 – Linhas de Nazca (Vista aérea)



Fonte: Ibid.

¹² Disponível em: <https://guiaviajarmelhor.com.br/linhas-de-nazca-a-atracao-mais-misteriosa-doperu/>. Acesso em: 7 jun. 2021.

Figura 8 – Vale Nazca



Fonte: Wikimapia.¹³

Em uma escala de maiores proporções, chamam-nos a atenção as dissonantes e curiosas linhas (geóglifos) de Nazca (Figuras 6, 7 e 8), gravadas em solo peruano, ainda envoltas em discussões sobre suas origens e em relação às suas possíveis funcionalidades. Elas serviam tanto para o atendimento aos rituais xamânicos-cósmicos de um determinado grupo humano quanto para a localização dos fluxos de água subterrâneos.

Cercadas de mistérios e teorias, as Linhas de Nazca são um enigma para historiadores que buscam explicar o significado e a grandiosidade dessa obra milenar. O legado foi deixado por civilizações pré-inca, como as de Paracas e a de Nazca, que habitaram a região localizada a 450 km ao sul de Lima, capital do Peru, há mais de dois mil anos. São tantas as perguntas ainda sem respostas que até a informação acerca dos povos autores dos desenhos, bem como o material utilizado e os objetivos para a realização das imagens, são motivos de intenso debate entre os estudiosos.¹⁴

Outros patamares de diferenciação cartográfica parecem apresentar-se como artefatos culturais em ruptura com o discurso cartográfico preponderante. Porém, em apropriações

¹³ Disponível em: <http://wikimapia.org/1665363/pt/Linhas-de-Nazca#/photo/123682>. Acesso em: 7 jun. 2021.

¹⁴ Disponível em: <https://www.segueviagem.com.br/geral/linhas-de-nazca-segredos-historia-e-cultura-reunidos-em-um-lugar/>. Acesso em: 7 jun. 2021.

fixadas em determinados recursos didático-pedagógicos, acabam por reforçar os conceitos sobre o posicionamento de uma determinada representação cartográfica de origem “mais antiga”. Registraram-se as placas de argila dos babilônios com ares de “oficialidade científica” (Figura 9), na intenção impositiva de sobrepor o conceito de “civilização do oriente próximo da Europa”, como marco temporal epistemológico de uma racionalidade historicista e eurocêntrica, que marginaliza as populações “tribais”. A lógica determinista da concepção formativa e cognitiva subsiste até os dias atuais em relação às periferias das “grandes civilizações”. Assim, podemos observar a abordagem didática abaixo (Figura 10), referente à cartografia mesopotâmica, reconhecida como “mais antiga” pela lógica de peridiorização positivista de exaltação das sociedades letradas, em contraposição aos saberes naturais considerados “primitivos” e “pré-históricos”.

Figura 9 – Mapa Babilônico



Fonte: Wikipedia.¹⁵

¹⁵ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_mapa-m%C3%A9di. Acesso em: 7 jun. 2021.

Figura 10 – Exercício cartográfico
Observe a figura.

MAPA DA MESOPOTÂMIA



(ufrgs.br/muscudetopografia)

É o mapa mais antigo que sobreviveu até hoje, foi encontrado na região da Mesopotâmia e representa o mapa de Ga-Sur. Desenhado por volta de 2 300 a.C., em um tablete de argila cozida, medindo 7 centímetros, tão pequeno que cabe na palma da mão, ele representa o rio Eufrates cercado por montanhas.

(Ceurio de Oliveira. *Cartografia Histórica*, 2000. Adaptado.)

A indicação do mapa e o texto demonstram que essa região histórica e geográfica está, hoje, localizada

- (A) no Egito.
- (B) no Iraque.
- (C) na Arábia Saudita.
- (D) no Nepal.
- (E) no Irã.

Fonte: Brainly.¹⁶

A partir de então, passamos a outro estilo de cartografia, sem excluir sua condição como artefato cultural, mas caracterizado por suas intencionalidades, marcadas por uma cartografia da expansão, do domínio e da conquista dos territórios, pela subjugação dos povos “bárbaros” aos povos “civilizados”. Submetidos aos padrões cartográficos renascentistas por seus ditames ocidentais greco-romanos, na tentativa de representação do espaço através da arte, da técnica ou da ciência cartográfica, expressam suas perspectivas utilitárias das relações de poder do ponto de vista relacional entre os vencedores e os vencidos-ocultados da história, conforme o

¹⁶ Disponível em: <https://brainly.com.br/tafe/13372230>. Acesso em: 7 jun. 2021.

conhecido poema de Brecht e de outros exemplos de abordagens cartográficas a seguir (Figuras 11, 12 e 13).

Quem construiu Tebas, a das sete portas? Nos livros vem o nome dos reis. Mas foram os reis que transportaram as pedras? Babilónia, tantas vezes destruída. Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas Da Lima Dourada moravam seus obreiros? No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde foram os seus pedreiros? A grande Roma. Está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem Triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio Só tinha palácios. Para os seus habitantes? Até a legendária Atlântida. Na noite em que o mar a engoliu. Viu afogados gritar por seus escravos. O jovem Alexandre conquistou as Índias. Sozinho? César venceu os gauleses. Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço? Quando a sua armada se afundou Filipe de Espanha. Chorou. E ninguém mais? Frederico II ganhou a guerra dos sete anos. Quem mais a ganhou? Em cada página uma vitória. Quem cozinhava os festins? Em cada década um grande homem. Quem pagava as despesas? Tantas histórias. Quantas perguntas.¹⁷

Figura 11 – Mar Mediterrâneo



Fonte: Blogspot.¹⁸

¹⁷ Disponível em: https://www.pensador.com/poema_bertolt_brecht/. Acesso em: 7 jun. 2021.

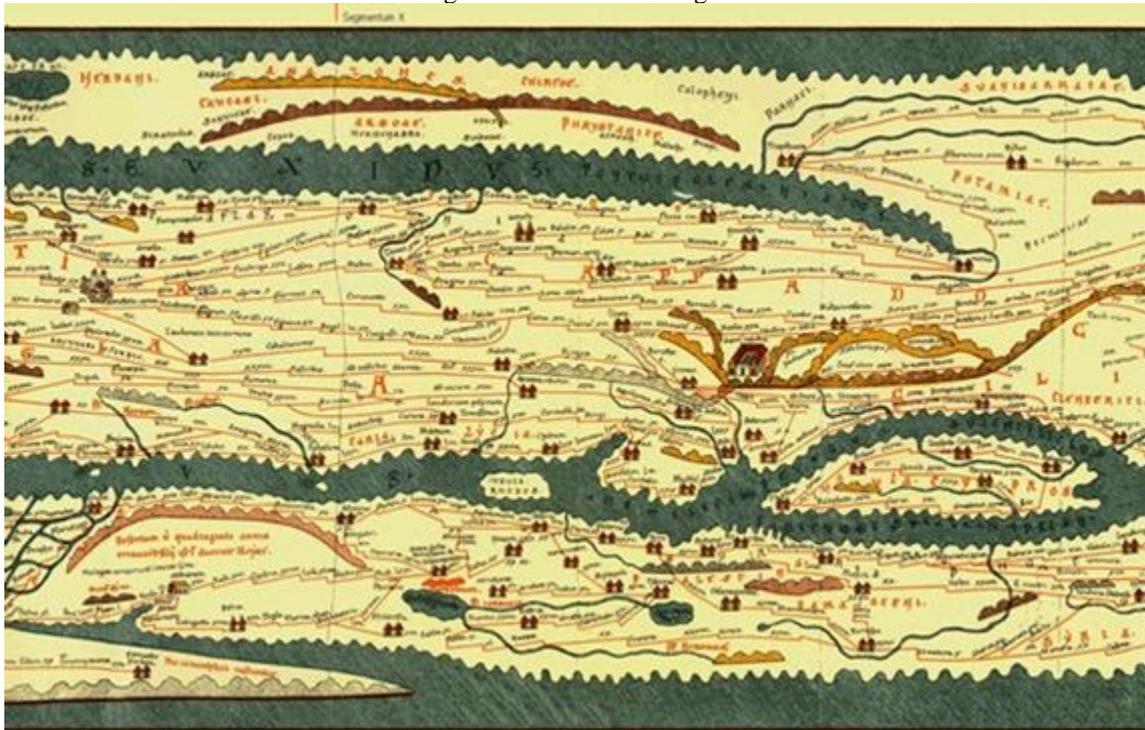
¹⁸ Disponível em: <https://piauinauta.blogspot.com/2012/11/mare-nostrum.html>. Acesso em: 7 jun. 2021.

Figura 12 – Orbis Terrarum



Fonte: SlideShare.¹⁹

Figura 13 – Tábua Peutinger



Fonte: Blogspot.²⁰

¹⁹ Disponível em: <https://www.slideshare.net/ildageo/cartografia-69344140>. Acesso em: 7 jun. 2021.

²⁰ Disponível em: <http://histormundi.blogspot.com/2018/03/tabua-peutinger-o-mapa-mundi-da-roma.html>. Acesso em: 7 jun. 2021.

Na Figura 13, o rolo de pergaminho mais atual da Tábua Peutinger, se no íterim das vãs e ocas discussões em torno da natureza do suporte, originariamente cópia de uma tábua, coloca em dúvida seu *status* de valor cartográfico pelas diretrizes estritas das “técnicas científicas”. Por outro lado, valiosamente, informam-nos sobre a preocupação dos romanos em registrar amplamente, detalhe por detalhe, os diversos aspectos espaciais sob seus domínios e sobre seu planejamento territorial. É possível encontrar no mapeamento dessa cartografia desde o farol de Alexandria aos confins do mundo oriental conhecido pelos romanos antigos.

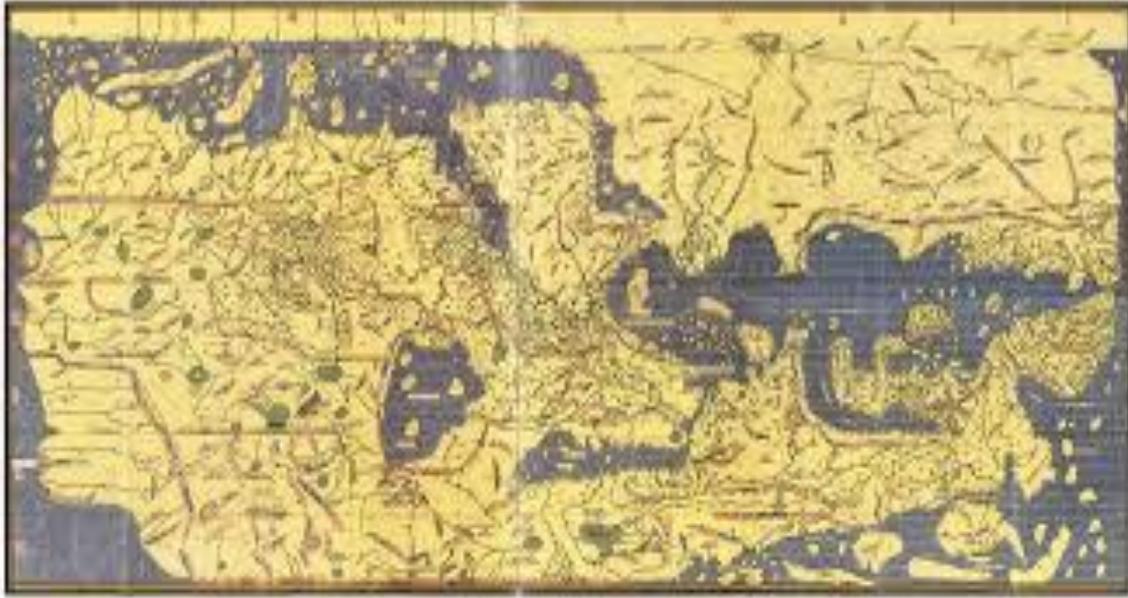
O *itinerarium* de Peutinger parece ter como objetivo principal orientar os viajantes do mundo antigo. No entanto, não podemos perder de vista, ao fazermos seu percurso, o alerta às adaptações e às intervenções feitas ao longo dos séculos por uma cartografia de caráter bíblico, na tentativa de sobreposição da tradição judaico-cristã ao mundo clássico “pagão”. Exemplo disso é a inserção do Monte Sinai e da palavra Moisés no mapa dos césores, sugerindo a passagem do Êxodo, em uma concepção da Via Ápia, de que todos os caminhos rumam a Roma, no devido cuidado às falsificações documentais trivias do período medieval.

Mesmo que as preocupações e pretensões epistemológicas apolíneas, herdadas dos gregos, buscassem submeter suas concepções cartográficas ao regime cartesiano geométrico-matemático, por ora, estas não viraram as páginas da história, em virtude das discussões sobre a natureza da esfericidade *versus* o terraplanismo espacial de alguns, que se estendem até os dias atuais, em um mundo assoberbado das variadas tecnologias informacionais do mundo virtual.

Contradições da cognição cartesiana, em geral, levam-nos às reflexões sobre determinadas posturas cartográficas prescritas e ensinadas:

A cartografia ensinada na sala de aula ainda se baseia quase exclusivamente em conceitos e princípios que permitem uma medição de fenômenos em termos numéricos (coordenadas, escala, distâncias etc.). Dá-se ênfase na precisão e na objetividade das informações representadas, enquanto mapas sem orientação (Onde fica o norte?) ou escala (numérica ou gráfica) são considerados “errados” ou “incompletos”. O sistema cartesiano, com os seus eixos x e y, funciona como uma matriz predefinida (ou até como uma camisa de força) para a projeção de dados geográficos no mapa. (SEEMANN, 2011, p. 41- 42).

Figura 14 – Tabula Rogeriana

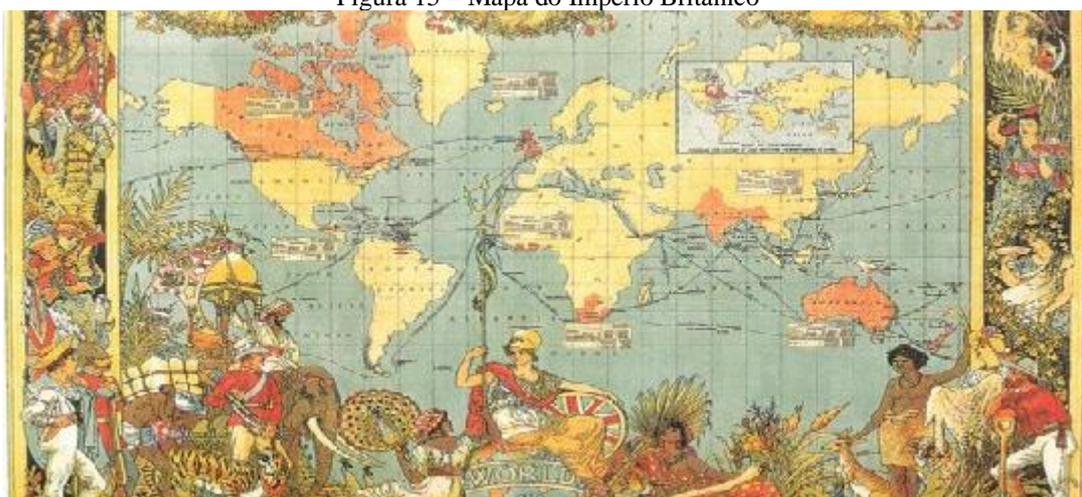


Fonte: Souza (2015, p. 198).

No entanto, observamos, nesta adaptação da representação cartográfica árabe idealizada por Al-Idrisi (Figura 14), que o autor, nativo do Norte da África, sobrepõe seu continente acima da região euroasiática, destacando a península Arábica, berço do islamismo, ao centro do mundo conhecido de seu tempo. Constatamos, nessa inversão, a sugestão de uma ruptura com a cosmovisão cartográfica renascentista tradicional imposta *a posteriori* sobre mapa-múndi moderno, a que, em termos espaço-tempo globais, estamos cognitivamente condicionados contemporaneamente.

O receituário para a inversão cartográfica conceitual, em um mundo globalizado, deve submeter-se, primeiramente, a uma cosmovisão do mundo da escala local. Portanto, o caminho a ser percorrido é traçado pelos pés firmados *in locu*, para, inicialmente, pensarmos a totalidade do mundo que pretendemos apreender, envolvendo a corporeidade, que passa pela intermediação das entranhas e das vísceras, como nos sugere Nietzsche (2005). É do chão de onde os pés pisam, em posição contrária ao intelecto posicionado pela cabeça, representação do centro cognitivo da cosmovisão da racionalidade cartesiana, que essa viragem conceitual pode produzir seus efeitos transvalorativos. Contribui-se para o ato de mapear, que jamais será uma ação neutra, em meio às circunstâncias e às implicações, sejam seus traços e registros projetados ou não, que busquem pela escala da transvaloração dos mapas.

Figura 15 – Mapa do Império Britânico



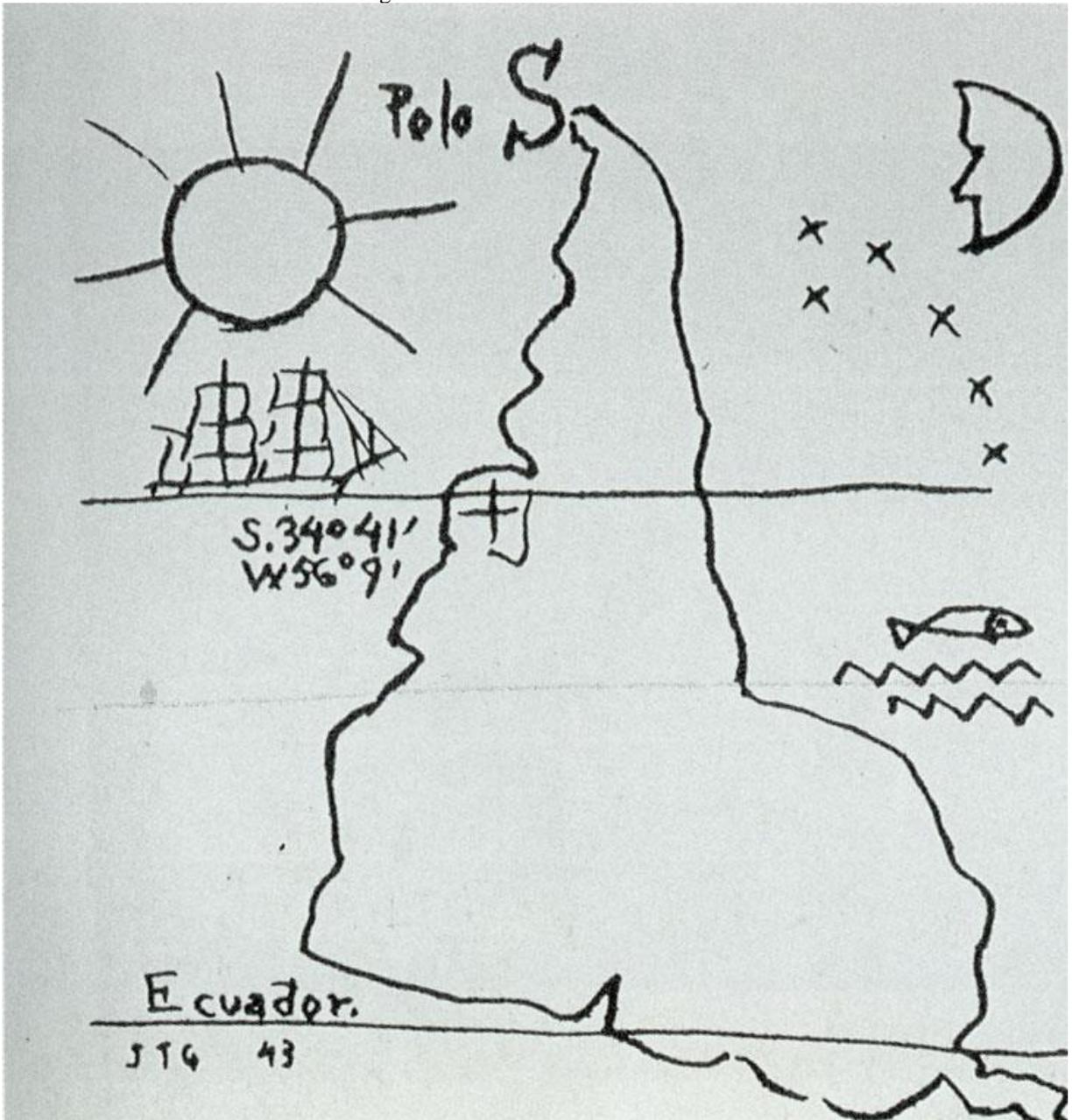
Fonte: The British Empire.²¹

Somos levados à não aceitação passiva de uma exposição em pretensa ilustração de escala cínica, representada por determinada cartografia do poder geopolítico imposto da “pax-britânica”, de dominação e opressão imperial burguesa. Inspiram-se nos ideais iluministas da Revolução Francesa “*Liberté, Fraternité, Égalité*” – que postulam eufemisticamente o conceito de “Federação” – no mapa dos territórios sob domínio inglês. Na fábula de uma celebração da “festividade dos povos”, todos contemplan a “salvação moderna”, escamoteando a realidade, na intenção de amenizar as truculências do período neocolonial, sustentado às custas do sangue e do suor dos povos subjugados, pelo poderio bélico do Império Britânico: na figuração da deusa Atena, senhora da guerra, que se impõe altivamente com o tridente de Poseidon; em substituição do lenho da cruz da primeira fase colonial, os povos nativos, homens e mulheres; as musas, e as divindades; os camponeses, e os pastores; os reis, e os chefes tribais; os caçadores escravagistas, e os escravizados. Todos reverenciam a nova “epifania da salvação”, a “modernidade” à qual todos precisam se submeter para serem salvos, pela ordem e pelo progresso racionalista da cognição eurocêntrica.

Encerramos, assim, este capítulo com a ilustração da imagética presente na arte cartográfica da América do Sul invertida (Figura 16), de autoria de Joaquín Torres García, representação decolonial e transvalorativa expressas na teimosia, resistência e inversão das convenções e visões espaço-temporais predominantes, na perspectiva de expressão que parte do lugar de fala e do local em que habitamos.

²¹ Disponível em: <https://www.britishempire.me.uk/whystudy.html>. Acesso em: 7 jun. 2021.

Figura 16 – América do Sul invertida



Fonte: Wikipedia.²²

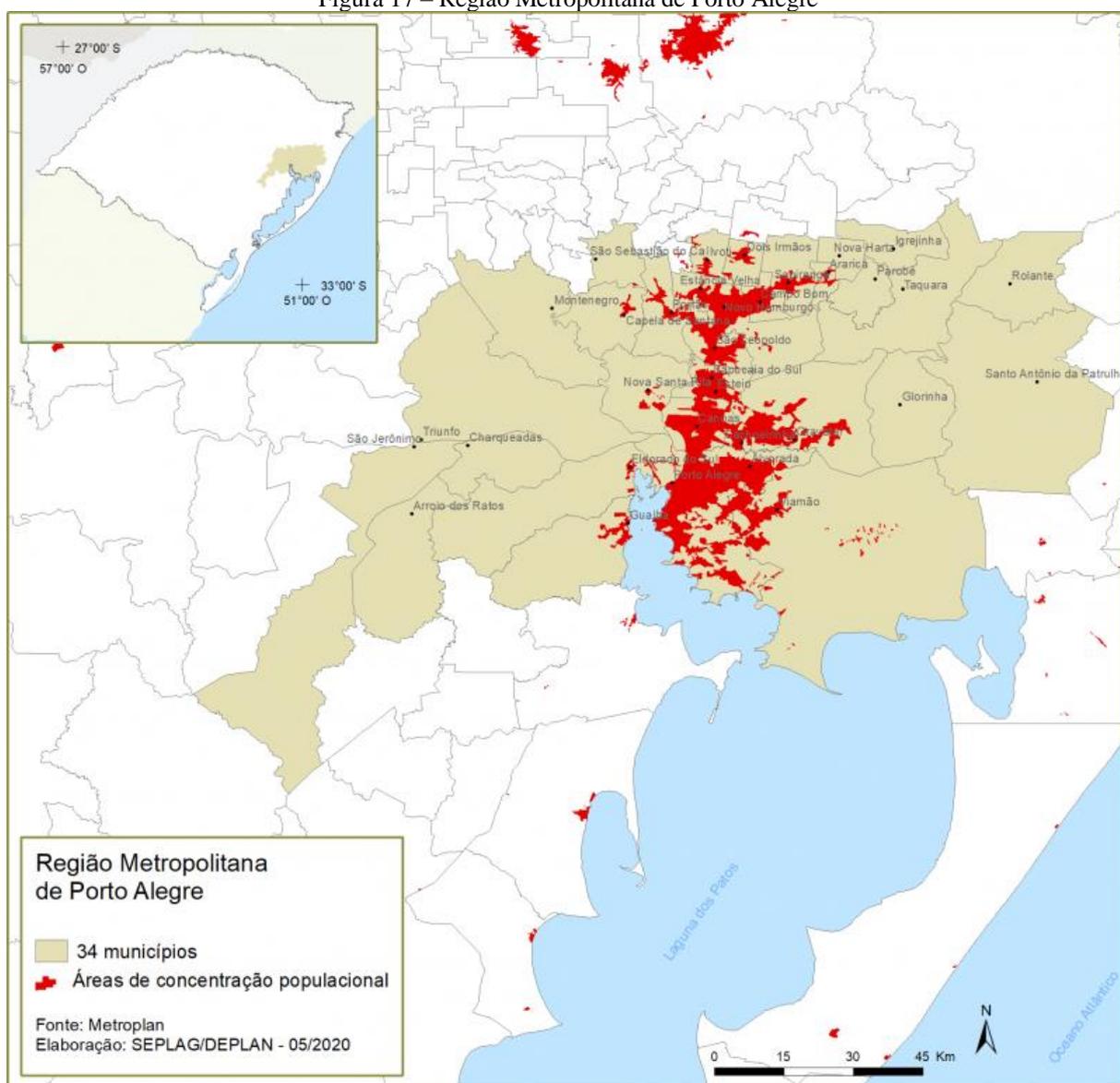
²² Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Am%C3%A9rica_Invertida#/media/Ficheiro:Joaqu%C3%ADn_Torres_Garc%C3%ADa_-_Am%C3%A9rica_Invertida.jpg. Acesso em: 7 jun. 2021.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO EM ESCALA METROPOLITANA

Nas atuais condições de globalização, a metáfora proposta por Pascal parece ter ganho realidade: o universo visto como uma esfera infinita, cujo centro está em toda parte... O mesmo se poderia dizer daquela frase de Tolstói, tantas vezes repetida, segundo a qual, para ser universal, basta falar de sua aldeia... (SANTOS, 2006, p. 212).

Podemos iniciar pela investigação do nosso percurso cartográfico nessa história micro de uma pequena geografia, que é a formação da grande região de adensamento populacional e urbano denominada “Região Metropolitana de Porto Alegre” (RMPA).

Figura 17 – Região Metropolitana de Porto Alegre



Fonte: Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul.²³

²³ Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitana-de-porto-alegre-rmpa>. Acesso em: 7 jun. 2020.

Alvorada, unidade micro nesse espaço delimitado, foi inserida, juntamente a Porto Alegre, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão, como município pioneiro na configuração da Região Metropolitana no ano de 1973. Em 1989, ingressaram Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Glorinha, Ivoti, Nova Hartz, Parobé, Portão e Triunfo. Charqueadas em 1994, Araricá e Nova Santa Rita em 1998, Montenegro, São Jerônimo, Taquara em 1999, Arroio do Ratos e Santo Antônio da Patrulha no ano 2000. Capela de Santana em 2001, Rolante em 2010, Igrejinha em 2011, e, por último, São Sebastião do Caí em 2012. Forma-se, assim, a grande Região Metropolitana de Porto Alegre, que tende a se ampliar de acordo com o adensamento dos movimentos humanos e suas interferências no espaço habitado, no processo de conurbação expresso pela mancha urbana contínua na configuração cartográfica dos municípios limítrofes.

No marco inicial dos anos 70, na esteira da Revolução Verde²⁴ e do êxodo rural em ascensão, aventados pela modernização do “milagre econômico”, da ditadura civil-militar brasileira, corrobora-se o acirramento desse processo das configurações das regiões metropolitanas no Brasil, institucionalizadas com a finalidade ao atendimento de serviços públicos em comum, estabelecidos pela Constituição Federal de 1967. Observamos que:

O fenômeno da metropolização vai muito além da denominação legal. Segundo esta, o país conta com nove Regiões Metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, criadas por lei para atender a critérios certamente válidos, de um ponto de vista oficial, à época de sua fundação. (SANTOS, 1993, p. 75).

Nessa totalidade metropolizada nas malhas da globalização, em que se configura o lugar como aldeia, o local é onde pessoas comuns se encontram cotidianamente. É o habitat em que os sujeitos se percebem e se relacionam como comunidade humana, mesmo que as rígidas linhas cartesianas da cartografia estabeleçam fronteiras na representação de territórios artificiais, que nos submetem as variáveis espaciais e temporais.

²⁴ A Revolução Verde surgiu nos meados de 1940, com a promessa de erradicar a fome no mundo. O novo modelo tecnológico de produção agrícola, patrocinado pelas fundações Ford e Rockefeller, transformou a realidade do campo. O uso de agrotóxicos, fertilizantes e sementes melhoradas e a mecanização das atividades trouxe lucro para alguns agricultores, mas também pobreza para os camponeses – aqueles que não foram expulsos de suas terras, acumularam dívidas devido ao alto preço de aquisição dos pacotes tecnológicos e precisaram vender suas propriedades – e diversos impactos para o meio ambiente – a partir da década de 1960, constatou-se que os fertilizantes e agrotóxicos poluíam a natureza e apresentavam riscos para a saúde dos trabalhadores. (SILVA, 2016).

Somos condicionados aos ditames espaciais e temporais nos marcos da urbanização incompleta do capitalismo tardio brasileiro, que são denunciados em *A Urbanização Brasileira*, por Milton Santos:

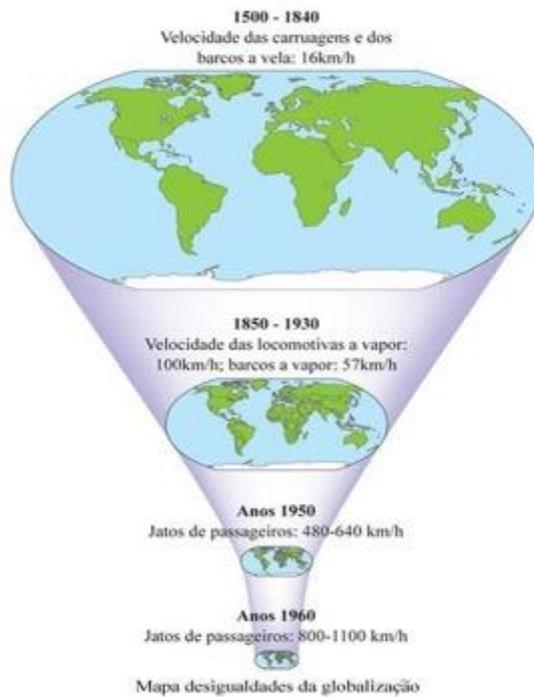
O capitalismo monopolista agrava diferenciação quanto a dotação de recursos, uma vez que parcela cada vez maiores da receita pública se dirigem à cidade econômica em detrimento da cidade social. A lei da escassez se afirma, então com mais força e se ampliam as diferenças já existentes entre os lugares urbanos, do ponto de vista das amenidades. (SANTOS, 1993, p. 96-97).

Assim sendo, Alvorada, uma cidade feita aos pedaços, fragmentada internamente, na região metropolitana de Porto Alegre, caracteriza-se como aldeia local, marcada pelas distorções sociais inerentes ao seu processo histórico de constituição e condicionada pelas visões estereotipadas de sua própria realidade no espaço territorial. Ela é estigmatizada pelo preconceito, na medida da gentrificação de outras aldeias, como referência de negação ou afirmação daquilo que, para o contrassenso, o espaço não deve vir a ser:

uma situação exemplar, que é a da formação e estruturação da cidade de Alvorada, localizada no limite leste de Porto Alegre, fazendo parte da Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA. O caso de Alvorada é peculiar, na medida em que a cidade se originou não da transformação e crescimento de um núcleo urbano preexistente, como o geral das cidades, mas pela implantação sucessiva de loteamentos, a partir de 1948. Deste modo, a análise desse processo de parcelamento do solo urbano em Alvorada permite examinar o que possui de peculiar e como a questão do parcelamento do solo urbano em quaisquer de suas modalidades comparece como elemento decisivo para a definição das estruturas urbanas. (RIGATTI, 2002, p. 39).

Nessa metropolização consolidada em polos de concentração humana na conjuntura da globalização, as distâncias foram encurtadas, principalmente em função dos avanços das novas tecnologias digitais, que comprimem as relações de espaço-tempo. Assim, o planeta-mundo é reduzido à condição de aldeia global, de acordo com a concepção cartográfica de Harvey (1993), representada na Figura 18.

Figura 18 – Compressão espaço-tempo



Fonte: Blogspot.²⁵

Em ordem adversa dos impactos sobre o ambiente, há consequências em todos os aspectos das condições e das relações humanas, em suas disparidades socioeconômicas, em meio às configurações limítrofes e nas consistentes aglomerações populacionais. Estas diferenciam o espaço e o segregam como mosaicos espaciais na aferição, embora extensa, muito importante, da reflexão de Rosiére (2007, p. 288-289):

Nas metrópoles contemporâneas, a agregação étnica e social gera um medo que a fortalece: os “grandes conjuntos” ou as “cidades” de subúrbio formam espaços repulsivos, onde muitas pessoas teriam medo de entrar; reciprocamente, numerosos habitantes destas “cidades” teriam medo de sair dela e sentiriam o exterior como objetivamente perigoso, assim eles só sairiam em grupo do local. Nas democracias, as práticas espaciais dos cidadãos são mais heterogêneas do que nos regimes totalitários em que o uso do espaço é muito mais regulado. As práticas sociais são construídas, sobretudo, em um contexto social em que a noção de classe encontra sua plena pertinência. Dependendo se somos pobres ou ricos, o espaço (da cidade ou do país) torna-se muito diferente. As empresas (atores econômicos) e os poderes públicos, em sinergia ou em oposição, estimulam, perturbam ou proíbem as práticas espaciais dos cidadãos. Classes ou grupos socioculturais se distinguem então por suas práticas espaciais. Nas cidades submetidas aos tropismos da segregação e da regulamentação fundiária ou “cultural, a prática de vizinhança e de espaço urbano varia muito em função do pertencimento a este ou aquele grupo. Cada classe social dispõe de bairros, seus polos e entrelaçamentos privilegiados etc. Os cidadãos podem viver em uma mesma cidade, mas eles só se cruzam de maneira fortuita e em lugares específicos (bairros centrais, transportes em comum). Em algumas cidades norte-americanas, apesar da tendência de globalização, o encontro de indivíduos

²⁵ Disponível em: <http://aquificadica.blogspot.com/2013/04/globalizacao15.html>. Acesso em: 7 jun. 2021.

pertencentes a categorias diferentes torna-se quase impossível... Os gated communities (condomínios) são a marca do entrincheiramento dos habitantes mais privilegiados. Por outro lado, a exclusão dos mais pobres pode fazer parte das políticas municipais por vezes perfeitamente assumidas (Wacquant, 2004). De modo geral, a segregação tende a rarificar os espaços de encontro e os lugares de concentração de pessoas diferentes. (p. 289) As metrópoles produzidas pela globalização são mosaicos socioespaciais, cujos nichos e divisões sociais e políticos é um fator de permanente tensão e risco.

Dessa forma, a Globalização, que apregoa, em tese, a totalidade plural de um mundo livre de barreiras fronteiriças, converte-se nas realidades urbanas atuais, em antítese de sua narrativa liberalizante, sintetizada pela dinâmica das práticas socioespaciais locais fragmentadas, marcadas nas relações dissimétricas e conflituais, característica da eugeniização dos territórios.

distorcidas em conformidade a diferentes matizes ideológicos. “É importante que se faça com que o objeto de estudo apareça em todas as suas “mediações e contradições” (CIAMPI, 2000, p. 48). Não esqueçamos o micro espaço da escola, em seu papel de socialização, que, por sinal, insere-se também nesse espaço-tempo engendrado nas relações humanas, em meio às mediações e às contradições da sociedade, constatadas em relatos que consolidam os marcos temporais dessa investigação e reconstituição da história local. É no espaço escolar que se concretiza, parcialmente, nossa formação cultural contemporânea. É o caso de nosso objetivo de estudo central:

emancipado em 1965, o município de Alvorada iniciou estabelecendo-se financeiramente como uma região de grandes fazendas produtoras de hortifrutigranjeiros e com grandes tambos de leite. A população foi se constituindo a partir das pessoas que vinham do interior para trabalhar na capital (Porto Alegre) e se instalavam em Alvorada por ser um município próximo e com baixo custo de vida. Os proprietários dessas fazendas eram os grandes empregadores do município, sendo considerados os mais abastados. Diante disso, ofereciam aos seus filhos condições de educação escolar, contratando professoras das cidades vizinhas. Essas professoras instalavam-se nas fazendas, e alguns desses proprietários também ofereciam estudos para a vizinhança. Os dados históricos apresentam a escola de Augusta Agripina dos Santos (nome de uma professora da cidade de Gravataí) como primeira escola aberta à comunidade. (SILVA, 2018, p. 35).

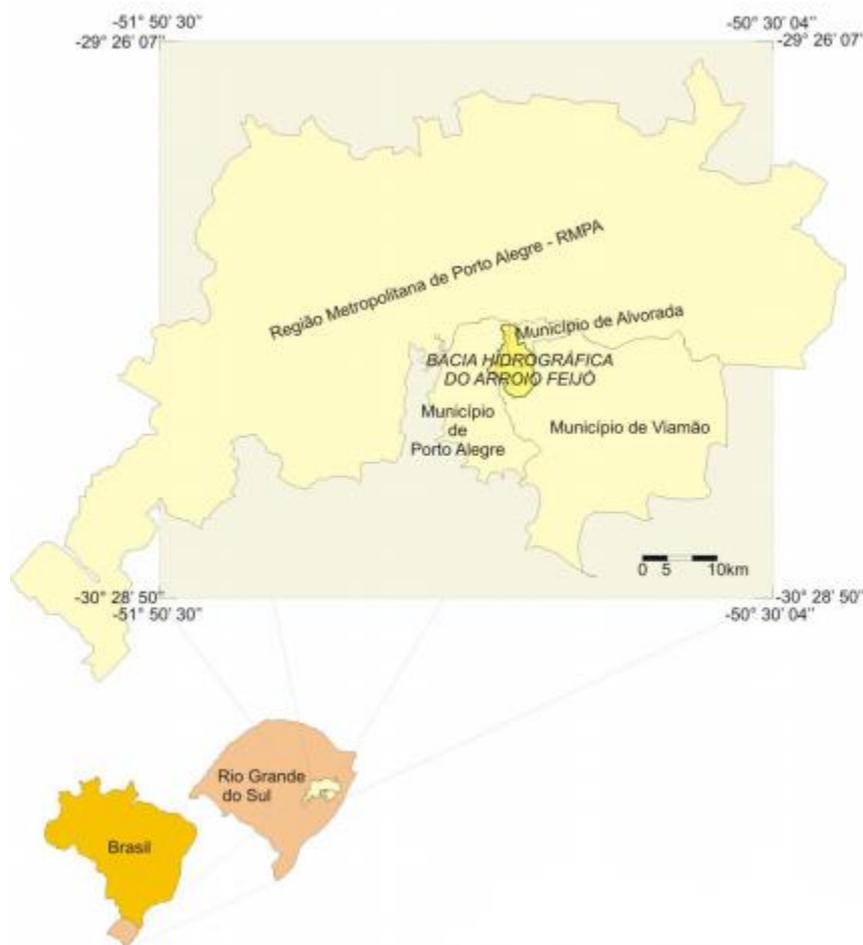
Essa história local pode ser cunhada tanto pela representação da memória do passado de seus habitantes como pela representação imagética de uma cartografia mais atualizada do local, que se localiza na região da bacia hidrográfica do Arroio Feijó. Registros históricos, orais ou escritos não mencionam, entretanto, a presença de uma cultura nativa em seu território. Iniciam-se, em geral, pela referência aos seus primeiros habitantes e colonizadores de origem açoriana, beneficiados pela ocupação do solo.

A simples explicação pela gênese toponímia, ou seja, pela origem do nome do lugar, pode revelar implicações de suas representações geopolíticas:

O nome dos territórios é outra representação geopolítica importante. A cada território é dado um nome, mas esse não é necessariamente o mesmo para todos os seus atores. Um nome é raramente neutro, ele expressa, ao contrário, uma visão: é uma representação geopolítica. O caso de Israel e Palestina parece-nos emblemático. Vimos que a troca de nome é uma operação frequente na remodelação das tramas administrativas. O nome dado a um território pode também variar de acordo com os atores. O sul da Dinamarca, por exemplo, antiga parte setentrional da região Schleswig, na Alemanha, Slesvig em dinamarquês, é agora chamada de Jutlândia do Sul pelos dinamarqueses que consideram, com ou sem razão, que a palavra Schleswig evoca demais a Alemanha (embora o nome seja anterior à existência da Alemanha). Exemplos desse tipo são numerosos, em que a denominação sugeriria uma dinâmica geopolítica ou uma fidelidade específica. (ROSIÈRE, 2007, p. 286-287).

No caso da dinâmica geopolítica do município de Alvorada, constatamos visualmente, na Figura 20, um território comprimido em sua região metropolitana, que se assemelha a uma “região balcânica”, ou a condição espacial de um “oriente médio”, refletindo a conjuntura da “territorialidade siciliana”, que “é profundamente dissimétrica e conflitual” (RAFFESTIN, 1993, p. 162-163).

Figura 20 – Bacia Hidrográfica do Arroio Feijó



Fonte: Rehbein (2011, p. 25).

Ao retomarmos as explicações peculiares em termos da topomínia, Alvorada, como expressão da geopolítica local, especificamente constitui-se a partir do povoado denominado Passo do Feijó, como um dos primeiros núcleos de povoamento – mais tarde território distrital de Viamão (22/09/1952), emancipado pela Lei nº 5026 (17/09/1965). Sobretudo, esteve profundamente marcado em sua origem, na expressão dinâmica do descontentamento e do senso de justiça de seus habitantes, em relação à fórmula distributiva dos recursos fiscais e

ao deficitário atendimento das necessidades básicas do seu povoado. Nesse sentido, pode-se mencionar o seguinte testemunho:

Nós achávamos, na nossa primeira reunião, que os impostos que eram arrecadados no Passo do Feijó iam tudo para Viamão e nada retornava para cá, embora o prefeito de Viamão fosse daqui. Era o sogro do Elisardo; esse era o prefeito de Viamão. E então nós achávamos que tínhamos que se independentes e nossos impostos ficarem por aqui. Não ficava em Viamão. Viamão é o contrário do a, b, c, d. Era distribuído pela ordem alfabética o dinheiro do governo do Estado para o município. Hoje o governo federal manda direto para os municípios. Por isso nós escolhemos o nome Alvorada. Porque quando chegava na lista deles, Viamão não recebia nada porque a letra V, depois de outros municípios. Foi essa a ação para que Passo do Feijó se transformasse em município, para que a arrecadação não fosse para Viamão. E nós ganhamos o nome Alvorada. (MACIEL BARROSO, 2006, p. 117-118).

Em artigos informativos, amplamente difundidos, e em diversas mídias, reafirmam discursos a essa toponímia, em suposta referência idealizada, ao povo trabalhador que se movimenta para suas atividades laborais, ao alvorecer de cada dia. Pela referida homenagem honrosa e institucional, em dedicação ao Palácio da Alvorada, por ocasião da inauguração de Brasília, há uma aproximação dessa narrativa às necessidades de acesso aos recursos do governo central, no suplício pela visibilidade local:

A cidade de Alvorada nasceu como Distrito de Viamão, com a denominação Passo do Feijó, através da lei nº216, de 22 de setembro de 1952. Aprovada pela Câmara, a Lei foi promulgada e sancionada pelo então prefeito de Viamão, Tenente Coronel Ponçalino Cardoso da Silva. Em 17 de setembro de 1965, a Lei Estadual nº5026, garantiu a emancipação política do Passo do Feijó, que passou a chamar-se Alvorada. O nome sugerido por um integrante da Comissão Pró-Emancipação, teve inspiração em dois fatores: a alvorada do povo, que acorda às primeiras horas da manhã e parte para o trabalho, e o Palácio da Alvorada, o grande destaque na então nova capital do País, Brasília, inaugurada em 1960. (IBGE, 2017, on-line).

Tais crivos discursivos passam como metáforas idílicas na tentativa de aliviar as pressões, tensões e contradições do processo de urbanização incompleto, inaugurado pelo regime militar, em meio à combustão do motor dos investimentos empreendidos na construção civil. Estes impactaram as projeções de planejamento urbano desde esse período até os tempos atuais.

A descrição poética transposta em nossa realidade de urbanização Brasileira cai bem e faz jus ao encontro da breve memória da invisibilidade dos “candangos” brasileiros na metáfora da construção de Brasília, presente na explicação toponímica do município de Alvorada. Mesmo que tais comparações possam parecer anacrônicas ou fora de contexto, estas são válidas como instrumento heurístico. Chegamos, assim, através da aproximação e da representação

figurativa de uma população, estigmatizada e marginalizada, aos limites do marco do espaço-tempo para fazer e contar a história. São muitos “os candangos”, por todos os cantos do país afora, ignorados e esquecidos, que constroem suas localidades ocultados pela história oficial das grandes figurações políticas do historicismo. A inspiração parafraseada na justiça poética de Brecht, expressa em seus poemas, complementa os grandes feitos da humanidade, na memória dos seus construtores esquecidos:

O Vosso tanque General, é um carro forte
Derruba uma floresta esmaga cem
Homens,
Mas tem um defeito
- Precisa de um motorista

O vosso bombardeiro, general
É poderoso:
Voa mais depressa que a tempestade
E transporta mais carga que um elefante
Mas tem um defeito
- Precisa de um piloto.

O homem, meu general, é muito útil:
Sabe voar, e sabe matar
Mas tem um defeito
- Sabe pensar.²⁶

Da mesma forma, fazemos justiça à gênese toponímia do município de Alvorada como espaço negado pelo discurso gentrificador, em meio aos problemas de uma sociedade urbanizada deficitariamente, bem como em relação à sua fundação profundamente marcada pela indignação de um passado e de um presente por vezes invisível e silenciado da população local, frente às pressões socioeconômicas da urbanização em processo incompleto. Essa indignação é contemplada, em parte, pela reconstituição da história local na obra *Passageiros da Ilegalidade: a história de uma luta pela moradia*, de Azevedo(2002), que registra a luta diária pelo direito social e a reprodução da vida coletiva. Destaca-se a dinâmica nas relações dos laços afetivos dos núcleos familiares como forma de organização solidária e primordial, na reivindicação pelo espaço da moradia, pelo sonho e pela necessidade da constituição do lar. Na luta permanente pelo direito à moradia, fundamentado como direito econômico essencial, frente às restrições de ordem econômica e jurídica, impostas às comunidades marginalizadas, o autor explica que:

²⁶ Disponível em: https://www.pensador.com/poema_bertolt_brecht/. Acesso em: 7 jun. 2021.

Em meio a essas políticas, a população pobre crescia e a impossibilidade financeira de participar do mercado e de suas regras fez com que estratégias de sobrevivências populares se baseassem, predominantemente, nos laços tradicionais existentes. A socialização dentro deste quadro relacional gerou um modelo de sobrevivência que funciona sem a perspectiva de “contar com o governo”. (AZEVEDO, 2002, p. 111)

Esse espaço marginalizado, que, por vezes, gera contrangimentos, é atravessado pelo dilema de um povo que carrega o peso de nascer, crescer, morar e viver em um território estigmatizado.

A empregabilidade de sua população economicamente ativa é restringida em determinados lugares pela descrição do endereço no *Currículo Vitae*, assim como a recusa de mobilidade a passageiros por aplicativos de transportes condicionam o deslocamento para essa localidade. São exemplos de práticas socioespaciais de discriminação que demonstram, no cotidiano, a desconfiança que esse território cartografado desperta no imaginário do estranhamento de suas fronteiras.

Os discursos acusatórios sobre esse espaço cartografado são generalizados e naturalizados, assumindo posturas inconscientes de discriminação aos seus habitantes. Estes são, em sua grande maioria, trabalhadores que pretendem vencer na vida, superando os obstáculos com o suor de seus próprios esforços.

3.1 GENTRIFICAÇÃO: RACISMO AMBIENTAL E JUSTIÇA AMBIENTAL

Figura 21 – Gentrificação



Fonte: Blogspot.²⁷

²⁷ Disponível em <http://dzeit.blogspot.com/2015/10/existe-gentrificacao-positiva.html>. Acesso em: 7 jun. 2021.

Figura 22 – Ruth Glass



Fonte: University of London.²⁸

A gentrificação, apesar de ser um conceito de análise do espaço urbano, cunhado nos anos 60 e apropriado pela socióloga Ruth Glass, apresenta-se como uma aproximação do processo dinâmico da urbanização em desenvolvimento característico dos dias atuais. Esse processo expulsa, silenciosamente, habitantes de bairros populares antigos, em função do baixo poder aquisitivo e do impacto econômico de novos investimentos em determinado lugar – mesmo que alguns discursos defendam ser um fenômeno urbano positivo e natural característico de uma sociedade pós-industrial. A explicação genuína do geógrafo urbanista Emmanuel Costa não deixa dúvidas para as lacunas sobre o assunto:

Gen-tri-fi-ca-ção. Vem de gentry, uma expressão inglesa que designa pessoas ricas, ligadas à nobreza. O termo surgiu nos anos 60, em Londres, quando vários gentrifiers migraram para um bairro que, até então, abrigava a classe trabalhadora. Este movimento disparou o preço imobiliário do lugar, acabando por “expulsar” os antigos moradores para acomodar confortavelmente os novos donos do pedaço. O evento foi chamado de gentrification, que numa tradução literal, poderia ser entendida como o

²⁸ Disponível em: <https://london.ac.uk/ruth-glass>. Acesso em: 7 jun. 2021.

processo de enobrecimento, aburguesamento ou elitização de uma área. Mas nós preferimos ficar com o aportuguesamento do termo original.²⁹

A gentrificação, dessa forma, transparece um novo tipo de eugenia do espaço-tempo na sociedade contemporânea, marcado pelo discurso urbanístico revitalizador e higienizador do espaço urbano. Assim, é ignorado o destino dos moradores de origem de determinado lugar, que perdem sua memória identitária sobre o local pelo esquecimento das relações cotidianas e comunitárias pré-existentes.

Para entender a gentrificação imagine um bairro histórico em decadência, ou que apesar de estar bem localizado, é reduto de populações de baixa renda, portanto, desvalorizado. Lugares que não oferecem nada muito atrativo para fazer... enfim, lugares que você não recomendaria o passeio a um amigo. Imagine, porém, que de um tempo para cá, a estrutura deste bairro melhorou muito: aumentou a segurança pública e agora há parques, iluminação, ciclovias, novas linhas de transporte, ruas reformadas, variedade de comércio, restaurantes, bares, feiras de rua... Uma verdadeira revolução que traria muitos benefícios para os moradores da região, exceto que eles não podem mais morar ali. É que, depois de todos esses melhoramentos, o valor do aluguel dobrou, a conta de luz triplicou e as idas semanais ao mercadinho da esquina ficaram cada vez mais caras, ou seja, junto com toda a melhora, o custo de vida subiu tanto que não cabe mais no orçamento dos atuais moradores.) E o mais cruel de tudo é perceber que, enquanto o antigo morador procura um novo bairro, pessoas de maior poder aquisitivo estão indo morar no seu lugar. Talvez você já tenha passado por essa situação. Mas, se não passou, deve imaginar que é a história de muita gente. E o nome dessa história é gentrificação.³⁰

Figura 23 – *Gentrification and colonialism*



Fonte: Blogspot.³¹

²⁹ Disponível em: <https://www.courb.org/pt/o-que-e-gentrificacao-e-por-que-voce-deveria-se-preocupar-com-isso/>. Acesso em: 7 jun. 2021.

³⁰ Ibid.

³¹ Disponível em: <http://dzeit.blogspot.com/2015/10/existe-gentrificacao-positiva.html>. Acesso em: 7 jun. 2021.

A gentrificação apresenta-se como uma nova forma de colonização, que marginaliza e segrega o espaço e por consequência seus habitantes, explicitamente expressa na seguinte análise contemporânea:

Trata-se da segregação social dos excluídos através de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas. As zonas selvagens urbanas são as zonas do estado de natureza Hobbesiano, zonas de guerra civil interna como em muitas megacidades do Sul global. As zonas civilizadas são as zonas do contrato social e vivem sobre constantes ameaças das zonas selvagens. Para se defenderem, transformam-se em castelos neofeudais, os enclaves fortificados que caracterizam as novas formas de segregação urbana (cidades privadas, condomínios fechados, gated communities, como mencionei acima). A divisão entre zonas selvagens e zonas civilizadas está a transformar-se num critério geral de sociabilidade, um novo espaço-tempo hegemônico que atravessa todas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais e, que por isso, é comum à ação não-estatal. (SANTOS; MENESES, 2010, p. 45-46).

No caso específico da história da modernização das cidades brasileiras, em oposição a “*gentry*”, averiguamos a crescente favelização de uma população que possui classe e cor condicionada pela fórmula da lei. Isso é feito pelas pressões econômicas ou através de despejos e remoções forçadas como os principais marcadores da higienização urbana, em meio ao discurso da modernização social. A partir da Figura 24, estabeleceremos relações sobre as distintas temporalidades que possibilitam leituras, releituras e ressignificações do espaço habitado.

Figura 24 – Plano ÇatalHöyük



Fonte: La Cartoteca.³²

A releitura cartográfica da favelização de uma perspectiva transvalorativa nos autoriza a recorrermos à metodologia das comparações anacrônicas, pela analogia aos nossos aglomerados urbanos periféricos (favelas), em verossimilhança da cartografia do assentamento

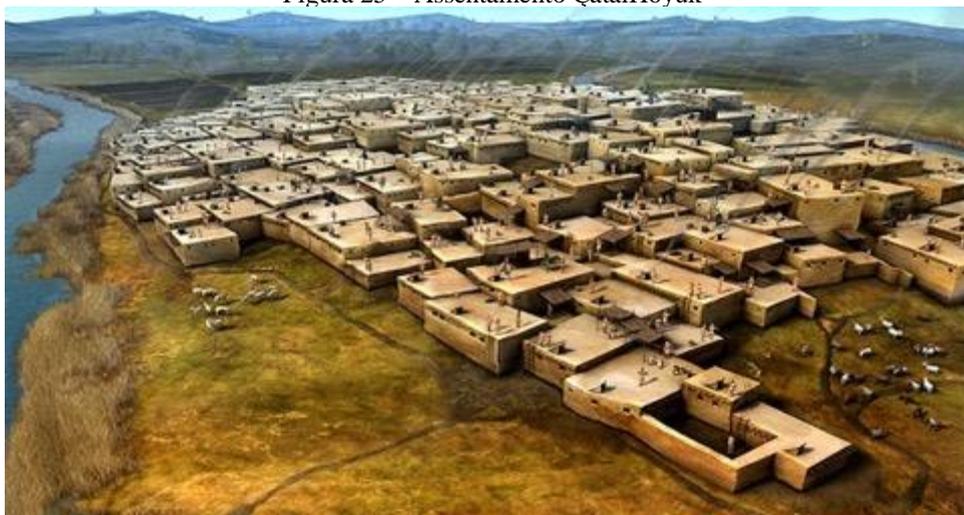
³² Disponível em: <https://alpoma.net/carto/?p=583>. Acesso em: 7 jun. 2021.

neolítico de ÇatalHöyük. Ambas são produções humanas de distantes espaços-tempo, que vislumbram comparações sobre a apropriação do espaço arquitetado em sentido degentrificador, ou seja, tanto pelos semelhantes aspectos visuais, colaborativos e sustentáveis de ocupação do espaço, quanto na forma de organização em relação à sobrevivência, à garantia da segurança e à resistência dos diferentes grupos humanos em tempos e processos históricos distanciados. Outra semelhança marcante, em aspecto antropológico da ocupação desses espaços cartografados, é a presença histórica central do papel feminino na figura da mãe e da mulher como representação matriarcal marcante na realidade dos lares em distintos espaços-tempo, mesmo que tais comparações possam parecer paradoxais.

No seu complexo sistema de crenças, a mulher e o touro parecem ocupar um lugar central. Provavelmente, Çatal Hüyük organizava-se tendo o Feminino, a Mãe, como o centro dos seus padrões sociais, mas não sendo submetida à sua força. Era uma estrutura horizontal, como revela a sua arquitetura, e não hierárquica piramidal.³³

Outro aspecto marcante é dado pela configuração arquitetônica em apropriações espaciais semelhantes, na disposição das construções nos seus diferentes territórios, e pela aproximação física das moradias. Características essas marcantes no assentamento do neolítico e em nossas plantas urbanas periféricas atuais, como as demonstrações comparativas das Figuras 25, 26 e 27 nos apresentam.

Figura 25 – Assentamento ÇatalHöyük



Fonte: UOL.³⁴

³³ Disponível em: <http://www.cidadesturismo.com/2012/02/as-cidades-mais-antigas-do-mundo.html>. Acesso em: 7 jun. 2021.

³⁴ Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/pessoas-que-viviam-no-teto-e-sem-ruas-o-impressionante-assentamento-de-catalhuyuk.phtml>. Acesso em: 7 jun. 2021.

Figura 26 – Favela da Rocinha



Fonte: Revista Fórum.³⁵

Figura 27 – Plano das favelas brasileiras



Fonte: Blogspot.³⁶

³⁵ Disponível em <https://revistaforum.com.br/politica/riotur-tira-as-favelas-dos-mapas-turisticos-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 7 jun. 2021.

³⁶ Disponível em: <http://cartografiadafavela.blogspot.com/2011/10/livro-cartografia-da-favela.html>. Acesso em: 7 jun. 2021.

Figura 28 – Benjamin Franklin Chavis Jr.



Fonte: Notable Biographies.³⁷

Já o marcador do Racismo Ambiental, termo cunhado pelo ativista afro-americano Benjamin Franklin Chavis Jr. (Figura 28), é um conceito chave mais recente para o diagnóstico da eugenia espacial. Este não deve ser esquecido na abordagem de análise do processo gentrificador, por seu evidente teor étnico, devido à incapacidade de percepção de que os ambientalistas de sua época, em sua maioria brancos de classe média, conduziram o debate das questões referentes à preservação ambiental de modo reducionista, sem a devida consideração em relação às populações que se fazem presentes no espaço habitado circunscrito às condições ambientais predominantes da exclusão social.

Essa nova abordagem sobre as questões ambientais teve como marco a efervescência da luta pelos direitos civis dos negros estadunidenses. Esse movimento considerava a situação a que determinados grupos humanos são suscetíveis, as condições ambientais nocivas a sua saúde e, por consequência, a própria existência submetida às condições socioambientais insalubres.

Vamos entender que existe toda uma lógica de poder na escolha de áreas que serão exploradas e como essas áreas serão exploradas, danificando a vida e saúde de povos marcados por sua identidade racial, como negros, indígenas, latinos e asiáticos. Dado que o conceito se ampliou em seu entendimento sobre afetados, mesmo que tenha surgido com um homem negro focado nas questões envolvendo a comunidade negra norte-americana, hoje o conceito e suas aplicações são mais diversas, inclusive no que diz respeito à identidade racial das vítimas.³⁸

³⁷ Disponível em: <https://www.notablebiographies.com/Ch-Co/Chavis-Muhammad-Benjamin.html>. Acesso em: 7 jun. 2021.

³⁸ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-ambiental-o-que-e-importante-saber-sobre-o-assunto/>. Acesso em: 7 jun. 2021.

Figura 29 – Robert D. Bullard



Fonte: My Hero.³⁹

Outro aspecto que vem à tona é a Justiça Ambiental, apropriação vinculada aos debates provocados pelo ativista Robert D. Bullard (Figura 29), em suas contribuições sobre o espaço-tempo marginalizado, pelo seu componente etnia-classe, em consonância ao conceito de Racismo Ambiental.

A origem do movimento por justiça ambiental remonta, como já mencionado, ao final da década de 70, quando, em 1978, se tornava público o caso Love Canal, ocorrido na cidade de Búfalo (Nova Iorque). Esta era uma população de operários, predominantemente branca, que se descobriu a viver sobre um canal coberto que havia sido utilizado como local de despejo de uma grande quantidade de resíduos tóxicos. Estes, em consequência de chuvas fortes, começaram a aflorar ao redor das casas e da escola da cidade mais de vinte anos após a cobertura do canal (Levine, 1982). Este caso suscitou ampla mobilização social, porém, sem considerar diretamente as questões raciais e de classe presentes na injusta distribuição dos benefícios e danos ambientais. É este aspecto que leva a que autores como Robert Bullard (2004, p. 45) considerem que o movimento por justiça ambiental se iniciou e afirmou verdadeiramente em 1982, quando moradores da comunidade negra de Warren County (Carolina do Norte) descobriram que um aterro contendo bifenilo policlorado² seria instalado na sua vizinhança, gerando muitos protestos e acima de quinhentas prisões. Seria a partir deste caso, destaca Selene Herculano (2008), que, devido à mobilização do movimento negro e à sensibilização dos congressistas norte-americanos, seria realizado em 1983 um estudo das questões levantadas. Este demonstrou que a distribuição espacial dos depósitos de resíduos químicos perigosos correspondia e acompanhava a distribuição territorial das etnias pobres nos Estados Unidos. (SILVA, 2012, on-line).

³⁹ Disponível em: https://myhero.com/Robert_bullard_barnum_2012. Acesso em: 7 jun. 2021.

Situações semelhantes e externas ao nosso país, para relacionarmos à nossa conjuntura brasileira específica, no recorte histórico espaço-temporal eugênico, são perceptíveis desde a instalação da família real no Brasil em 1808. Perpassam os projetos modernizantes do Brasil republicano e evidenciam-se no período democrático atual, caracterizado pela urbanização incompleta, de ampla exclusão da população brasileira em seus direitos à pólis. De acordo com a constatação da jornalista Paula Paiva Paulo:

Com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, 10 mil casas foram pintadas com as letras “PR”, de Príncipe Regente, abreviatura que significava na prática que o morador teria que sair de sua casa para dar lugar à realeza. Logo, a sigla “PR” ficou popularmente conhecida como “Ponha-se na Rua”. Hoje, as casas removidas no Rio de Janeiro são marcadas com as letras “SMH”, de Secretaria Municipal de Habitação. A população também criou um apelido para a sigla: “Sai do Morro Hoje”.⁴⁰

Realidades de exclusões comuns a muitas frações do território brasileiro, em suas emancipações políticas e administrativas locais, não foram concretizadas nas bases dos gloriosos mitos fundadores dos territórios idealizados, mas na conjuntura da urbanização incompleta. Historicamente, em vez de se configurar justiça ambiental para as classes desfavorecidas, elas foram condicionadas ao espaço determinado pela segregação social, não apreciadas nas cartografias oficiais. Realidade semelhante pôde ser observada nos Estados Unidos:

No início da década de 1980, nos Estados Unidos, um novo movimento surgiu após vários protestos e processos judiciais contra o lixo tóxico e a poluição em bairros pobres e zonas rurais. O movimento por justiça ambiental, como era chamado, buscava justiça para as pessoas que foram desproporcionalmente afetadas pela degradação ambiental e era liderado por diversos grupos marginalizados que acreditavam que suas comunidades eram as mais prejudicadas. Esse movimento era diferente do movimento ambientalista mais amplo, que centrava-se na degradação ambiental e, com frequência, ignorava os seus impactos nas comunidades e nos bairros mais pobres. O movimento por justiça ambiental procurou livrar o mundo do racismo ambiental – um problema que não era sequer levado em consideração pela maior parte dos ambientalistas.⁴¹

O racismo ambiental foi norteador da segregação dos discursos da modernização urbana brasileira, que utilitariamente, em suas investidas saneadoras orquestradas, em meio às políticas da higienização gentrificadora, resultam na amplificação dos espaços e dos sujeitos marginalizados. As condições da periferização social demonstram a familiaridade do fenômeno

⁴⁰ Disponível em: <https://apublica.org/2013/04/ponha-se-na-rua-mais-de-200-anos-de-remocoes-compulsorias-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 7 jun. 2021.

⁴¹ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/551802-o-que-e-justica-climatica>. Acesso em: 7 jun. 2021.

brasileiro com o que foi observado em comunidades periféricas nos EUA, que se afirmam por uma gentrificação de escala planetária.

Retornando ao estudo de caso local, neste quesito, desenvolvido no entorno da cartografia do espaço natural da bacia hidrográfica do arroio Feijó, compreende-se uma análise ampliada da distribuição urbana periférica e da exclusão social territorial. Consolidam-se dados implicitamente associados às categorias fundamentais e identitárias de classe, etnia/cor, entre os quais, os mais atingidos revelam as características predominantes no enlace comum de uma população migrante e marginalizada, em busca de loteamentos baratos atraídos pelo baixo custo de vida.

A ocupação “desordenada” em áreas da bacia se configura por uma série de impactos ambientais urbanos, expressos excepcionalmente nas sucessivas inundações, que progressivamente mais abrangentes e recorrentes, do ponto de vista espaço-temporal, colocam periodicamente em situação de risco centenas de domicílios muitos dos quais, cabe-se destacar, em condições legais de instalação. As inundações periódicas trazem prejuízos os mais diversos, desde vultosas perdas materiais ao comprometimento da integridade física e moral dos cidadãos que vivenciam direta e ou indiretamente tais acontecimentos.

Amostras d'água coletadas ao longo do arroio Feijó, em seções de comuns transbordamentos, quando relacionadas a critérios legais, apresentaram indicadores negativos, sobretudo quando analisados os parâmetros de Demanda Bioquímica de Oxigênio e de Coliformes Fecais. O arroio Feijó, de acordo com o parâmetros da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) de 18 de junho de 1986, conforme estudo realizado por GUERRA *et al.* (2000), insere-se na Classe 04, em faixa de qualidade ruim, de acordo com o Índice de Qualidade da Água (IQA), possuindo, desse modo, uso restritos, até mesmo, ao contato não direto. Todavia, as periódicas inundações, que se agravam ao longo do tempo e do espaço, sujeitam, progressivamente, um maior número habitantes ao contato direto com as águas fluviais do arroio Feijó e de seus principais afluentes. Essa situação, entre outras condições de riscos que reflete, compromete a qualidade da saúde pública da região. (REHBEIN, 2011, p. 27-28).

Nessa cartografia invisibilizada pelos arredores do Arroio Feijó, encontramos a maior parte da população em condições de vulnerabilidade social e condicionada à insalubridade da poluição ambiental da sua bacia hidrográfica. Soma-se isso aos fatores de exclusão social demonstrados por dados oficiais e recentes do IBGE, que nos permitem visualizar a realidade do espaço habitado sobre o povoado emancipado do município de Viamão.

No quadro geral da população alvoradense, estima-se que atualmente a população total seja em torno de 211.352 pessoas⁴² (População no último censo [2010]: 195.673 pessoas), distribuídas pela área de unidade territorial de 71,602 km², apresentando uma fenomenal

⁴² O IBGE não faz projeções de população para o nível geográfico municipal. As Projeções da População para o Brasil e as Unidades da Federação são prospectivas, estimadas por métodos demográficos, com horizonte atual definido até 2060. As populações projetadas são disponibilizadas por sexo e grupos de idade, possibilitando análises acerca da evolução do tamanho e da estrutura etária da população (IBGE, 2017).

densidade demográfica 2.743,94 hab./km², condicionada pelo PIB de R\$ 2.607.247,17(x 1000), que, por consequência, resulta em uma Renda do PIB per capita de R\$ 12.914,08, conforme a Figura 30.

Figura 30 – PIB per capita

Economia



Fonte: IBGE (2017, on-line).

Observa-se que o setor da matriz econômica é basicamente constituído de serviços e comércio varejista, refletindo sua economia de subdesenvolvimento urbanizado, em destoante dicotomia da razão cidadania *versus* consumo, “remetendo assim a dualidade clássica nos estudos sobre classes populares que estariam espremidas entre o imediato da sobrevivência e o universal da consciência política” (AZEVEDO, 2002, p. 19). A população é condicionada economicamente a uma renda de salário médio mensal dos trabalhadores formais 2,3 salários-mínimos, com nível de pessoal ocupado em torno 20.998 pessoas, representando 10,1% da população, agravado pelos percentuais com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário-mínimo que corresponde a 31,3 % população.⁴³ Nesse sentido, “o desenvolvimento do

⁴³ Em 2017, o salário médio mensal era de 2,3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 10,1%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 182 de 497 e 443 de 497, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 905 de 5570 e 3383 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 31,3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 250 de 497 dentre as cidades do estado e na posição 4429 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2017).

capitalismo brasileiro gerou uma massa social numerosa que sequer pode pagar o custo de existir legalmente” (AZEVEDO, 2002, p. 33).

Esse é o insustentável desenvolvimento econômico do município, que, conseqüentemente, marginaliza a população local à submissão do desemprego e ao subemprego. Somam-se a isso as inúmeras informalidades e desalentos, que estigmatizam os sujeitos à condição de subcidadania. Logo, “a ideia da existência ilegal como condição para a sobrevivência física é uma das hipóteses centrais que sustentamos neste trabalho” (AZEVEDO, 2002, p. 14).

Essa situação tem levado boa parte dos seus habitantes a migrarem diariamente, por longos percursos, em meio ao trânsito de uma mobilidade caótica em direção às demais localidades da região metropolitana na busca pela própria sobrevivência. “A necessidade de sobrevivência desta população gerou a formulação de estratégias que permitissem burlar o sistema formal do mercado para garantir a reprodução da vida”. (AZEVEDO, 2002, p. 35).

Nesse ínterim, façamos breve menção da literatura brasileira, em consideração aos muitos severinos brasileiros, rememorados na obra de João Cabral de Melo Neto. Em movimentos migratórios de uma localidade a outra, estes lutam pela sobrevivência, frente às agruras das secas no sertão brasileiro. São muitos os severinos transpostos, e muitas as formas de busca de sobrevivência no meio urbano:

E onde vais trabalhar agora, qual o subúrbio que te cabe? — Passo para o dos industriários, que? também o dos ferroviários, de todos os rodoviários e praças-de-pr? dos comerciários. — Passas para o dos operários, deixas o dos pobres vários; melhor: não são tão contagiosos e são muito menos numerosos. —? deixo o subúrbio dos indigentes onde se enterra toda essa gente que o rio afoga na preamar e sufoca na baixa-mar. —? a gente sem instituto, gente de braços devolutos; são os que jamais usam luto e se enterram sem salvo-conduto. —? a gente dos enterros gratuitos e dos defuntos ininterruptos. —? a gente retirante que vem do Sertão de longe. — Desenrolam todo o barbante e chegam aqui na jante. — E que então, ao chegar, não têm mais o que esperar. — Não podem continuar pois têm pela frente o mar. — Não têm onde trabalhar e muito menos onde morar.⁴⁴

Os retirantes do sertão, em circundantes movimentos pendulares de locomoção no meio urbano, consolidam o enfraquecimento dos vínculos dos sujeitos com suas municipalidades, por uma oferta de mão de obra que acaba sendo subaproveitada e absorvida pelas economias fronteiriças, com as quais possuem maior relação na dinâmica da circulação rotineira. São elas Porto Alegre, Gravataí, Canoas, Cachoeirinha e sua “vizinha” Viamão, que carrega

⁴⁴ Disponível em: http://www.releituras.com/joaocabral_morte.as ____p. Acesso em: 7 jun. 2021.

características semelhantes ao município de Alvorada (cidade-dormitório), e as demais adjacências da região metropolitana.

Municipalidades que estabelecem suas relações e identidades no espaço e na função determinada economicamente, regida pela divisão desigual na sociedade do trabalho e do consumo massivo na lógica da globalização. Entre centros urbanos economicamente favorecidos, circundados por zonas de urbanas periféricas, fornecedoras da mão de obra barata e de potenciais consumidores, subcidadãos advindos de suas “cidades-dormitórios”. Essa situação é ressaltada por Azevedo (2002, p. 63-64):

o Banco Nacional de Habitação, desde sua fundação, praticava uma política de retorno de investimentos, os poucos recursos destinados a financiar a habitação para as populações de baixa renda deveriam ser “racionalizados” tendo em vista a construção de um grande número de unidades a baixo custo. Como o principal problema nas áreas de alta concentração urbana era o espaço para construção de grandes conjuntos residenciais, que eram tidos pelos técnicos do BNH, como de menor custo, as áreas eram procuradas em regiões mais afastadas dos núcleos urbanos, portanto mais baratas. Neste processo de escolhas dos locais, não raro apareciam denúncias de tráfico de influência na determinação do local de construção dos conjuntos, beneficiando, assim, proprietários de áreas vizinhas que, após a implantação de infraestrutura para os conjuntos residenciais, eram imediatamente valorizadas. Alvorada serviu bem a esses propósitos. Situada entre os municípios de Porto Alegre, Cachoeirinha, Gravataí e Viamão, municípios que apresentavam em função de sua localização estratégica, junto a grandes rodovias interestaduais, um grande crescimento industrial-principalmente Gravataí - Alvorada era o que se costuma chamar cidade-dormitório.

Assim, a política pública de habitação, inaugurada pela ditadura civil-militar instalada em 1964, em meio à tentativa de cooptar a simpatia das classes populares, vigorou “figurando como um Robin Hood às avessas, que coletou entre a grande massa de assalariados de baixa renda (até cinco salários-mínimos), e distribuiu entre as camadas médias e altas” (AZEVEDO, 2002, p. 51). Dessa forma, o processo gentrificador da periferização social brasileira é recrudescido, em parte pela transferência da renda dos trabalhadores através da prática da especulação imobiliária.

Tal situação se enquadra na perspectiva do projeto nacionalista desenvolvimentista de expansão urbana e industrial. O município Alvorada, semelhante a muitas outras localidades do território brasileiro, com suas população, substancialmente, foi afetado pelos impactos sociais e econômicos. Estes refletiram na concentração de renda e no aumento da desigualdade social consequente, dimensionados por práticas escusas, através dos dispositivos do favorecimento da “mão invisível do mercado” pela espoliação e pela extração do lucro:

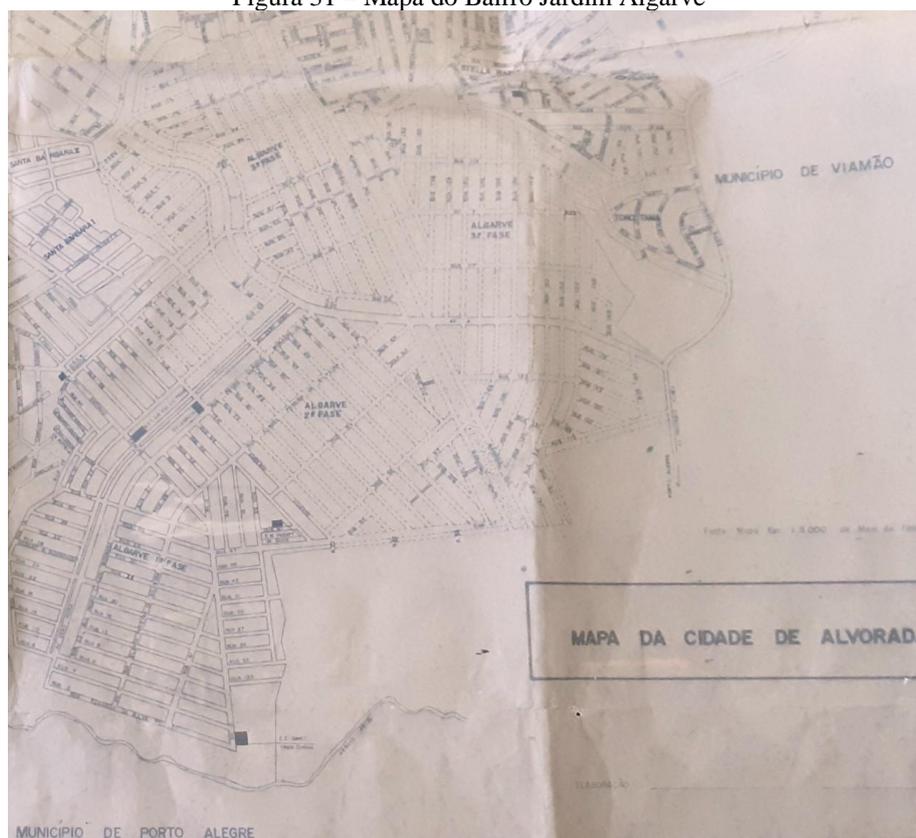
O Sistema Financeiro de Habitação (SFH), como um todo apresentava uma péssima imagem pública. Para citar apenas alguns exemplos dos problemas no setor, podemos lembrar a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), quando o próprio governo anunciara um enorme “rombo” promovida por este órgão nas contas públicas. Este “rombo” provinha de dívidas de 23 empreiteiras falidas, que juntas, deviam aproximadamente de 83 bilhões de cruzados ao Banco. Ao mesmo tempo, a liquidação extrajudicial do banco Comind fez aparecer milhões de contas irregulares, legando um prejuízo de dois bilhões de cruzados aos cofres públicos. No Rio Grande do Sul, o Congresso Nacional encerrara em 1986 uma CPI que comprovou haver favorecimento, por parte dos grupos Sul-Brasileiro e Habitasul (órgãos intermediários entre o BNH e cooperativas habitacionais e empreiteiras), as empresas de situação financeira duvidosa. (AZEVEDO, 2002, p. 96).

4 CONTEXTUALIZAÇÃO EM ESCALA LOCAL: O BAIRRO

O bairro surge como o domínio onde a relação espaço/tempo é a mais favorável para um usuário que deseja deslocar-se pé saindo de sua casa. Por conseguinte, é o espaço da cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma caminhada, da sucessão na calçada, pouco a pouco significado pelo seu vínculo orgânico com a residência. (MAYOL, 2012, p. 41).

A Figura 31 desdobra-se sobre nosso objeto de estudo: o bairro Jardim Algarve. Situa-se na Zona Sul do município de Alvorada, delimitado pelas fronteiras do município de Viamão e da capital gaúcha. O espaço foi projetado em três fases do desenvolvimento urbanístico. Visualiza-se, na imagem abaixo, em sua fase mais antiga, o empreendimento do conjunto residencial implementado pelo grupo empresarial Habitasul, delimitado pelas margens do Arroio Feijó, fronteiro ao município de Porto Alegre. Na segunda fase, conforme a demonstração no mapa é possível acompanhar a extensão da implementação mais recente da urbanização em pleno desenvolvimento, conhecida como Porto Verde, localizada na área central do plano cartográfico. À direita, nas adjacências com os bairros locais e o município de Viamão, verifica-se a terceira fase do empreendimento urbano, não concretizada até o presente momento.

Figura 31 – Mapa do Bairro Jardim Algarve



Fonte: acervo do autor.

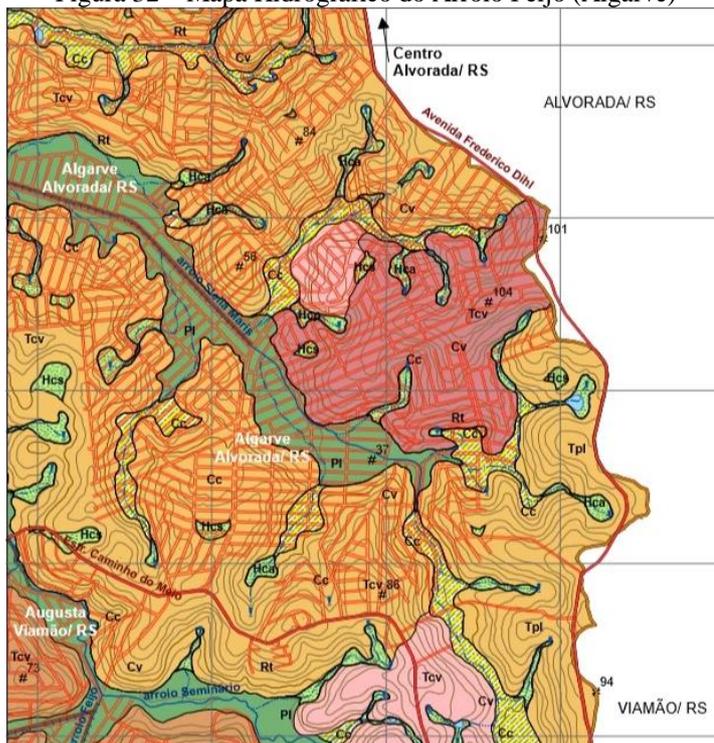
Em conexão com o marco temporal e por extensão do espaço a que está delimitado, o nosso objeto de estudo, local a ser cartografado, corografado e observado, apresenta profundas relações com seu contexto histórico, junto ao processo de urbanização do território político administrativo a que está circunscrito.

“No dia vinte e sete de abril, aparecem notícias sobre a ocupação dos núcleos habitacionais Jardim Algarve e Jardim Porto Alegre, ambos em Alvorada” (AZEVEDO, 2002, p. 88). Na sequência da onda de um surto de ocupações, no contexto histórico da luta pela moradia no final dos anos 80, tiveram seu estopim no conjunto habitacional localizado na localidade dos Campos Verdes, no município de Alvorada, no dia 11 de abril, data de origem da toponímia local.

As ocupações urbanas no município de Alvorada são marcos temporais significativos para contar suas histórias locais em seu processo de formação urbana. O bairro Jardim Algarve, nosso objeto de estudo de estudo, é parte da construção dessa história, na perspectiva dos seus diferentes atores, que agem na sociedade fornecendo conteúdos consistentes para produção de novos estudos históricos sobre o espaço em que habitam.

Nesse sentido, o bairro Jardim Algarve como loteamento a ser observado em suas estruturas e peculiaridades urbanísticas próprias não se constitui como uma história à parte de seu território municipal. A história da luta pela moradia, em princípio, extrapola os limites da sua própria localidade na cartografia oficial, conectada com a história da urbanização comum a toda nossa realidade brasileira e latino-americana.

Figura 32 – Mapa Hidrográfico do Arroio Feijó (Algarve)



Fonte: Rehbein (2011, p. 323).

O território, em princípio chamado Algarve, é atravessado pelo arroio Stella Maris (Figura 32) – muito mal tratado, por sinal, na estruturação do planejamento urbano, apelidado de “valão” por seus habitantes, devido ao despacho dos esgotos e dos lixos domiciliares descartados em seu leito, fruto da ignorância sobre a hidrografia como um elemento essencial da paisagem local. O Stella Maris é um afluente agregado na composição dos mananciais da bacia hidrográfica do Arroio Feijó, que segue seu fluxo marcado pela conturbada dinâmica urbanística.

Figura 33 – Arroio Stella Maris (“valão”)



Fonte: Rehbein (2011, p. 307).

Assim, perseguimos pelas incógnitas diversas dos nomes dados aos lugares (toponímias), que geralmente escondem significados e revelam histórias do passado e do seu contexto atual, em variadas representações e contextos históricos.

Os nomes ilegais são comuns: o termo Curdistão é proibido na Turquia para não estimular o separatismo curdo. A proibição do uso de nomes de províncias históricas, para não colocar em perigo a unidade do país, é bem ilustrada pela denominação dos departamentos franceses em 1790. A mudança do nome dos Estados é também uma modificação importante. Ato geopolítico fundamental, expressa uma mudança de era política (ou de era geopolítica). As antigas colônias frequentemente trocaram de nome para reforçar sua identidade, senão sua legitimidade. Esse caso é frequente na África. No antigo império colonial

francês, o Alto Volta tornou-se Burkina Faso (“país dos homens íntegros”) em 4 de outubro de 1984.; Daomé é desde 30 de outubro de 1975 Benin, o Sudão Francês transformou-se em Mali, quando de sua independência em 1960, etc. Nesses últimos casos, a referência era de um antigo reinado pré-colonial. O mesmo aconteceu na Rodésia — cujo nome provém do britânico Cecil Rhodes — que passou a ser chamada de Zimbábue em 1980. Esses reinos pré-coloniais não correspondem sempre aos territórios dos novos Estados, mas a representação ressalta a antiguidade do referente e reforça a legitimidade do novo Estado. Na Ásia, a Pérsia transformou-se em Irã no início do século XIX para destacar a arianidade de sua população; a ilha do Ceilão, independente desde 1948, tomou o nome de cingalês de Sri Lanka em 1972, a Birmânia transformou-se em Myanmar no final dos anos 1990. Os Estados do Pacífico Sul geralmente têm abandonado seus nomes coloniais e adotaram nomes utilizados nas línguas vernáculas, assim as Novas Hébridas passaram a ser Vanuatu com a independência em 1980. As modificações territoriais podem ser destacadas pela formação de neologismos: a união de Zanzibar e Tanganica, em 1964, resultou na forma Tanzânia, contração das duas denominações anteriores. (ROSIÈRE, 2007, p. 287).

Em nosso caso de estudo, como explicamos a razão dessa toponímia, Algarve? Nomeação curiosa de origem etimológica árabe, cujo significado expressa a orientação cardeal da rosa dos ventos Oeste, em contraposto à indicação que de fato ocupa o bairro Jardim Algarve, sendo precisamente situado na região Sul. Em que pese a possibilidade transvalorativa de deslocamento do objeto de estudo, na inversão dos posicionamentos que o território ocupa no

espaço ou na posição de quem o observa, desprendemos-nos dessa fórmula, das rígidas representações traçadas pelas cartografias oficiais, sobre esse lotemamento urbano empreendido em suposto solo de proprietários, especulações corográficas não comprováveis.

A suposta toponímica não está evidenciada na possibilidade de contatos próximos ou por indícios diretos da presença cultural árabe. Está indiretamente condicionado em nossa herança linguística colonizada, intermediária do legado português e carregada por seus traços culturais, que remontam a época da reconquista europeia da Península Ibérica, inaugurando a modernidade europeia dos domínios territoriais, que esteve por séculos submetida à influência cultural dos mouros.

Entre as lacunas e as suposições que se apresentam, na busca por explicações sobre a origem e sobre a contextualização histórica local do objeto de estudo de nossa abordagem, nos jogamos ao campo da imaginação cartográfica para melhor apreensão dos detalhes circundantes, em refúgio da ausência das fontes confiáveis e acessíveis para investigação do espaço local. Em observância aos mitos fundadores inventados, manifestam-se em nossa história substancialmente ausente e pouco palpável, que potencialmente recaem nos vícios dos efeitos providenciais simbólicos, na forma de representação dos acontecimentos históricos:

No caso das identidades nacionais, é extremamente comum, por exemplo, o apelo a mitos fundadores. As identidades nacionais funcionam, em grande parte, por meio daquilo que Benedith Anderson chamou de "comunidades imaginadas". Na medida em que não existe nenhuma "comunidade natural" em torno da qual se possam reunir as pessoas que constituem um determinado agrupamento nacional, ela precisa ser inventada, imaginada. É necessário criar laços imaginários que permitam "ligar" pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum "sentimento" de terem qualquer coisa em comum. A língua tem sido um dos elementos centrais desse processo - a história da imposição das nações modernas coincide, em grande parte, com a história da imposição de uma língua nacional única e comum. Juntamente com a língua, é central a constituição de símbolos nacionais: hinos, bandeiras, brasões. Entre esses símbolos, destacam-se os chamados "mitos fundadores". Fundamentalmente, um mito fundador remete a um momento crucial do passado em que algum gesto, algum acontecimento, em geral heróico, épico, monumental, em geral iniciado ou executado por alguma figura "providencial", inaugurou as bases de uma suposta identidade nacional. Pouco importa se os fatos assim narrados são "verdadeiros" ou não; o que importa é que a narrativa fundadora funciona para dar à identidade nacional a liga sentimental e afetiva que lhe garante uma certa estabilidade e fixação, sem as quais ela não teria a mesma e necessária eficácia. (SILVA, 2000, p. 85).

Desviamos nosso olhar pela observação performática, sob diferentes ângulos topográficos, a respeito da localização cartográfica do Algarve, e pela possibilidade do recurso à imaginação em substituição das fontes oficiais ausentes. Recorre-se ao nível hipotético fictício dessa "comunidade imaginada" em questão, caso delimitada fosse, pelas águas oceânicas,

talvez pudéssemos denominá-la península da Zona Sul de Alvorada, na suposição imaginária sobre sua toponímia, que permite o distanciamento desejado ao conceito mencionado de Raffestin (1993), de território “prisão que os homens constroem para si”, refém do conceito de espaço como “prisão original”.

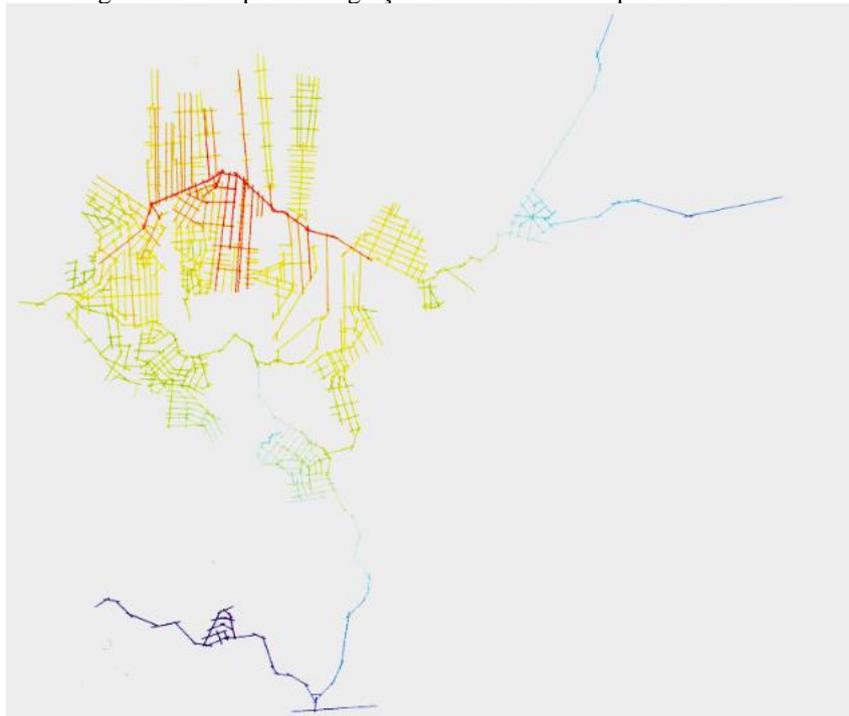
Por outra via de caracterização imaginária, o bairro assemelhar-se-ia a uma ilha (ilhota), a isolar-se por barreiras naturais do “cinturão verde” (área verde). A constituição fronteiriça tenta naturalizar-se ao isolamento simplesmente pela tentativa de separação imaginária do contrassenso submetido à determinação imposta pela cartografia do território político-administrativo, em seus anseios de emancipação.

O bairro Algarve está condicionado pelas corografias expressivas dos seus atores, na autodefinição de um local em distinção em meio à realidade urbana periférica. Paralelamente, a que ocupa sua municipalidade, na região metropolitana de Porto Alegre, busca sua emancipação dos discursos discriminatório sólidos sobre os condicionamentos dos territórios marginalizados.

As afirmações sobre um bairro distinto, habitado por pessoas distintas, revelam as construções corográficas de apropriação do espaço local, em representações consolidadas nas impressões e nas diferenciações impregnadas de significados identitários nos discursos dos seus moradores. O espaço está delimitado de forma superficial e artificialmente pelas linhas imaginárias em submissão ao território cartografado do município de Alvorada.

Demarcados pelos extremos da realidade periférica do município de Alvorada, o Algarve, representação “enobrecida” do território, apresenta-se em contrastes ao Umbu, empobrecido nessa comparação estruturada de urbanização incompleta, na distribuição espacial desigual, que se destaca nas zonas azuladas cartografadas na Figura 34.

Figura 34 – Mapa da Integração Global do Município de Alvorada



Fonte: Rigatti (2002, p. 50).

A lógica da estruturação urbana é corroborada pelos loteamentos e empreendimentos de uma cidade feita “aos pedaços”, que foram sintetizados em seu quarto período de expansão urbana (1979-1980), conforme apontado por Rigatti (2002). Isso explicaria os dados da segregação urbanística desde a origem de sua concepção arquitetada no espaço local:

O peso dos novos empreendimentos atrai para si as duas outras áreas onde se concentram espaços com maiores integrações locais: uma no Vila Umbu, que globalmente é extremamente segregado e a outra, no Jardim Algarve, mais acessível também globalmente. Deste modo, pode-se verificar que o tamanho do empreendimento é muito importante para a reestruturação urbana, mas o que fornece melhores informações sobre o impacto que vão impor à organização da cidade como um todo é dada, fundamentalmente, pela sua localização relativa e pelos níveis de articulação desses empreendimentos com o tecido urbano preexistente. (RIGATTI, 2002, p. 59).

Jardim Algarve, expressão composta, em que a palavra “jardim”, por vezes, passa subtraída pelo seu desuso, é a topomínia desse plano cartografado, com as expectativas de projeções mais exitosas de que trata Rigatti (2002). A expressão também traz, em sua história, originalmente a implantação premeditada de seus conjuntos habitacionais (bairros operários), destinados à ampla massa de trabalhadores, que, no contexto do êxodo rural brasileiro, migraram para as proximidades dos grandes centros urbanos. O mapa do loteamento Jardim Algarve, na Figura 35, apresenta esse primeiro núcleo residencial implementado pelo grupo

empresarial Habitasul, local onde ocorreram as primeiras ocupações no contexto social de luta pela moradia no final da década 80.

Figura 35 – Algarve 1ª fase (SPH)

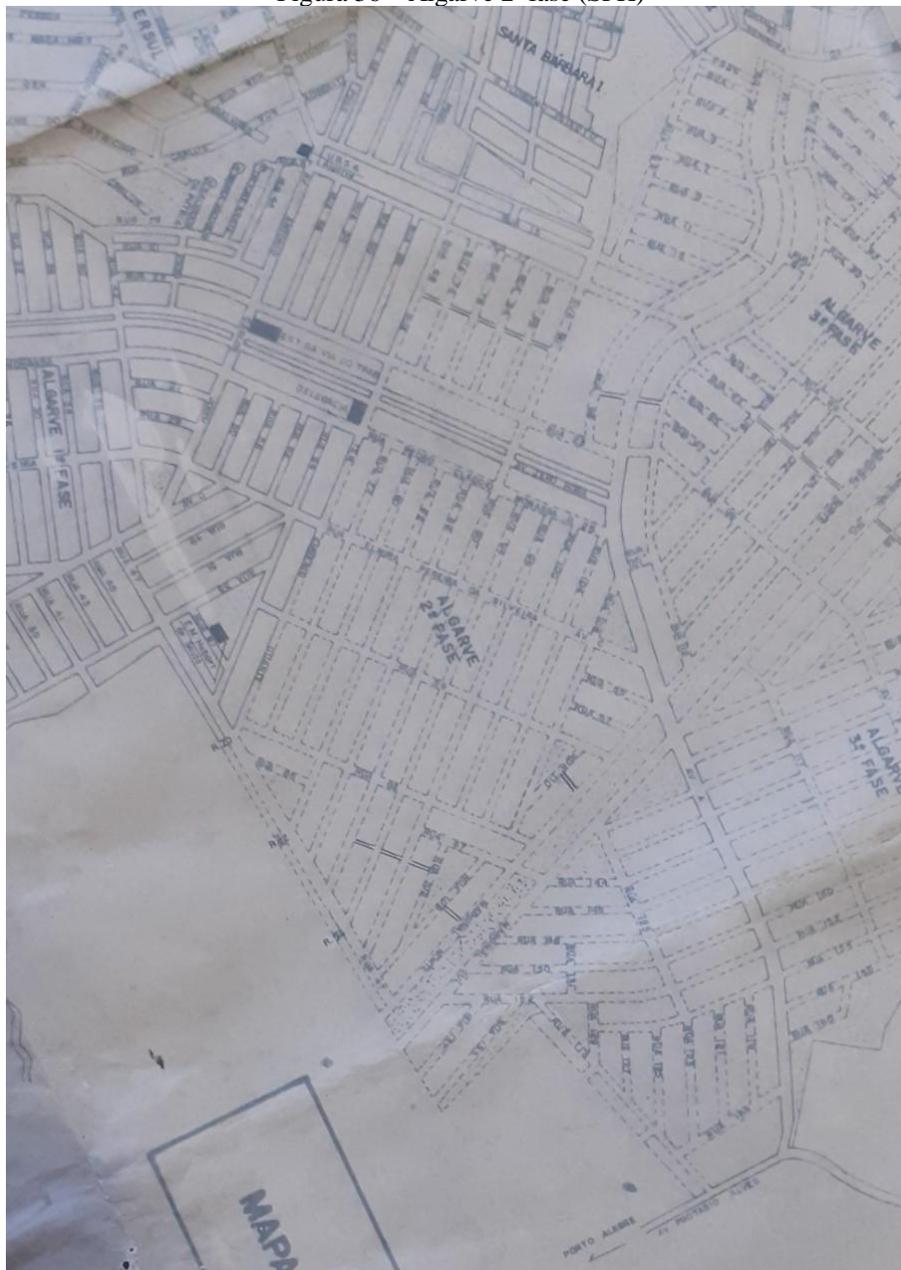


Fonte: acervo do autor.

O Algarve é nomeado dessa forma em sua primeira fase e oficialmente registrado desse modo na cartografia de planejamento urbano, nos mapas do município de Alvorada, pela Secretaria de Planejamento e Habitação (SPH). Esse nome identifica o lugar e representa a gênese do bairro pelas fortes implicações históricas, como núcleo principal no processo de urbanização local (vila). Embora esteja retratado em uma localização de canto, margeando o Arroio Feijó, na fronteira com a capital Porto Alegre, é considerado, atualmente, o centro, em congruência com a percepção temporal de sua antiguidade. Assim, “a simultaneidade entre os lugares, não é mais do tempo físico, tempo do relógio, mas do tempo social, dos momentos da vida social” (SANTOS, 1993, p. 91), que se explicam também pelas implicações dinâmicas da atividade comercial e pelas movimentadas vias de circulação da população em trânsito no local. Em algumas ruas, atualmente, é perceptível o abandono de algumas residências e a presença de terrenos baldios das casas demolidas pelo processo de gentrificação local. No plano cartográfico seguinte, podemos visualizar a representação do bairro Jardim Algarve, em sua fase intermediária de implementação urbanística, sendo o marco temporal inicial de implementação

no final dos anos 90, através da intensa especulação imobiliária da venda dos terrenos loteados da área central da Figura 36.

Figura 36 – Algarve 2ª fase (SPH)



Fonte: acervo do autor.

Em antítese ao plano cartográfico anterior, o Algarve, em sua segunda fase, pode ser caracterizado pelo espaço se constituindo, na percepção temporal do presente que se faz a cada dia, na tentativa de se distinguir em relação ao núcleo habitacional originário pelo seu cognome Porto Verde. A nomeação “porto”, nessa pseudo-toponímia, pode estar associada à tentativa do marketing comercial de forçar a ideia de gentrificação na percepção de seus habitantes. Em

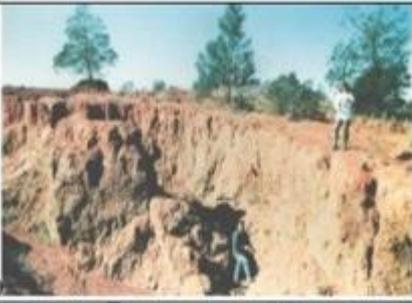
razão da interligação das vias de tráfego mais acessíveis e próximas da capital do estado, dissocia-se do estigma e do peso periférico que a palavra Alvorada e seu território encerram no plano cartografado. Quanto à denominação “verde”, prevalece apenas como a cor ausente de um ambiente em processo de extinção, em uma área cada vez mais desnaturalizada pelo avanço e pela velocidade dos empreendimentos imobiliários comerciais urbanos. Concreta-se o solo de mananciais, da bacia hidrográfica do Arroio Feijó, que, no passado recente, fornecia água potável de suas vertentes, sangas e riachos para vizinhança das redondezas em períodos de estiagem e escassez. Nesse sentido, o morador Marcelo Chardosin, preocupado e atuante das questões ambientais locais, destaca em *blog* que:

Nos últimos anos, o apagamento de alguns espaços de convivência diminuíram ainda mais o exercício da cultura, do esporte e lazer no bairro. A Praça Porto Verde foi extinta em 2015 e substituída por prédios da iniciativa privada; A Lagoa Negra, antigo ponto turístico da cidade (Lei 1869, de 22 de novembro de 2007), foi soterrada por lixo e moradias; O fragmento florestal do Algarve, que nos anos 2000 teve como destino a preservação devido à “possível” existência de mananciais, teve em 2017 uma “licença ambiental”, concedida pela FEPAM para o desmatamento, iniciando a nova etapa do loteamento Porto Verde, da Habitasul.⁴⁵

Há sérios impactos ambientais já vislumbrados pelo “desnudamento” do solo, apontado nas pesquisas geomorfológicas em Rehbein (2011), conforme mostra a Figura 37.

⁴⁵ Disponível em: <https://oblogdoparque.wordpress.com/page/3>. Acesso em: 7 jun. 2021.

Figura 37 – Estudo Geológico

 <p>(A)</p>	<p>Descrição: Voçoroca em estágio avançado de desenvolvimento em área do loteamento Algarve/ Alvorada/ RS; a mobilização de sedimentos revela um espesso pacote eluvionar, resultante de meteorização granítica; muito provável se tratar de segmentos da alta/ média vertente do morrote elúvio-granítico Feijó; a evolução do processo erosivo se dá em sentido à torre de transmissão de energia elétrica de alta tensão.</p> <p>Fonte: Orlandi Filho & Giugno (1994, p. 33)</p>
 <p>(B)</p>	<p>Descrição: Voçoroca em estágio avançado de desenvolvimento a partir de ARGISSOLOS, recorrente ao “desnudamento” do solo na abertura do loteamento Algarve/ Alvorada/ RS; a mobilização de sedimentos revela um espesso pacote eluvionar, resultante de meteorização granítica;</p> <p>Fonte: Orlandi Filho & Giugno (1994, p. 34)</p>
 <p>(C)</p>	<p>Descrição: Ravinas e voçorocas em estágios avançados de desenvolvimento em áreas do loteamento Algarve/ Alvorada/ RS; a mobilização de sedimentos revela um espesso pacote eluvionar, resultante de meteorização granítica; a evolução dos processos erosivos ocorre na média vertente convexa/ retilínea, de expressivo comprimento de rampa, do morrote elúvio-granítico Feijó; ao fundo, reservatório de abastecimento d'água.</p> <p>Coord.(s) UTM: 493.117m E; 6.676.670m N;</p> <p>Orientação do campo de visão: NNE;</p> <p>Data de obtenção do registro: 26/09/2010;</p> <p>Autor: Moisés Ortemar Rehbein.</p>
 <p>(D)</p>	<p>Descrição: Interior de voçoroca em estágio avançado de desenvolvimento, a partir de CAMBISSOLOS e ARGISSOLOS, em áreas do loteamento Algarve/ Alvorada/ RS; a mobilização de sedimentos revela um espesso pacote eluvionar, resultante de meteorização granítica diferencial; a evolução dos processos erosivos ocorre na média vertente convexo/ retilínea, de expressivo comprimento de rampa, do morrote elúvio-granítico Feijó;</p> <p>Data de obtenção do registro: 02/10/2010;</p> <p>Autor: Caio Matheus</p>
 <p>(E)</p>	<p>Descrição: No canto superior direito, ravinas e voçorocas em estágios avançados de desenvolvimento, em meio à área do loteamento Algarve/ Alvorada/ RS; a evolução dos processos erosivos ocorre na média vertente convexo/ retilínea, de expressivo comprimento de rampa, do morrote elúvio-granítico Independência, próximo ao contato com o granito Feijó.</p> <p>Coord.(s) UTM: 492.716m E; 6.676.57 m N;</p> <p>Orientação do campo de visão: NNE;</p> <p>Data de obtenção do registro: 26/09/2010;</p> <p>Autor: Moisés Ortemar Rehbein.</p>

Fonte: Rehbein (2011, p. 270).

Figura 38 – Algarve 3ª fase (SFH)



Fonte: acervo do autor.

No último plano de projeção do Algarve (Figura 38), na terceira fase dessa urbanização em desenvolvimento – até o momento não concretizada –, é possível vislumbrar o futuro projetado no espaço. Entretanto, o avanço humano e incontido sobre esse outro canto do bairro poderá ser tão devastador ao ambiente natural quanto o que pode ser observado no processo urbanização presente, visíveis na Figura 39.

Figura 39 – Imagens de satélite

<p>(A)</p> 	<p>Descrição: Formas de processos erosivos lineares avançados em áreas do loteamento Algarve/Alvorada/ RS; as formas ocorrem sobre médias vertentes, convexo-retilíneas, de significativos comprimentos de rampa, do morrote elúvio-granítico Feijó, próximas ao contato com vertentes do morrote elúvio-granítico Independência;</p> <p>Data da imagem: 01/06/2009; Fonte: Google Earth (2010)</p>
<p>(B)</p> 	<p>Descrição: Formas de processos erosivos lineares avançados em áreas do loteamento Algarve/Alvorada/ RS; as formas ocorrem da alta a baixa vertente, convexo-retilínea, de significativos comprimentos de rampa, do morrote elúvio-granítico Feijó. No canto inferior direito, arroio Stella Maris.</p> <p>Data da imagem: 24/02/2010; Fonte: Google Earth (2011)</p>
<p>(C)</p> 	<p>Descrição: Formas de processos erosivos lineares avançados em áreas do loteamento Algarve/Alvorada/ RS; as formas ocorrem da média a baixa vertente, convexo-retilínea, de significativo comprimento de rampa, do morrote elúvio-granítico Saint-Hilaire, interdigitando-se à planície do arroio Stella Maris.</p> <p>Data da imagem: 05/09/2009; Fonte: Google Earth (2011)</p>

Fonte: Rehbein (2011, p. 269).

Em suma, nossa abordagem cartográfica como projeto dissertativo não poderia descartar questões ambientais em meio ao processo gentrificador de desenvolvimento urbano. Nesse percurso, apresentamos a tecitura cartográfica de muitas leituras pela contribuição de diversos autores, que potencializam a reflexão socioecológica global, acenando para um futuro sustentável e harmônico, entre natureza e humanidade, em superação da eugeniação espacial, na perspectiva da justiça ambiental plena para a construção de uma sociedade sem exclusões.

5 OBSERVATÓRIO CARTOGRÁFICO

Las fuentes para la investigación en enseñanza de la historia se aproximan y se alejan de aquellas construidas por la historiografía profesional. Desde el surgimiento de la escuela de los Annales todo es susceptible de ser historia, de convertirse en fuente histórica: documentos oficiales, anuncios publicitarios, planes de estudio, imágenes, piedras, edificios escolares e infinidad de objetos materiales. A este inmenso cúmulo de objetos potenciales para transformarlos en "documentos", el historiador trata de mirarlos de manera original, innovadora, a través de una pregunta de investigación. (PLÁ, 2012, p. 163-184).

Na ausência e na escassez de fontes oficiais sobre a história local do bairro Jardim Algarve, constituímos um observatório cartográfico local. Dessa forma, elaboramos como estratégia uma sondagem cartográfica para conhecermos as corografias dos educandos a respeito do espaço-tempo vivido. Produzimos, em sala de aula, documentos variados que possibilitam a reflexão sobre o espaço e a vida cotidiana de quem os produziu no tempo presente. Ao mesmo tempo, servem de materialidade para as mais variadas abordagens na tentativa de apreender as indagações sobre o passado e o presente local, em busca de respostas a partir dos sujeitos em processo de aprendizagem formal como provocação a uma “*desaularización de la historia en la escuela*” (GONZÁLEZ, 2018, p. 102) em uma perspectiva interdisciplinar.

Essa atividade de sondagem foi aplicada aos estudantes do 9º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Herbert José de Souza, unidade escolar que atende uma parcela da população estudantil do bairro Jardim Algarve. A Escola apresenta uma boa estrutura para o atendimento de uma comunidade escolar mediana, não tão precarizada como em muitas realidades adversas de outras comunidades escolares do município de Alvorada.

A seta na Figura 40 indica o local onde foi implementada a experiência do observatório cartográfico. A escola pública do município de Alvorada está localizada no bairro Jardim Algarve e é afetivamente chamada de Betinho (apelido do sociólogo) pela comunidade escolar.

Figura 41 – Indicadores Município/Escola



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.⁴⁶

⁴⁶ Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=10847914>. Acesso em: 7 jun. 2021.

Figura 42 – Dados do Ideb

Código da escola	43185703	Ideb			■ Acima ou igual à meta ■ Abaixo da meta	Ideb			■ Acima ou igual à meta ■ Abaixo da meta
		Ano	Meta	Valor		Ano	Meta	Valor	
Endereço	RUA HERBERT JOSE DE SOUZA, 62	2005		4,2		2005		4,1	
Bairro	JARDIM ALGARVE	2007	4,3	4,3		2007	4,1	3,1	
CEP	94859-270	2009	4,6	4,8		2009	4,2	3,2	
Município	Alvorada	2011	5,0	5,0		2011	4,5	3,6	
UF	Rio Grande do Sul	2013	5,3	5,4		2013	4,9	3,7	
Dependência Administrativa	Municipal	2015	5,5	5,5		2015	5,3	3,6	
Localização	Urbana	2017	5,8	5,9		2017	5,5	*	
Localização diferenciada	Não Se Aplica	2019	6,1	5,7		2019	5,8	4,3	

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.⁴⁷

É possível perceber, em conformidade com o que nos apontam os dados do Ideb, as discrepâncias dos indicadores avaliativos, pelas variações de transição dos anos iniciais aos anos finais, em relação ao desempenho escolar global.

As abordagens cartográficas sugeridas por Hannoun (1977 *apud* ALMEIDA, 2008) para anos iniciais de seu tempo constituem-se em um dispositivo didático-pedagógico, para as mais variadas faixas etárias e anos escolares, no procedimento metodológico e na produção de aprendizagens cartográficas transdisciplinares, como recurso acessível e alternativo às restrições e às carências tecnológicas enfrentadas pela escola pública atualmente.

Tais abordagens cartográficas, dependendo de sua aplicação dinâmica, podem contribuir para a busca de respostas a certo embotamento cognitivo discente, em meio aos efeitos atrativos dos entretenimentos e das aprendizagens que as tecnologias virtuais ofertam, na concorrência desleal, desfavorável e enfadonha com o regimento dos bancos escolares, paradoxo das novas gerações. Assim, em meio à observação dos obstáculos apresentados pelos educandos do 9º ano, depararam-se com a interpretação das interrogações, que a qualquer um poderia parecer simplória, sobre as questões da vida rotineira, a que foram submetidos diante da sondagem cartográfica, demonstradas através da dificuldade no fornecimento das respostas.

A questão da espacialidade e do tempo aqui submetem-se às condições em relação ao estágio cognitivo dos educandos. Nesse caso, há uma hipótese sobre a abstração dos seus

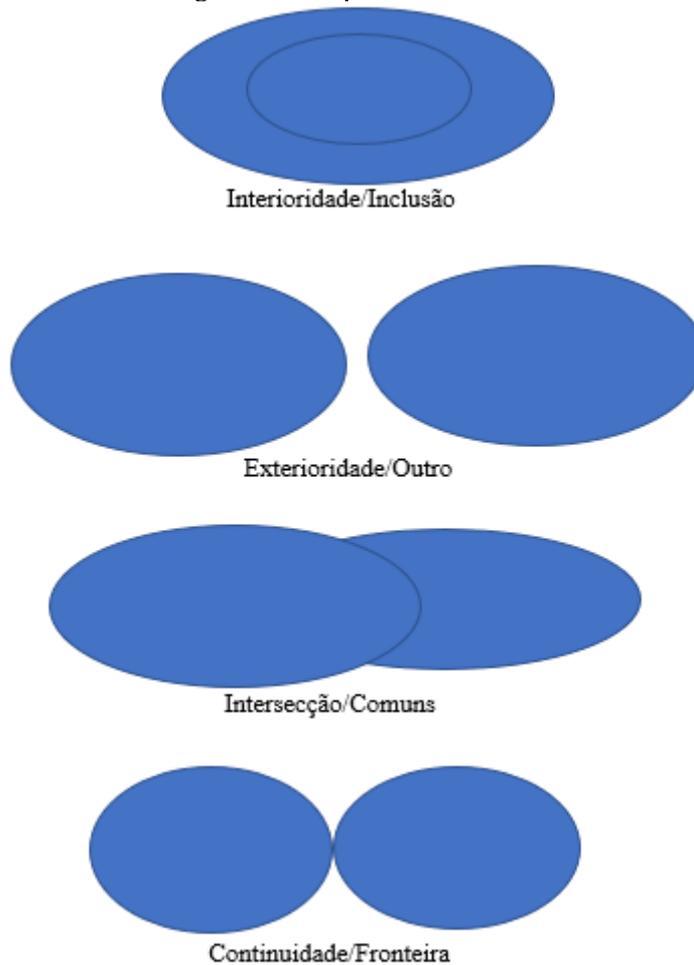
⁴⁷ Ibid.

estágios mentais *versus* suas faixas etárias; em contrapartida, as condições de aprendizagens aplicadas são abordagens para o campo da educação se debruçarem com maior aprofundamento.

Neste caso, o recurso às quatro categorias de análise da espacialidade de Hannoun (1977 *apud* ALMEIDA, 2008) apresenta-se como uma breve sugestão de abordagem entre muitas outras intervenções cartográficas possíveis no meio educacional. Esta é uma possível concepção de proposta pedagógica para fomentação, aplicação e análise de uma produção cartográfica, em auxílio de uma aproximação didática em apreensão e abstração espaço-tempo. São estas o expediente e o ponto de partida, por meio da intervenção de uma sequência didática cartográfica elementar, embasada nas exposições das seguintes representações:

A interioridade: quando uma área está dentro de outra, ou quando há inclusão. A exterioridade: quando uma área é exterior a outra. A intersecção: quando há uma parte com ambas as áreas. A continuidade: quando as áreas são limítrofes, tangenciais. Na análise geográfica essas categorias são subjacentes a estudos de caráter regional, de processos de regionalização de áreas de influência, de ocupação e organização espacial. (ALMEIDA; PASSINI, 2008, p. 44).

Figura 43 – Esquema de Hannoun



Fonte: elaborada pelo autor.

Essas são sugestões que podem ser estabelecidas no desenvolvimento planejado das intervenções escolares como forma de resgate da familiarização com a abordagem cartográfica. Os conceitos cartográficos, expressos em linhas traçadas ou em figuras geométricas, não são condições determinantes baseados em dados prontos e acabados de explicações consumadas por si só. Para ocasionar seus efeitos cognitivos, devem ser confeccionados no desenrolar das experiências humanas, preenchendo as lacunas do conhecimento em busca de um aprendizado de significâncias submetidas ao crivo do espaço e do tempo. Nesse sentido:

Os espaços não devem ser vistos de forma estanque, quer a nível de município, bairro, estado ou país, pois são espaços que dependem entre si e se integram. A interligação e a integração surgem quando se realiza a leitura do espaço humanizado. (ALMEIDA; PASSINI, 2008, p. 46).

Na hipótese sugerida para essas prescrições pedagógicas, podem ser potencializadas na organização de um observatório, em torno de uma sequência de atividades cartográficas,

condizentes à intencionalidade da reconstituição da história local e de suas abordagens, que são possibilitadas a partir das recomendações seguintes:

Pela cartografia do espaço escolar (planta escolar), “dentro do princípio de inclusão de um espaço em um espaço maior, e pela importância de se dar a noção de continuidade espacial, naturalmente surge como sugestão o estudo e mapeamento da escola, seu terreno e tudo que se localiza nele como cantina, depósito de materiais etc. Continuamos neste mapeamento explorando as noções espaciais topológicas: dentro/fora, vizinhos e a fronteira (muro). (ALMEIDA; PASSINI, 2008, p. 61).

Dessa maneira, o reconhecimento no entorno próximo da escola possibilita o “espaço topológico: vizinhos e não vizinhos possibilitam noções de ordem e sequência” (ALMEIDA; PASSINI, 2008, p. 63).

A constituição de um observatório cartográfico passa, por consequência, pela organização de um conjunto de cartografias dos deslocamentos casa/escola, que se aproximam de vivências relacionadas às diferentes abordagens do espaço e do tempo. Assim, o mapeamento da própria casa, isto é, o lugar de significâncias, “é o espaço de afeto, onde o eu habita e se desloca. É, também onde o eu se constrói relacionando-se com seu primeiro grupo social, a família. É o espaço onde ele fica protegido” (ALMEIDA; PASSINI, 2008, p. 66).

É indispensável, para este trabalho, que fiquem definidas certas noções cartográficas no ambiente escolar. Assim, permite-se o empreendimento metodológico cartográfico, para buscarmos respostas que se aproximem de explicações para problemática, ou seja, de como a cartografia cumpre seu papel no auxílio do ensino da história local. Observa-se que, por vezes, os mapas nos livros didáticos de história são ignorados, ou pouco abordados em sala de aula.

Portanto, faz-se necessário discorrermos sobre algumas noções básicas da cartografia, pressupondo as dificuldades implicadas na abordagem do processo educativo no uso cartográfico de suas representações, pois:

O mapa é uma representação codificada de um determinado espaço real. Podemos até chamá-lo de um modelo de comunicação, que se vale de um sistema semiótico complexo. A informação é transmitida por meio de uma linguagem cartográfica que se utiliza de três elementos básicos: sistema de signos, redução e projeção. Ler mapas, portanto, significa dominar esse sistema semiótico, essa linguagem cartográfica. E preparar o aluno para essa leitura deve passar por preocupações metodológicas tão sérias quanto de se ensinar a ler e escrever, contar e fazer cálculos matemáticos. Vai-se à escola para aprender a ler e a contar; e - por que não? -, também para ler mapas. (ALMEIDA; PASSINI, 2008, p. 15).

O ensino de História e a cartografia selam, desse modo, parcerias fundamentais para a prática concreta do propósito da interdisciplinaridade. Assim sendo, o desenvolvimento do

ensino-aprendizagem em um ambiente escolar deficitário desse recurso deve levar “o aluno a elaborar mapas para torná-lo um leitor eficaz.” (ALMEIDA; PASSINI, 2008). Essa atitude consiste em um primeiro passo para uma alfabetização (letramento) cartográfica diante do percurso a ser empreendido. Logo, “para se chegar a um nível de interpretação mais profundo é necessário que o aluno tenha passado por experiências para construção das noções espaciais, partindo das relações elementares do espaço cotidiano” (ALMEIDA; PASSINI, 2008).

Em relação à contextualização histórica na escala do município, apresenta-se a proposta de abordagem das noções sequenciais da inclusão e da continuidade espacial, pela contextualização da história do bairro (escala local), nosso objeto principal de estudo, através da elaboração de um conjunto de atividades cartográficas, que passa pela adição de informações coletadas em variadas fontes sobre o território estudado. Nessa intervenção, é feita a aproximação da cartografia do município, que possibilita a reconstituição de sua história por outros meios. As abordagens sobre as relações de fronteiras possibilitam, dessa forma, a reflexão sobre municípios vizinhos e suas relações “de interligação e interdependência viva: pessoas trabalham nos municípios vizinhos ou moram, ou estudam, ou têm relações cotidianas que ocorrem entre municípios vizinhos” (ALMEIDA; PASSINI, 2008, p. 79). Nesse percurso:

Agnes Heller considera que o cotidiano constitui-se, também, como campo aberto a ações inovadoras e saberes criativos. Para a pesquisadora, a vida cotidiana é o “fermento” secreto da história, pois é nela que ocorre a “revolução invisível” tramada por todos os homens no processo de evolução social. (PEREIRA, 2012, p. 28).

Podemos prosseguir a abordagem em termos de escala da região metropolitana e do estado, perpassando o local para não desfocarmos do objeto do estudo de forma estanque e do desfecho do observatório cartográfico de uma pesquisa participativa, dentro das condições possíveis para a organização de um seminário de compartilhamentos das experiências realizadas. Assim, pretendemos aproximar a produção do conhecimento dos educandos por meio do desvelamento do espaço-tempo, com a finalidade de provocar reflexões sobre a realidade em que vivem e sobre a construção da história local, em suas próprias visões de mundo.

Portanto, a dimensão propositiva e metodológica a ser empreendida passa pela intenção de criar, com o corpo discente, um observatório escola-comunidade-local. Dessa maneira, ultrapassa-se a fronteira dos muros da escola para propulsão da investigação e da produção cartográfica da realidade local. É importante, nesse sentido, instigar as releituras sobre as

mudanças e as permanências, socialmente provocadas pela ação humana, por meio das reflexões em diferentes visões e sobre o ambiente que vivenciam.

O objetivo primordial deste exercício pedagógico, por conseguinte, é a reconstituição da história local cotidiana, a partir da organização de um observatório cartográfico, que envolva interativamente os sujeitos no ambiente escolar em relação com a sua comunidade. A coleta, a classificação e a seleção de materiais produzidos no observatório serão submetidos à análise para endossar a busca de dados sobre o papel e a importância da cartografia no ensino de História. Os materiais produzidos e analisados tendem a servir de matriz/referência para possibilidade de elaboração de outras atividades educativas.

5.1 AULA 02/03/2020

Seguimos com o nosso objetivo principal, que passa pela reflexão interacional sobre espaço local, “*que permite pensar la escuela como un espacio productivo e inventivo, y no simplemente como un lugar de reproducción de lo producido fuera de ella*” (GONZÁLEZ, 2018, p. 23). A seguir, descreve-se a atividade aplicada.

Sondagem Cartográfica Local

1. Qual é o percurso que faço cotidianamente?
2. Como percebo as coisas por onde percorro?
3. Qual é a minha relação com o local, onde moro?
4. O que sei sobre meu bairro?
5. O que penso/imagino sobre o meu bairro?
6. O que as pessoas, em geral, comentam ou imaginam/pensam sobre o bairro?

Nos primeiros 45 minutos da atividade, os educandos apresentaram certo grau de dificuldade ao lidar com as perguntas da sondagem, instigados pelas interrogações cartográficas submetidas a eles, demonstração da problemática quanto ao déficit da alfabetização (letramento) cartográfica no ambiente escolar, em relação às atividades desse patamar, talvez pela submissão à cultura escolar persistente da reprodução mecânica e copista. Nas condições tecnológicas atuais, não basta historicizarmos o espaço-tempo, é necessário ir além do estabelecido, em meio as estratégias e táticas, para problematizá-lo na intenção da produção de aprendizagens significantes:

En palabras de De Certeau: “estrategias y tácticas”. “Llamo ‘estrategia’ al cálculo de relaciones de fuerzas que se vuelve posible a partir del momento en que un sujeto de voluntad y de poder es susceptible de aislarse de un ambiente” (2007: 42). La estrategia postula un lugar racional, susceptible de circunscribirse como un lugar propio, de poder. Por el contrario, la táctica “es un cálculo que no puede contar con un lugar propio” (2007: 43), se insinúa fragmentariamente, aprovecha las fallas de las coyunturas, no tiene forma de discurso, sino la decisión misma, acto y manera de “aprovechar” la ocasión. (GONZÁLEZ, 2018, p. 34).

Para superar a estratégia frustrante da primeira sessão da aula desacomodadora, seguimos a tática lúdica como suporte. Em auxílio aos seus anseios e às dúvidas, no segundo período da aula, com o apoio de algumas folhas de rascunhos, prosseguimos a problematização cartográfica, sobre o deslocamento do local de moradia até a localidade da escola fornecido pelo seguinte enunciado: “Desenhe um mapa do bairro, indicando como é seu roteiro de circulação, incluindo casa, escola e lugares que frequenta”. Peixoto (2005, p. 48), familiarizado com as questões cartográficas, afirma que:

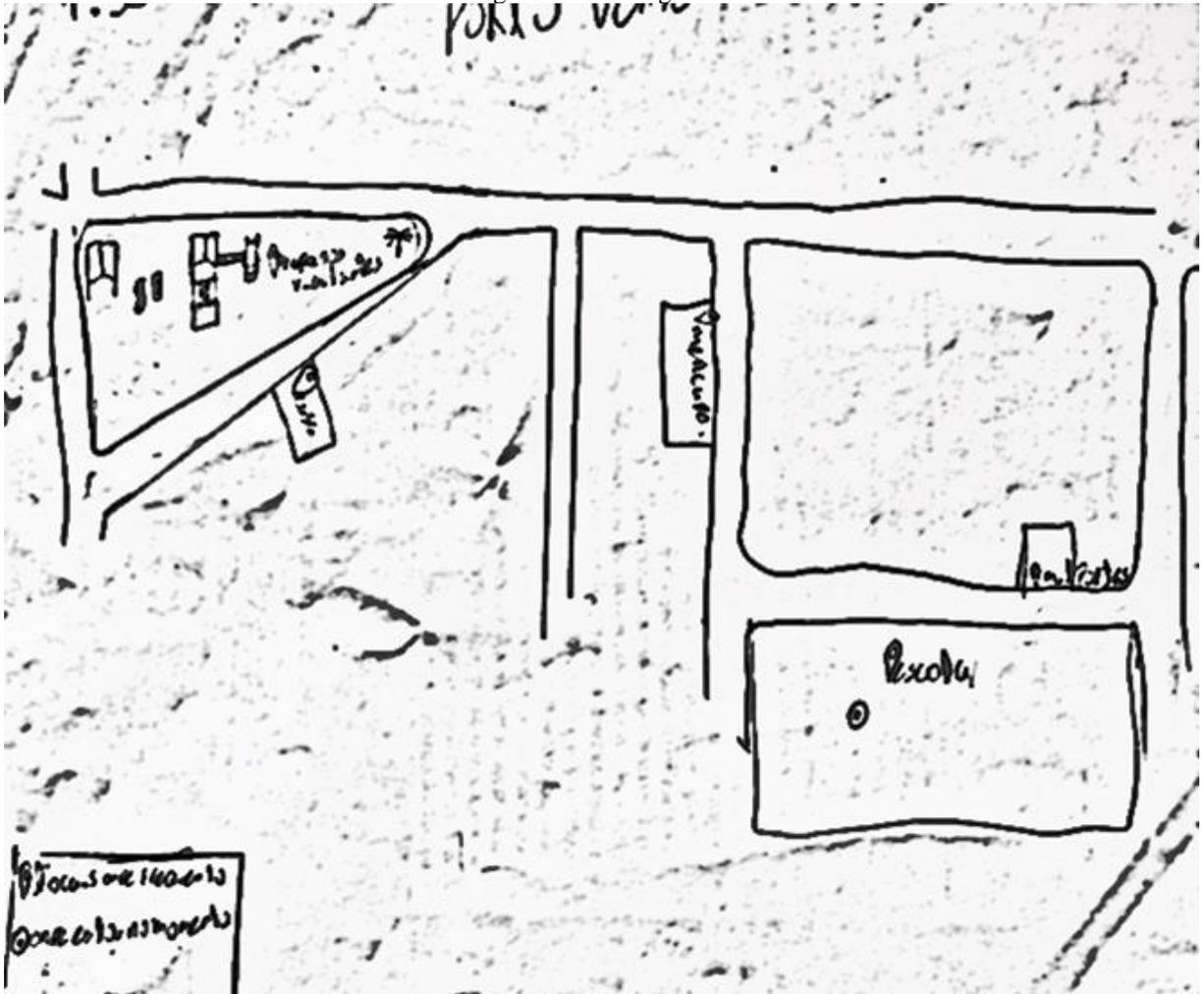
Mapear um território significa inscrevê-lo em um determinado espaço e, concomitantemente, possibilitar que a inscrição desse território possa transformar o espaço. o exame dessa construção recíproca permite identificar certos processos de formação da identidade coletiva, clarificando suas estratégias e características, uma vez que o ato de mapear o território envolve um esforço continuado (explorar, descrever, cartografar, divulgar) de constante articulação e diálogo entre as partes.

A partir desse instrumento, o dinamismo das interrogações dos educandos proporcionou o impulsionamento para o nível do interesse pela questão do lugar e pelas suas relações com o meio. Assim, a atividade de sondagem, que parecia confusa e sem sentido para eles, tornou-se significativa para todos. “Ao refletir sobre um determinado objeto de estudo, o aluno deve perceber como é possível examiná-lo historicamente, mas também deve produzir um conhecimento sobre aquele objeto” (CIAMPI, 2000, p. 43).

Assim, prosseguimos com as reflexões cartográficas sobre suas respostas nas aulas seguintes, confirmando a participação de uma turma conhecida no recinto escolar pela dispersão e distração. Desfocada, talvez, pelo fato de não se apropriarem das atividades escolares com a significância que os envolvam integralmente, em uma sociedade tecnológica que oferece rápidas distrações lúdicas facilitadoras do acesso a estímulos imagéticos prazerosos e efêmeros.

A materialidade das produções cartográficas em ambiente escolar nos informam sobre as transversalidades das categorias de Hannoun (1977 *apud* ALMEIDA, 2008), na história do cotidiano de cada um, por sinal, muito peculiares. Como será visto adiante, levantam-se dilemas

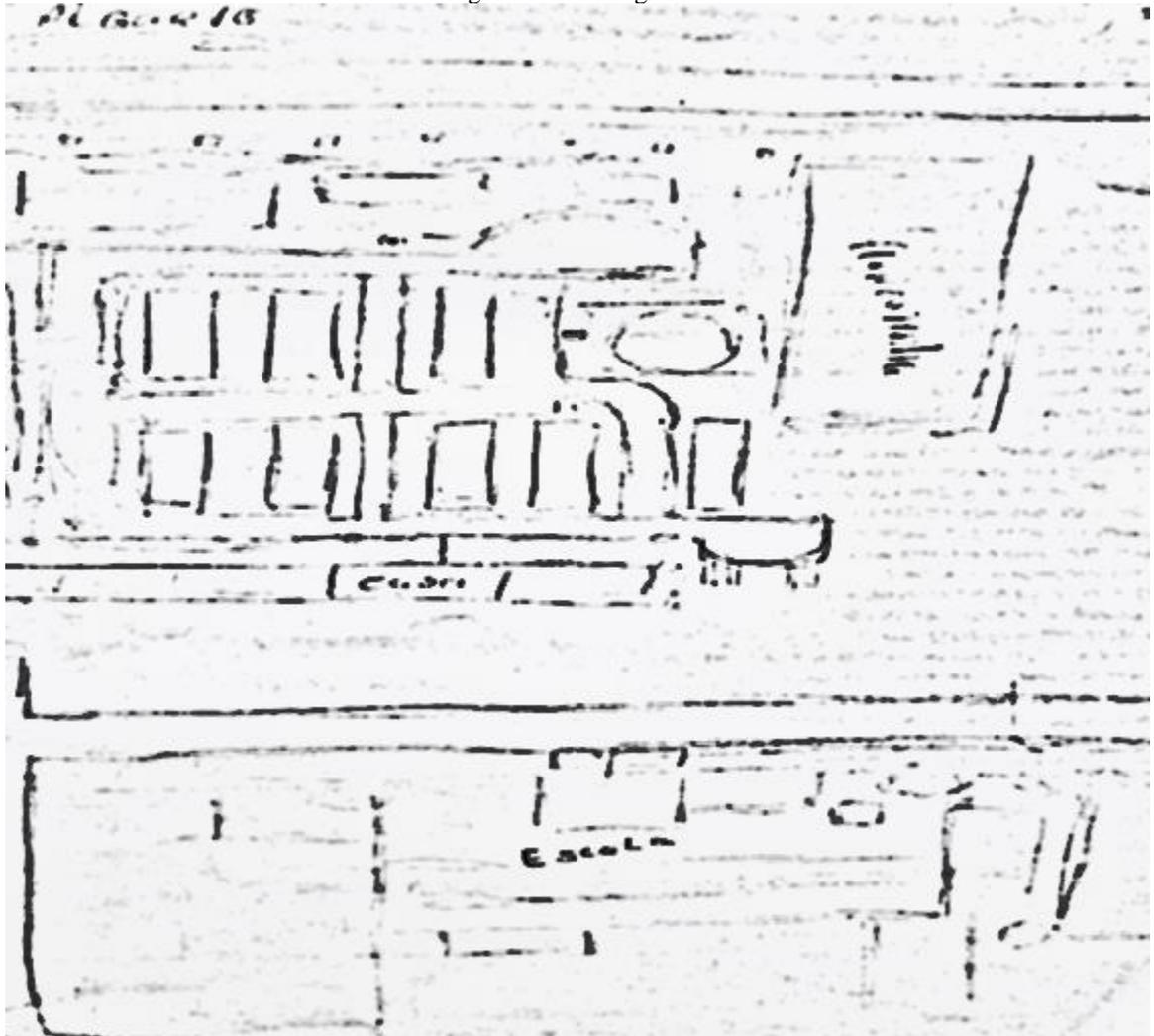
Figura 45 – Cartógrafo 2



Fonte: acervo do autor.

Na cartografia de número 2, percebemos a identificação de um único território (Porto Verde), numa relação cartográfica de exterioridade, que aliena o outro espaço ao qual realmente pertence, indicando locais cotidianamente mais frequentados pelo cartógrafo. Em sua corografia, apresenta-se como alguém que está em estado sempre atento, em relação as coisas para não se perder, diz ser habitante de muito tempo, conhecendo a vizinhança, mas desconhecendo muita coisa sobre seu bairro, que considera monótono, bem cuidado pelos moradores, “muito pacífico e fácil de viver”.

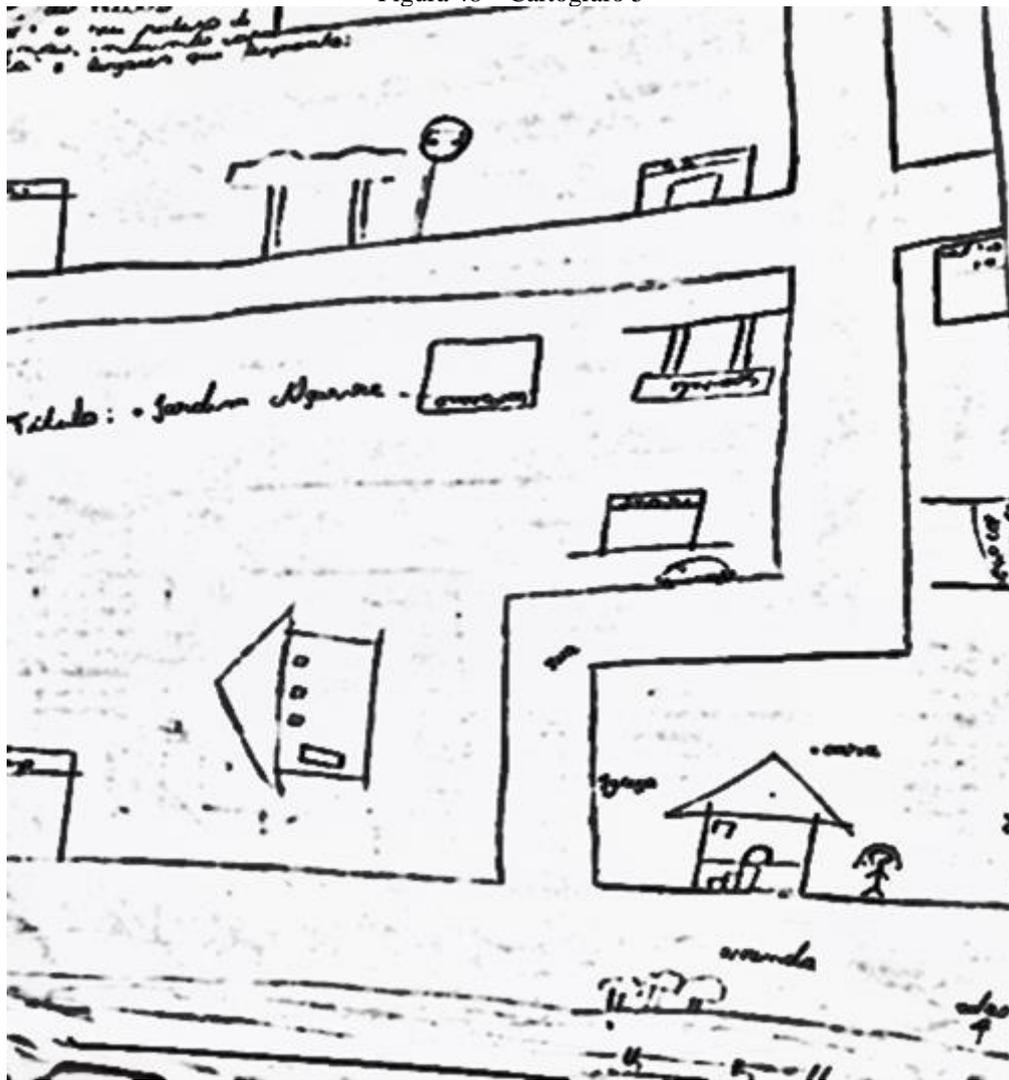
Figura 46 – Cartógrafo 3



Fonte: acervo do autor.

Na cartografia de número 3, percebemos a planta do bairro Algarve, com destaque entre a casa e a escola pela preocupação em mostrar uma área verde (“florestinha”). Em sua corografia na relação casa-escola, destaca que frequenta “às vezes” a casa da vó. Afirma ter uma relação “razoável” com o local onde ocorrem alguns “assaltos”, ouve comentários de que há muitos “maconheiros” no Algarve. Pela sua corografia, reconhece-se dentro de um único território, não fazendo distinções, numa relação cartográfica de interioridade/inclusão do espaço.

Figura 48 – Cartógrafo 5



Fonte: acervo do autor.

Na cartografia de número 5, intitulada “Jardim Algarve”, numa percepção da relação cartográfica de interioridade/inclusão espacial, destaca-se uma das características proeminentes do bairro por seus variados estabelecimentos comerciais. Em sua corografia, descreve seu percurso “aleatório” casa-escola, preocupa-se com a preservação do que é público (“o que é de todos”), denuncia a ocorrência de “assaltos” e as mobílias “jogadas no valão”. Ocorrem também “brigas, tumultos som alto, coisas (objetos) nas ruas”. Pensa ser um bairro “perigoso”, “muito lixão”, avenida “esburacada” e “bem movimentada”.

Figura 49 – Cartógrafo 6



Fonte: acervo do autor.

Na cartografia de número 6, identificada como “Porto Verde”, além da relação cartográfica de exterioridade/outro, visualizamos também a presença de comércio em seu percurso casa-escola, assim como uma árvore frondosa e veículos nas ruas. Em sua corografia, destaca o movimento das pessoas e veículos, apresenta uma boa relação com o local, apesar dos “assaltos” e “traumas” pessoais. Pensa que o bairro era para ser um “condomínio”, mas “os moradores não quiseram”. Seria um bairro melhor “se tivesse menos carros”. Destaca a sua preocupação com “quebra-molas” nas ruas onde crianças brincam.

Figura 50 – Cartógrafo 7



Fonte: acervo do autor.

Na cartografia de número 7, identificada como “Alvorada - Porto Verde”, reforça-se a relação cartográfica de exterioridade espacial eu-outro, reconhecendo o espaço marginalizado na relação de continuidade e fronteira em distinção do território. Em destaque, em sua corografia como “bairro riquinho de Alvorada”, na expressão do pensamento dos outros, seu percurso rotineiro destaca-se entre a casa e a escola. Gosta do local de moradia com o qual possui uma relação “amigável”, considera como lugar “calmo”, enquanto outros consideram “perigoso”, mas que “pode melhorar muito ainda”.

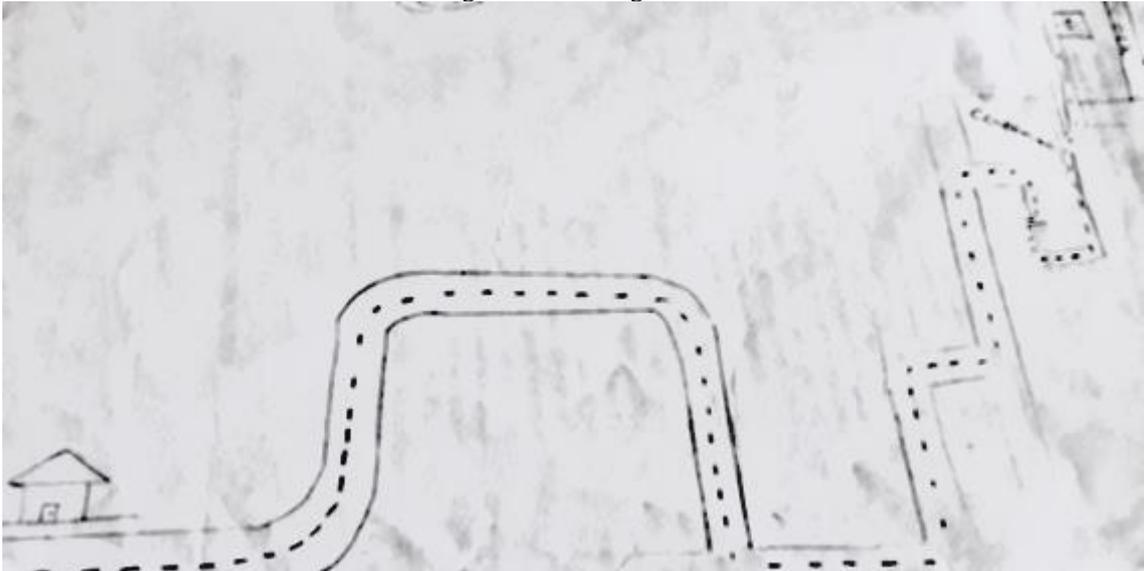
Figura 51 – Cartógrafo 8



Fonte: acervo do autor.

Na cartografia de número 8, intitulada “Porto Verde” (exterioridade/outro), com destaque no percurso casa-escola, o autor revela, em sua corografia, “bastante assalto” no local e a preocupação no cuidado para com seus irmãos no percurso que faz.

Figura 52 – Cartógrafo 9



Fonte: acervo do autor.

Na cartografia de número 9, não se intitula o local, mas este se encontra intermediado pelo condomínio como uma fragmentação espacial, cartografando a fronteira e a continuidade do território no percurso casa-escola. Em sua corografia, descreve as direções das ruas nos sentidos dos deslocamentos direita-esquerda, descrevendo que as pessoas passam por “dificuldades financeiras”, empobrecimento, “problemas com drogas” e “lugares um pouco mais privilegiado”. Considera-se um morador recente (recém-mudado), portanto declara não saber “nada” sobre o bairro.

Figura 53 – Cartógrafo 10

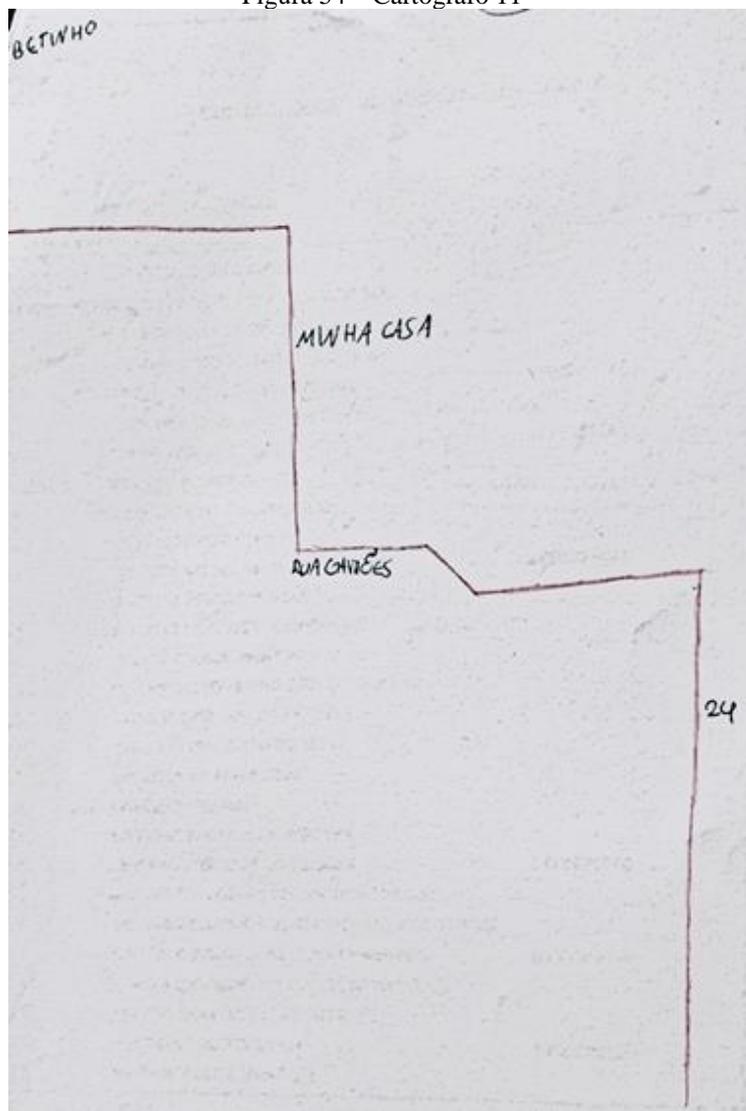


Fonte: acervo do autor.

Na cartografia de número 10, intitulada “Porto Verde”, relação cartográfica de exterioridade-outra, há um percurso da casa para escola intermediado pela praça e pelo estabelecimento comercial. O autor se pergunta, em sua corografia, o porquê de as “coisas

estarem ali”, define pouca afetividade pelo local, não se relaciona com seus vizinhos, “nem sai de casa”, considera um “bairro novo”, com “muitas coisas interessantes” e “curiosidades”, mas para ele as pessoas imaginam que é “perigoso”.

Figura 54 – Cartógrafo 11



Fonte: acervo do autor.

Na cartografia de número 11, não intitulada, a autoria traça o trajeto da casa e da escola (Betinho), destacando a rua 24, via central e de acesso principal ao bairro na localização da primeira fase do núcleo habitacional do Jardim Algarve, remontando à época em que todas as ruas ainda eram numeradas. Em sua corografia, descreve o seu percurso casa-escola, ainda, ao mercado na rua dos Gaviões “e de vez em quando na 24”. Revela seu “amor” pelo bairro, embora tenha nascido em Porto Alegre. Considera um local “bacana”, que “tem lugares legais

pra ir”. Pensa que o bairro deva ser mais respeitado, comenta que as pessoas pensam que também “tem ladrões”, “lixo no chão” e precisa melhorar.

Figura 55 – Cartógrafo 12



Fonte: acervo do autor.

Na cartografia de número 12, intitulada “Porto Verde”, indica exterioridade em relação a um outro território. Descrevendo, em sua corografia, o trajeto casa-escola, demonstra o “carinho” pelo local, ao mesmo tempo em que revela “que as coisas são bem sujas” e sabe que “é um bairro perigoso”.

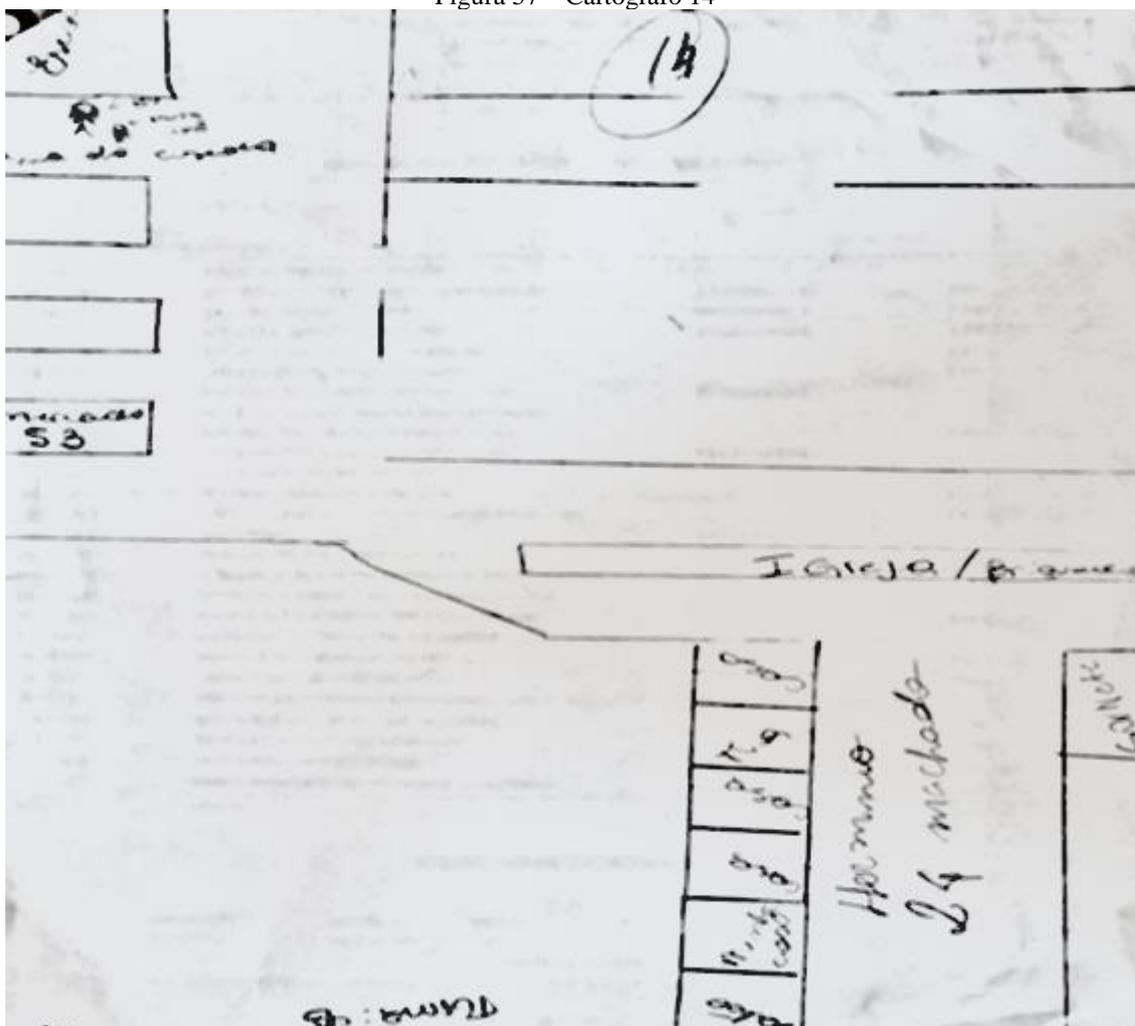
Figura 56 – Cartógrafo 13



Fonte: acervo do autor.

Na cartografia de número 13, identificada como “Porto Verde”, em sinal de exterioridade-outro, há quadras bem traçadas dessa planta habitacional, cujo ponto de referência é a praça dos “Vigilantes”, evocando segurança no seu percurso até a escola. Na corografia, descreve-se o trajeto casa-escola, revelando que gosta de prestar atenção nos carros durante seu percurso, numa relação “afetiva” com o bairro, pois sempre morou “lá”, considerando um dos lugares “menos perigosos, mas que tem vários roubos”.

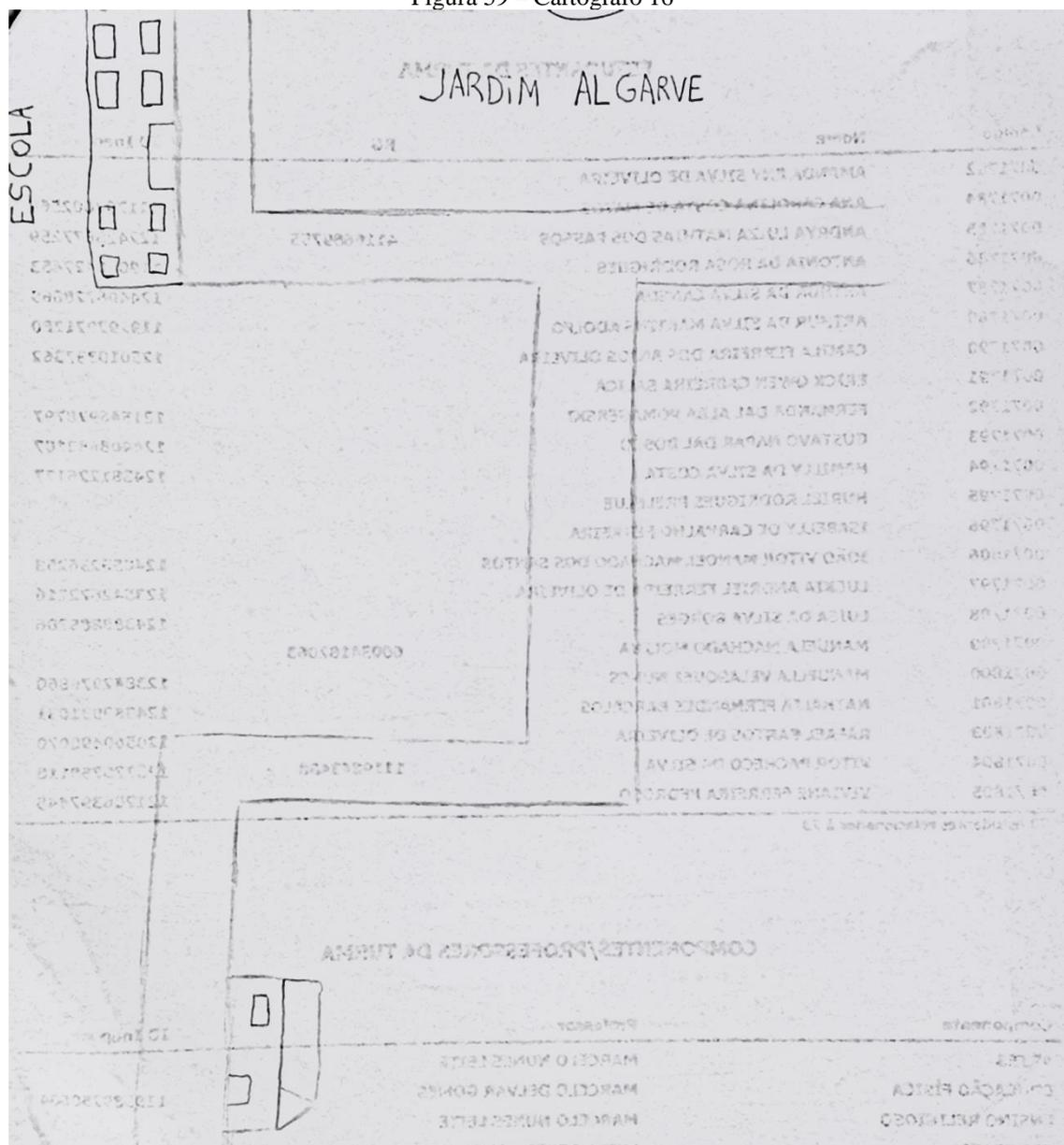
Figura 57 – Cartógrafo 14



Fonte: acervo do autor.

Na cartografia de número 14, sem-título, em um mapa traçado pela representação e pela identificação de uma variedade de detalhes (casas, comércios, igreja, brinquedos), em seu percurso casa-escola, detalhes do percurso também são descritos em sua corografia, demonstrando certa preocupação com homens pervertidos nas ruas. Considera o local “legal” e sabe que o bairro é “perigoso”, o que, em geral, as pessoas pensam também.

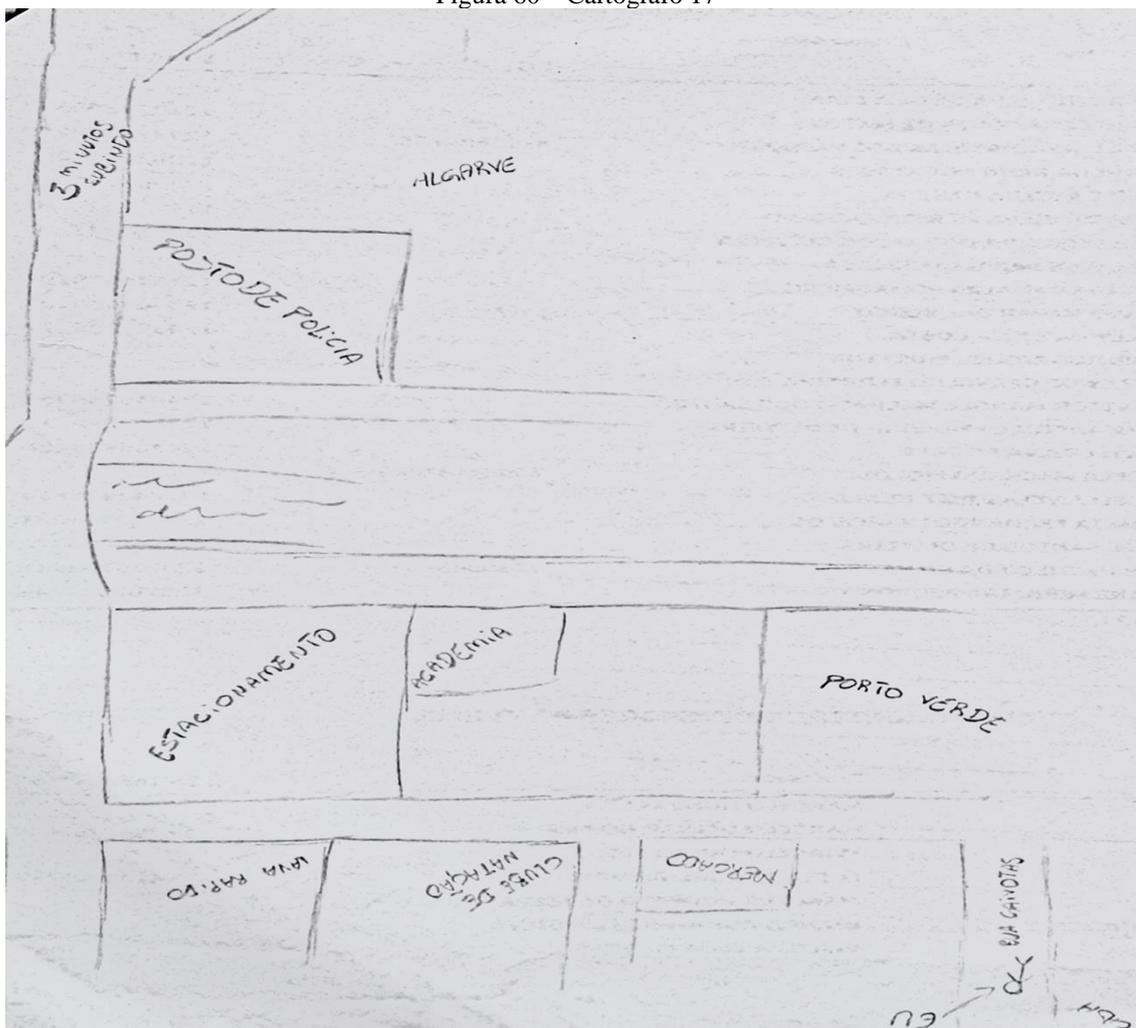
Figura 59 – Cartógrafo 16



Fonte: acervo do autor.

Na cartografia de número 16, identificada como “Jardim Algarve”, em apropriação do conceito cartográfico de inclusão representado no percurso casa-escola, descrito dessa mesma forma em sua corografia, descreve-se uma relação boa com o local do qual é morador há em torno de 14 anos. Sabe que é “um bairro muito grande”, “muito conhecido na cidade”, “com muitos moradores”. Pensa que é um bairro que “cresceu muito nos últimos anos”, que tem “muitos comércios, lojas novas” e também é “muito perigoso”.

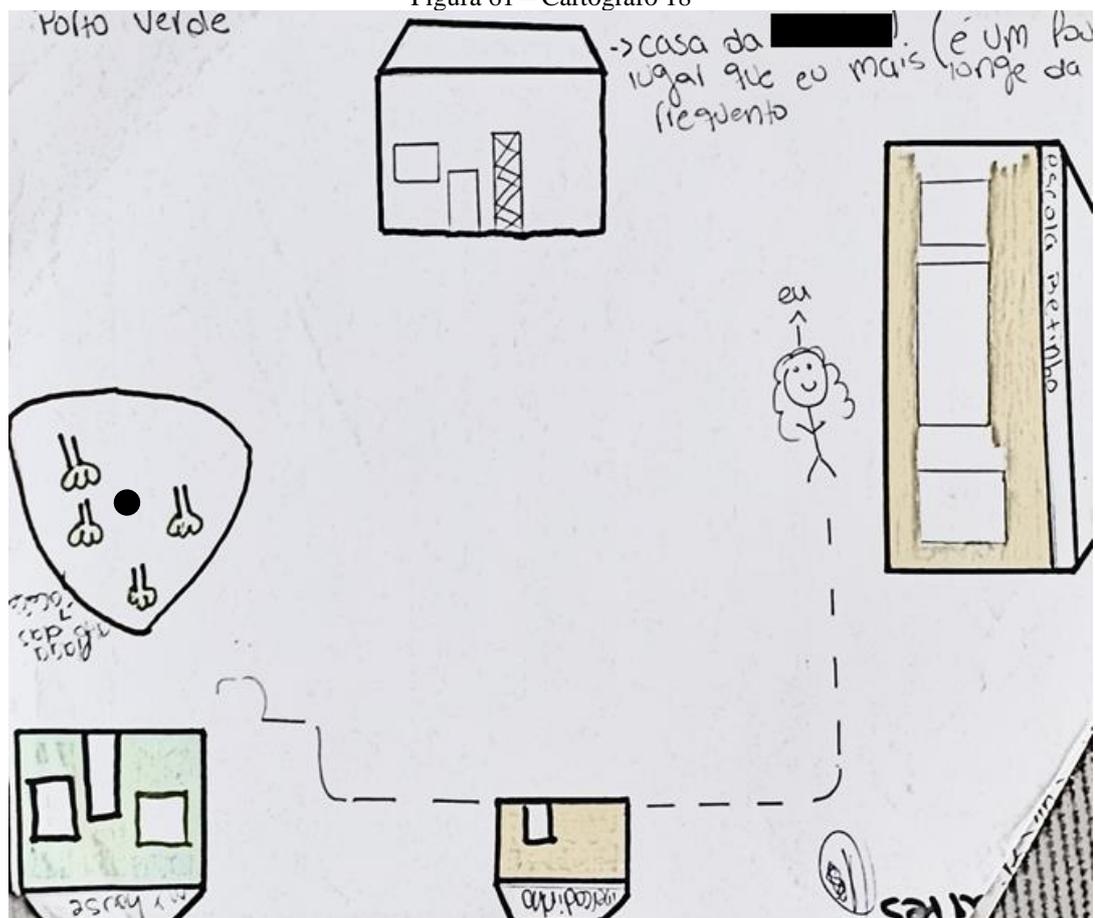
Figura 60 – Cartógrafo 17



Fonte: acervo do autor.

Na cartografia de número 17, a autoria busca representar os variados estabelecimentos no seu trajeto até a escola, identificando dois bairros “Porto Verde” / “Algarve” como forma de distinção espacial, em uma relação conceitual de continuidade e fronteira. Em sua corografia, tenta descrever detalhadamente seu percurso até a escola (direção esquerda-mercado-valão). Considera possuir uma relação boa com o local, sendo um bairro novo em comparação com os outros. Segundo o Cartógrafo 17, “pensam que é um bairro perigoso, mas é bem calmo”.

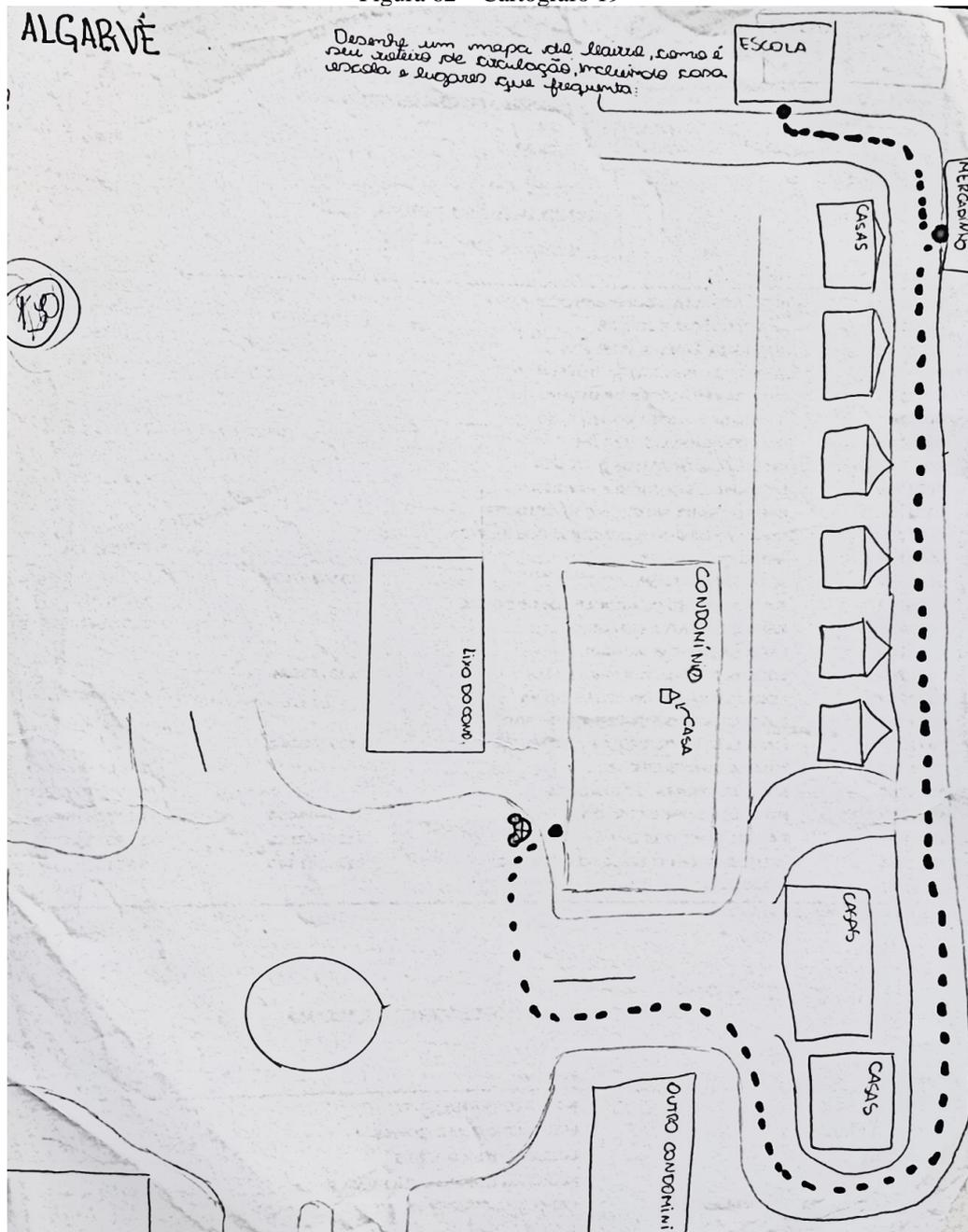
Figura 61 – Cartógrafo 18



Fonte: acervo do autor.

Na cartografia de número 18, intitulada “Porto Verde”, indica-se exterioridade em relação ao outro. No percurso casa-escola, destaca o mercado, a praça e a casa da amiga – outro lugar “pouco-longo” mais frequentado, que representa a relação amizade. Em sua corografia, reforça o percurso casa-escola e gosta de observar tudo em sua trajetória. Sabe que o bairro é “perigoso”, “poderia ser menos perigoso”, mas as pessoas pensam que, apesar de “perigoso”, é um lugar “bem-localizado”.

Figura 62 – Cartógrafo 19



Fonte: acervo do autor.

Na cartografia de número 19, intitulada “Algarve”, numa relação de interioridade/inclusão, em que o conjunto de condomínios cartografado (Intersecção/Comuns), embora estejam incluídos na representação, são espaços de fragmentação e restrições dentro do território, que limitam relações com o bairro, mas que são apresentados com destaque no percurso casa-escola nessa autoria. Em sua corografia, descreve o percurso intermediado pelo almoço na casa da vó. Em geral, costuma não prestar atenção no trajeto. Alega que no bairro “tem roubos e muita gente fofqueira”.

As abordagens da identidade-diferença produzidas no espaço-tempo, destacadas em produções simbólicas e discursivas nas representações cartográficas e corográficas até aqui apresentadas, tratam de uma comunidade escolar de um mesmo local (o bairro), que comprovam as animosidades da fragmentação territorial, afirmação-negação do espaço em meio ao processo gentrificador internalizado nos indivíduos em suas concepções de mundo. Logo:

Isso sugere que a ordem social é mantida por meio de oposições binárias, tais como divisão entre os “locais” (insiders) e “forasteiros” (outsiders). A produção de categorias pelas quais os indivíduos que transgridem são relegados ao status de “forasteiros”, de acordo com o sistema vigente, garante um certo controle social. A classificação simbólica está, assim intimamente relacionada a ordem social. Por exemplo, o criminoso é o “forasteiro” cuja transgressão o exclui da sociedade convencional produzindo uma identidade que, por estar associada a transgressão da lei, é vinculada ao perigo, sendo separada e marginalizada. A produção da identidade do “forasteiro” tem como referência a identidade do “habitante local” (WOODWARD *apud* SILVA, 2000, p. 47).

Nesse caso, as categorias da espacialidade de Hannoun (1977 *apud* ALMEIDA, 2008) ampliam a possibilidade de análise transvalorativa do espaço-tempo, na possibilidade de aprofundamento dos conceitos cartográficos de interioridade, exterioridade, intersecção, continuidade e fronteira, que se estendem para as relações sociais e condicionam os comportamentos humanos. Impede-se a queda nas armadilhas dos conceitos binários (bem/mal) sobre a questão espacial local, expressos no discurso dual sobre quem pertence ao bairro (Algarve/ Porto Verde) e sobre os limites territoriais a que estão condicionados (quem está dentro/fora dele?). As disputas narrativas locais, que ao modo da “territorialidade siciliana”, apresentam as relações dissimétricas e conflituais, que implicam em relações de poder no cotidiano e na vida particular de cada indivíduo, refletido em cartografias e corografias, em que se revelam as animosidades na convivência comunitária dos seus moradores.

Em seus relatos descritivos, em geral, os educandos apresentam suas vidas como sendo rotinas de deslocamento entre a casa e a escola. Alguns consideram-se distraídos e declaram não prestar muita atenção no percurso de seu próprio deslocamento. A maioria considera ter uma boa relação afetiva com o local, o qual consideram um dos melhores bairros para morar – “bairro riquinho de Alvorada”, expressão de algumas das respostas formuladas na sondagem cartográfica. Sintetiza-se da melhor forma possível:

Quando um indivíduo ou um grupo cartografa um território, ele o faz culturalmente: suas impressões e suas descrições, são participantes de um mesmo processo de construção da identidade coletiva. Por conseguinte, entendemos que os mapas e as corografias, enquanto instrumentos dessa intervenção cultural, são construídos a priori, no conjunto das representações dos seus narradores e estão sujeitos, por conseguinte, a constantes reelaborações da mesma identidade coletiva. (PEIXOTO, 2005, p. 48).

Nossos educandos deixam dúvida em suas corografias quando afirmam, em suas descrições, sobre um local que, ao mesmo tempo em que é considerado “calmo”, tem a violência como um dos problemas mais destacados em suas respostas, paralelamente à ideia de um bairro recente, novo e belo, em contradição aos “restos de lixos” descartados em alguns pontos específicos.

Quanto às argumentações em torno da violência, elas podem estar fundamentadas em parte naquilo que os outros dizem ou pensam sobre a realidade local.

Nesta relação, os produtos cartográficos e geográficos participam da interação e competição com outras identidades, internas e externas, uma vez que estas não podem, do mesmo modo, serem concebidos sem que um território específico as situe e lhes dê raízes e fronteiras. (PEIXOTO, 2005, p. 48).

Enquanto a temática da violência não se apresenta como um fenômeno novo a ser investigado nessa localidade, a atuação midiática sensacionalista e banalizadora tornam esse assunto rotineiro em amplos veículos de comunicação. Assim, “Alvorada é conhecida como uma daquelas regiões como a Cidade de Deus, descrita por Alba Zaluar, tem seu marketing feito nas páginas policiais dos jornais” (AZEVEDO, 2002, p. 7), evidenciado, também, em pesquisas estatísticas.

As dez mais violentas do Estado:
Taxa de assassinatos por 100 mil habitantes*
1) Alvorada 112,6
2) Gravataí 60,0
3) Viamão 51,6
4) Canoas 47,9
5) Porto Alegre 47,0
6) Cachoeirinha 42,8
7) Sapucaia do Sul 40,8
8) São Leopoldo 39,6
9) Bento Gonçalves 33,9
10) Pelotas 32,6
(* Atlas da Violência.⁴⁸

⁴⁸ Disponível em: <http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2019/08/como-e-viver-em-alvorada-a-6-cidade-mais-violenta-do-brasil-10976854.html>. Acesso em: 7 jun. 2021.

No caso específico da realidade local de Alvorada, é possível cartografarmos a temática hegemônica e discursiva da violência em diferentes trabalhos acadêmicos. *Violência interpessoal discente no espaço escolar: estudo de caso Alvorada/RS*, de Ruduit (2005), apresenta o fenômeno da violência como resultante do convívio no meio social e pela ausência de intervenções educacionais preventivas no ambiente escolar.

Em *Representações sociais de violência: (In)segurança, medo e vulnerabilidade: estigmas de Alvorada/RS*, assim como evidencia o título formulado por Rasera (2008), baseia-se em uma metodologia de entrevistas com moradores da cidade tutelados por programas governamentais, de atendimento a jovens e idosos em condições de vulnerabilidade e violência, contextualizando essa realidade a partir dos seus discursos.

Nesse sentido, em *Identidades fragmentadas: a cidade de Alvorada nas aulas de geografia*, Herechuk (2011) desvela as identidades territoriais postuladas pelos educandos em atividades imagéticas, que descortinam as ambivalências das representações, entre continuidades e resistências dos discursos hegemônicos, em destaques referentes à condicionante baixa estima e à violência local.

A construção do discurso em torno da violência, especificamente sobre esse território municipal da região metropolitana de Porto Alegre, está fortemente demarcada na realidade e no imaginário da cartografia regional, tal como a região nordestina do território brasileiro esteve sempre demarcada pela associação a uma cartografia da fome. A desconstrução desse estigma discursivo encontramos por síntese na obra magistral *A invenção do nordeste e outras artes*, de Albuquerque Jr. (2009), produção acadêmica que nos direciona a reflexões aprofundadas sobre a perspectiva de sua obra, no que concerne ao espaço regional do imaginário construído, entre os alicerces discursivos “da visibilidade” e “da dizibilidade”, que forjam a realidade em torno de uma regionalidade em estereótipos que tendem a naturalizar determinadas posturas limitadas pelos discursos reforçadores da estigmatização.

O que podemos encontrar de comum entre todos os discursos, vozes e imagens que acabamos de arrolar, é a estratégia da estereotipização. O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva a estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada no grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo. (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 30).

A abordagem da violência tornou-se uma estereotipização nessa localidade, colocando os indivíduos sob suspeitas pelo fato de pertencerem a uma parcela do território metropolitano

na realidade do mundo globalizado. Então resta-nos somente questionamentos inconclusivos e sem tantas respostas do porquê reforçarmos uma abordagem sobre a violência de uma determinada região. Apenas para alertar? Chamar a atenção? Marcar ou demarcar um território em relação ao outro? A que fins poderiam nos levar essas abordagens se passivamente não somos capazes transformar essa realidade? Quais são as intencionalidades discursivas reforçadoras do estigma da violência nessa localidade?

A violência banalizada e naturalizada revela-se também como um marcador do Racismo Ambiental, que estigmatiza e condiciona um território em relação ao outro. Por consequência, distingue grupos humanos, presos a divisões constituídas por linhas imaginárias do espaço cartografado, em termos estritamente políticos-administrativos, como no caso destacado em nosso objeto de estudo.

A busca por Justiça Ambiental em superação desse estigma do território demarcado, pela indiferença que eugenia o espaço, passa pelo resgate do processo histórico da formação estrutural do local, na qual perpassam as violências comuns noticiadas e reforçadas em discursos amedrontados. Esse papel é de fundamental importância para o ensino de História, ao debruçar-se em busca de novas perspectivas cartográficas para os territórios marginalizados pelos discursos dissimétricos e conflituais do mundo globalizado.

5.2 AULA 09/03/2020

No segundo encontro, conforme sugerido em uma atividade de mapeamento mais apurada e que demanda mais tempo para ser elaborada, prosseguimos para a reflexão cartográfica sobre o local. Esta estendeu-se à realidade social e política do município de Alvorada como um todo, abordando o conceito de lugar e as relações de poder engendradas no meio físico e humano, ou seja, pensamos *“la historia como disciplina escolar manifiesta algunas tensiones y provoca algunas preguntas en torno a lo que su enseñanza puede o debe aportar para pensarnos como una comunidad, como una comunidad política”* (GONZÁLEZ, 2018, p. 80).

A atenção e o despertar da curiosidade em relação à realidade local foi surpreendente. Adolescentes avessos à escola e à própria realidade que os cerca passaram ao interesse demonstrado por uma postura de maturação, não contemplada em outros momentos. Por exemplo, ao final, expressaram em suas exclamações a percepção do tempo psicológico sobre o tempo da aula (dois períodos divididos em 45 minutos cada), que teriam se passado

rapidamente, resultado da maior participação, aproveitamento e envolvimento com o propósito da aula.

A questão aqui é procurar superar a tendência da educação tradicional institucionalizada, em voga em suas formalidades normativas que visam impor um mundo do conhecimento de modo estático, não acompanhando o largo passo dado pelas novas tecnologias do mundo globalizado. Assim, condiciona-se ao imobilismo educacional e comprometem o domínio do espaço, disciplinando corpos-objetos, submetendo-os ao conhecimento predominante em estado inerte, que se silencia pela prática da reprodução copista acrítica e irrefletida.

A necessidade de experimentar ou experienciar em virtude da apropriação do espaço faz dele o laboratório para o desvelamento do conhecimento. Já o mundo sedentário atual, envolto em altas tecnologias, está condicionado paradoxalmente a uma crise de negação do conhecimento estabelecido, mesmo entorpecido pela interatividade virtual e tecnológica. Por essa razão, muitos a caem nas ciladas de um certo pensamento nas nuvens, que pode levar a discussões limitadoras e fantasiosas como, por assim dizer, sobre o “sexo dos anjos”, ou em discussões terraplanista com ares de ciência. Assim, como educadores, devemos ser vigilantes sobre as perspectivas tecnológicas futuras para a educação:

Os argumentos em torno da aprendizagem hacker defendem novas estruturas de ensino e aprendizagem, nas quais aprendizes e mestre constroem ambientes de colaboração sem vínculo com as regras marcadamente escolares. Autores como Pacheco (2004), Gee (2006), e Johnson (2005) acreditam que esse modelo desestrutura a escola como locus principal da formação das novas gerações. Entretanto, Buckimnhan (2010) apresenta um histórico no qual o discurso do fim da escola é posto desde a década de 1960, em uma alusão de que uma espécie de “inteligência coletiva” permitiria que os artefatos midiáticos fossem os mediadores em um novo processo de ensino aprendizagem vinculado aos desejos dos sujeitos. (ARRUDA, 2015, p. 447).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposição deste trabalho dissertativo chama a atenção para a importância da abordagem cartográfica, no ambiente escolar, como atividade de letramento e leitura do mundo que nos cerca, ao modo transdisciplinar, ultrapassando as fronteiras entre as disciplinas. Até aqui, parece que tudo se encaminhava para um progressivo êxito nos propósitos do projeto posto em curso.

Entretanto, as circunstâncias do tempo histórico presente, o qual não podemos controlar, frente ao avanço da pandemia do coronavírus, colocaram a vida rotineira em xeque, alterando o planejamento das atividades escolares presenciais, suspensas desde 18 de março de 2020. O isolamento social, estabelecido como forma de preservação da vida, nos restringe o prosseguimento de nossas atividades cotidianas e propositivas.

Somos, então, submetidos, enquanto educadores, aos desafios de uma sociedade tecnológica, à qual estamos precariamente mal acostumados, limitados pelo debate do uso de suas ferramentas para a promoção e a aplicação dos procedimentos do ensino remoto emergencial.

Muitos educadores, em princípio, entusiasmaram-se com a possibilidade das atividades domiciliares remotas, pela adaptação, na apropriação do domínio das exigências do mundo tecnológico. Durante esse período, entretanto, a realidade se afirmou em desilusões e desenganos, como a própria negação da tese em voga, de que as tecnologias são a solução para todos os problemas humanos. As atividades domiciliares transmitidas virtualmente podem configurar-se apenas em transposições didáticas das aulas tradicionais em novos suportes tecnológicos, que não representam grandes avanços significativos para o progresso do processo educativo.

Por vezes, confusamente caímos na tentação da lógica obscurantista da tecnologia apresentada com ares de superioridade a responder e solucionar todas as questões, em relação às mais variadas formas de conhecimento. Talvez, pelo limitado entendimento abstrato sobre tecnologias em si mesmas, ludibriamos-nos por suas funcionalidades como suporte, ferramentas e acessórios indispensáveis, que auxiliam e contribuem para o desenvolvimento na produção do conhecimento humano, e não em substituição dele. Dessa maneira, Arruda (2015, p. 448-449) nos esclarece:

A escola, como espaço de formação para o exercício da cidadania, deve, com fundamento em amplas discussões que envolvem os sujeitos que dela fazem parte, construir mecanismos que a tornem mais proativa no reconhecimento e

problematização das tecnologias digitais contemporâneas. Deve ultrapassar a valorização técnica e desvalorização cultural da inovação tecnológica. Segundo Hobsbawn (2001), a primeira diz respeito a aceitação de um artefato que potencializa as ações humanas, como o avião, que aumenta a velocidade de deslocamento. A segunda concerne aos impactos nas relações sociais, como alterações nas relações familiares, questionamentos dos dogmas religiosos ou retirada da escola no âmbito do consumo e como a escola pode potencializá-las para tornar o aluno um cidadão analítico, que utiliza, se apropria e argumenta a respeito de suas escolhas.

É preciso, no entanto, que se reconheça primeiro o quanto a educação tradicional se tornou obsoleta em um mundo tecnológico que oferece, atualmente, múltiplas alternativas no campo do saber e do não saber. Há tendências, em nossa cultura escolar, que persistem moldadas em certo didatismo, impedindo o vislumbamento das diferentes correlações de aprendizagens. Submete-se a ação educativa ao nível do embotamento fragmentário, de modo a levar à estagnação do processo de produção do conhecimento.

Mas, como acessar nossos educandos à distância? Uma resposta sólida a essa pergunta não se resume simplesmente ao fato de termos ou não à nossa disposição os meios tecnológicos para o exercício das nossas funções docentes. A realidade percebida vai muito além ou fica aquém do que se pensava. Nossos índices e investimentos educacionais, no município de Alvorada, são rebaixados, problemas que não poderão ser lançados na conta do evento epidêmico atual.

Em plena conjuntura pandêmica, não poderíamos dissociar os precários investimentos em saúde e educação no município de Alvorada. Esta é uma problemática recorrente, apontada pelo Ministério Público Estadual, e destacado em informativo jornalístico:

Revelado esta semana pelo Ministério Público Estadual, o Mapa Social que reúne indicadores sociais publicados por várias instituições e órgãos públicos revelou o tamanho da dificuldade enfrentada em áreas essenciais por moradores de Viamão e Alvorada. Segundo o ranking de investimentos de 2013, os dois municípios foram os que menos investiram em saúde e educação, respectivamente. E ainda ambos revezam-se nas penúltimas posições. O Mapa Social também traz dados sobre segurança.

O ranking dos investimentos na saúde:

Os primeiros

- 1º) Vista Alegre do Prata - R\$ 1.293,78*
- 2º) Pinhal da Serra - R\$ 1.288,72
- 3º) André da Rocha - R\$ 1.215,22
- 4º) Guabiju - R\$ 1.183,11
- 5º) União da Serra - R\$ 1.129,71

Os últimos

- 493º) Santa Maria - R\$ 151,61
- 494º) Uruguaiana - R\$ 147,32
- 495º) Bagé - R\$ 142,64

496º) Alvorada - R\$ 120,34
497º) Viamão - R\$ 102,25
* Valor investido por habitante

O ranking dos investimentos na educação:

Os primeiros

1º) Pinhal da Serra - R\$ 2.431,60*
2º) Capão Bonito do Sul - R\$ 1.857,75
3º) União da Serra - R\$ 1.802,26
4º) André da Rocha - R\$ 1.798,34
5º) Montauri - R\$ 1.747,04

Os últimos

493º) Canguçu - R\$ 235,77
494º) Uruguaiana - R\$ 221,47
495º) Pelotas - R\$ 218,35
496º) Viamão - R\$ 163,11
497º) Alvorada - R\$ 151,30
* Valor investido por habitante.⁴⁹

Não é possível acompanharmos a dinâmica nos lares dos educandos em tempo real. Em pleno tempo livre, ocasionado pela pandemia no período da quarentena, a virtualização tornou-se uma grande ilusão que oculta a realidade vivenciada nesse momento presente.

Somente na dinâmica das aulas presenciais seria possível acompanharmos o ritmo das aprendizagens acontecendo no espaço-tempo real. Não se descarta a importância das tecnologias como ferramentas auxiliares da educação nas atividades presenciais em sala de aula, pois esse espaço se configura como laboratório indispensável para o desenvolvimento do ensino integral.

O espaço da ausência tornou-se o nosso obstáculo atual, impossibilitando as trocas e as experiências essenciais ao nosso desenvolvimento educacional. Dessa forma, neste momento de desalento, recorreremos às considerações lúcidas expressas na mensagem González (2018, p. 135):

Vivimos un tiempo de transición (cultural, social, comunicacional, educativa) y la enseñanza de la historia está dando muestras de sentirse interpelada y responder – como sabe y como puede– a los nuevos rumbos. Y es que la historia, como disciplina escolar, es una construcción histórica. Y como historiadores y docentes sabemos que en ese proceso habrá contradicciones, herencias, inercias, rutinas, rupturas, invenciones, idas y vueltas.

⁴⁹ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/07/Viamao-e-Alvorada-sao-os-piores-municipios-do-Estado-em-investimento-em-Saude-e-Educacao-4564147.html>. Acesso em: 7 jun. 2021.

Nestes tempos de transições que estamos vivendo, as contradições e as rupturas que se apresentam ao nosso papel de educadores e historiadores, entre idas e vindas, necessitam de novas reinvenções. Deve-se evitar as recaídas aos engodos de heranças, inércias, repetições e práticas condicionantes, subordinadas aos questionamentos insolúveis e pendentes que repercutem, mesmo ao iminente final deste empreendimento dissertativo, sobre a relevância e o papel dessa pesquisa cartográfica para o campo específico do ensino de História. Considerando o âmbito de tais dúvidas, oportunas e relevantes, refletimos, ao longo deste trabalho, sobre o papel da História e da Geografia nas relações de seus diferentes campos profissionais de atuação e no ponto de encontro de suas correlações conceituais transdisciplinares.

Devido ao prolongamento desta investigação, extrapolamos os limites cartográficos de fronteira e continuidade entre as disciplinas e de seus campos de interesse. Isso foi feito por meio da apreciação das contribuições em diferentes bibliografias, que apareceram ao longo do desenvolvimento desse projeto. Literaturas não previstas anteriormente, mas que demonstraram a amplitude da transdisciplinaridade, na arquitetura de uma infinidade de abordagens que porventura, não se dão por esgotadas nesta trajetória.

A abordagem cartográfica deste projeto dissertativo sustenta-se como base fundamental para a abertura de novas fronteiras de investigação no campo do ensino de História, pelas múltiplas funcionalidades da cartografia em suas dimensões comunicacional, imagética e cultural. Caracteriza-se como código simbólico das representações espaço temporais, tão importantes ao desenvolvimento do conhecimento histórico quanto as representações dos códigos simbólicos da linguagem, da escrita, da matemática e das novas tecnologias informacionais. Dessa forma, a abordagem cartográfica configura-se como uma importante ferramenta tecnológica e metodológica.

Ironicamente, reflete-se sobre como poderia a escola, em tempos atuais, cumprir a sua missão filosófica na sociedade liberal, formando indivíduos no modelo de cidadania integral, em preparação para vida e para o mercado de trabalho, em meio às contradições de uma sociedade dissimétrica e conflitual, característica da globalização tecnológica, nas imbricações de uma realidade marcadamente individualista, consumista, da obsolescência programada e da descartabilidade. A educação é fornecida aos indivíduos de modo formatado, fragmentário e conteudista, condicionando-os à alienação e à ignorância sobre o local cartografado em que residem e sobre as razões implicadas na indiferença espaço-temporal, à qual estão submetidos pelas relações superficiais no espaço habitado. Consolida-se uma realidade estereotipada pelos

discursos da negação identitária do espaço marginalizado, perceptível tantas vezes em atividades extracurriculares fora da localidade em que residem e estudam, em situações constrangedoras ao se autoidentificarem ou pela possibilidade de serem identificados por meio do uniforme escolar como estudantes e moradores de Alvorada.

Dessa forma, o observatório cartográfico escolar, para além de possibilitar a produção de fontes históricas no tempo presente, revela, através da experiência proposta, o desfiguramento das relações espaço-temporais. Estas potencializam reflexões sobre as relações de poder em apropriação do espaço habitado inerentes às internalizações corográficas dos indivíduos.

Por fim, resume-se aqui a relevância da investigação no ensino da História, por meio da abordagem cartográfica das realidades espaço-temporais no tempo presente, em meios às idiossincrasias e às relações efêmeras do cotidiano “a descobrir uma escala das preocupações humanas” (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983, p. 134).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR., D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.
- ALMEIDA, R. D.; PASSINI, E. Y. **O espaço geográfico: ensino e representação**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- ARRUDA, E. P. Cultura e Ensino de História da Perspectiva das Redes Sociais e do Ciberespaço. *In*: ZAMBONI, E.; GALZARANI, C. B.; PACIENVITCH, C. (Org.). **Memórias, sensibilidades e saberes**. São Paulo: Átomo e Alínea, 2015. p. 440-454.
- AZEVEDO, P. R. **Passageiros da Ilegalidade: a história de uma luta pela moradia**. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- BITTENCOURT, C. M. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n.25/26, p.193-221, ago. 1993.
- BRAUDEL, F. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. Lisboa: Martins Fontes, 1983-1984.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre história**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.
- CABRINI, Conceição. **Ensino de história: revisão urgente**. São Paulo: EDUC, 2000.
- CASTRO, I. E. O problema da escala. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2009.
- CEZAR, T. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 79-80, jan./jun. 2005.
- CHAGASTELLES, T. M. S. A contribuição da Escola dos Annales para a Historiografia do Século XX. **Ciências & Letras - Revista da Faculdade Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 18, p. 7-22, 1997.
- CIAMPI, H. **A história pensada e ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas**. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2000.
- FARIA FILHO, L.; GONÇALVES, I.; VIDAL, D.; PAULILLO, A. L. A Cultura Escolar Como Categoria de Análise e Como Campo da Investigação na História da Educação Brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, n. 30, v.1, p. 139-159, 2004.
- GABRIEL, C. T. **Currículo de História: entre experiências temporais e espaciais**. *In*: ZAMBONI, E.; GALZARANI, C. B.; PACIENVITCH, C. (Org.). **Memórias, sensibilidades e saberes**. São Paulo: Átomo e Alínea, 2015. p. 177-191.
- GONZÁLEZ, M. P. **La enseñanza de la historia en el siglo XXI**. Saberes y prácticas. 1. ed. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2018. *E-book*. Disponível em:

<https://ediciones.ungs.edu.ar/wp-content/uploads/2018/06/9789876303316-completo.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HERECHUK, T. R. **Identidades fragmentadas: a cidade de Alvorada/RS nas aulas de geografia**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Alvorada**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/alvorada/panorama>. Acesso em: 7 jun. 2021.

MACIEL BARROSO, V. L. (Org.). **Raízes de Alvorada: Memória, História e Pertencimento**. Porto Alegre: EST, 2006.

NIETZSCHE, F. **Crepúsculo dos Ídolos ou como filosofar a marteladas**. São Paulo: Editora Escala, 2005.

PEIXOTO, R. A. **A máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, É. A. Construção Social do Sujeito Feminino E Hermenêutica do Cotidiano: Reflexões Teóricas. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 1, n. 1, p. 24-41, ago./dez. 2012.

PLÁ, S. La enseñanza de la historia como objeto de investigación. **Secuencia**, n. 84, p. 163-184, set./dez. 2012.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 45, n. 1, p. 125-135, 1983.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RASERA, A. P. **Representações sociais de violência: (in)segurança, medo e vulnerabilidades. Estigmas de Alvorada, RS**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Univesidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

REHBEIN, M. O. **Mapeamento geomorfológico aplicado na análise de impactos ambientais urbanos: contribuições ao (re)conhecimento de morfologias, morfocronogêneses e morfodinâmicas do relevo da bacia hidrográfica do arroio Feijó/RS**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RIGATTI, D. Loteamentos, Expansão e Estrutura Urbana. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 15, p. 35-69, dez. 2002.

ROSIÈRE, S. **Géographie politique & Géopolitique**. Une grammaire de l'espace politique. 2. ed. Paris: Ellipses. 2007.

RUDUIT, S. R. **Violência interpessoal discente no espaço escolar**: estudo de caso em Alvorada/RS. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez. 2010.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SEEMANN, J. O ensino de Cartografia que não está no currículo: olhares cartográficos, “carto-fatos” e “cultura cartográfica”. *In*: NUNES, F. G. (Org.). **Ensino de geografia**: novos olhares e práticas. Dourados: UFGD, 2011. p. 37-60.

SILVA, K. B. Agricultura e a construção da memória no jornalismo: os sentidos sobre a agricultura familiar nas páginas dos jornais no período pós Revolução Verde (1940 – 1980). *In*: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 6., Ponta Grossa. **Anais [...]**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2016.

SILVA, K. O. **Formação Docente Continuada no Projeto “trajetórias criativas” de uma escola no município de Alvorada, RS**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVA, L. H. P. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. **e-cadernos CES**, n. 17, 2012.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, C. D. M. S. A cartografia de al-Idrisi na análise da interculturalidade islâmico-normanda na Sicília medieval (séc. XII). **Brathair**, v. 5, n. 2, 2015.